

Universidade Federal de Goiás
Faculdade de Educação

Maria Clara Guimarães Souza

Identidade, Sexualidade e Gênero: uma análise de narrativas de mulheres lésbicas mães

Goiânia

2020



**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autora, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome completo da autora: Maria Clara Guimarães Souza

Título do trabalho: Identidade, Sexualidade e Gênero: uma análise de narrativas de mulheres lésbicas mães

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:

Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 06 / 04 / 2020

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

Universidade Federal de Goiás
Faculdade de Educação

Maria Clara Guimarães Souza

Identidade, Sexualidade e Gênero: uma análise de narrativas de mulheres lésbicas mães

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação em Psicologia, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia, sob a orientação da Profa. Dra. Priscilla Melo Ribeiro de Lima.

Goiânia

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Guimarães Souza, Maria Clara
Identidade, Sexualidade e Gênero: uma análise de narrativas de
mulheres lésbicas mães [manuscrito] / Maria Clara Guimarães Souza.
- 2020.
CXXXV, 134 f.

Orientador: Profa. Dra. Priscilla Melo Ribeiro de Lima.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em
Psicologia, Goiânia, 2020.
Anexos.

1. Gênero. 2. Sexualidade. 3. Lesbianidade. 4. Maternidade. 5.
Narrativas. I. Melo Ribeiro de Lima, Priscilla, orient. II. Título.

CDU 159.9



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

MARIA CLARA GUIMARÃES SOUZA

Ao sexto dia do mês março de dois mil e vinte (06/03/2020) às 14:00 reuniram-se os componentes da Banca Examinadora: **Prof^ª. Dr^ª. Priscilla Melo Ribeiro de Lima**, doutor (a) em **Psicologia Clínica e Cultura** pela Universidade de Brasília, **Prof^ª. Dr^ª. Tatiana Machiavelli Carmo Souza**, doutor (a) em **Serviço Social** pela Universidade Estadual de São Paulo, e **Prof^ª. Dr^ª. Livia Gomes dos Santos** doutor (a) em **Psicologia (Psicologia Social)** pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo para, sob a presidência do (a) primeiro (a), e em sessão pública realizada nas dependências da Faculdade de Educação, procederem à defesa da dissertação intitulada: “**Identidade, Sexualidade e Gênero: uma análise de narrativas de mulheres lésbicas mães**” em nível de Mestrado, área de concentração em Psicologia, de autoria de **Maria Clara Guimarães Souza**, discente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Goiás. A sessão foi aberta pelo (a) presidente da Banca Examinadora, Prof^ª. Dr^ª. Priscilla Melo Ribeiro de Lima, que fez a apresentação formal dos membros da Banca e deu-se início à apreciação e avaliação do texto. A Banca Examinadora, após a apreciação e avaliação do texto apresentado, decidiu considerá-lo (a) APROVADO (A). Os trabalhos foram concluídos e eu, Prof^ª. Dr^ª. Naraiana de Oliveira Tavares, Vice Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da FE/UFG, lavrei a presente ata que assino juntamente com os membros da Banca Examinadora.

Prof^ª. Dr^ª. Priscilla Melo Ribeiro de Lima

Prof^ª. Dr^ª. Tatiana Machiavelli Carmo Souza

Prof^ª. Dr^ª. Livia Gomes dos Santos

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Priscilla Melo Ribeiro De Lima, Professora do Magistério Superior**, em 06/03/2020, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Livia Gomes Dos Santos, Professora do Magistério Superior**, em 06/03/2020, às 15:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tatiana Machiavelli Carmo Souza, Professor do Magistério Superior**, em 06/03/2020, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1203364** e o código CRC **EC1F0EE9**.

Referência: Processo nº 23070.003227/2020-31

SEI nº 1203364

Agradecimentos

Às narradoras que compartilharam suas histórias de vida comigo e contribuíram ricamente com a realização deste trabalho.

À professora Livia que participou da minha banca de qualificação, banca de defesa e me orientou no programa UFGInclui. Agradeço pelas contribuições, apontamentos e caminhos que me ajudou a trilhar na pesquisa, além do acolhimento nos momentos difíceis.

À professora Gardênia que me orientou no estágio em Docência e sempre esteve aberta a ouvir minhas variadas dúvidas.

À minha orientadora Priscilla por ter me guiado com paciência e cuidado.

À professora Luciana por ter trazido ricas contribuições na minha banca de qualificação.

À professora Tatiana Machiavelli que participou da minha banca de defesa e acompanhou meus primeiros passos como pesquisadora na graduação.

Aos professores do PPGP pelas contribuições e ensinamentos primordiais para o desenrolar da minha escrita.

À todos os estudantes, coordenadoras, professores e servidores do programa UFGInclui que me confiaram um espaço rico de reflexões, troca de afetos e desafios como psicóloga e pesquisadora.

Em especial, agradeço a servidora Lili, e o colo de Itamara e Scarlett durante o meu caminhar enquanto psicóloga no UFGInclui.

Às bolsas concedidas pela FAPEG e o programa UFGInclui.

À minha amiga, Eliana, que me ofereceu abrigo e uma linda amizade em Goiânia.

À minha tia Nilza que me acolheu quando me mudei de cidade para realizar o mestrado.

Aos meus familiares, minha avó, Maria José, meu avô, João Barbosa, meu irmão, João Pedro, e minha mãe, Maria Aparecida, que me prepararam para esta caminhada.

Às minhas amigas feministas, Nayra, Shara, Aline Soares, Nilva, Sueide, Mariana e Rayane que acolheram minhas angústias e me ajudaram a seguir na luta por equidade.

À minha amiga Ana Carolina que também venho de Jataí para Goiânia construir novos caminhos.

Às companheiras de orientação, Marcela, Geane, Muriel, Letícia e Raynara e toda à 5ª turma do PPGP.

À servidora Andreia pela abertura em oferecer ajuda e esclarecer as minhas dúvidas.

À minha psicóloga Andreia Alves pelo lugar de escuta e elaboração.

Ao meu companheiro, Murillo, aberto a me acompanhar com leveza pela vida.

À minha filha, Jheniffer, a menina que enche o meu mundo

Sumário

Introdução	11
Capítulo 1 – Mulheres-Lésbicas-Mães	17
1.1 Lesbianidade e Gênero	17
1.2. Lesbianidade e Exercício Sexual.....	23
1.3. Maternidade e lesbianidade	32
1.4. O uso do conceito de Gênero em Psicologia	38
Capítulo 2 – Identidades e Discursos: a construção discursiva da lesbianidade	44
2.1. O Uso do Conceito de Identidade em Psicologia Social	45
2.2. O assumir-se lésbica: a unidade na multiplicidade	49
2.3. Identidade, Discurso e Hegemonia.....	55
Capítulo 3 – Narrativas e Pesquisa: os silêncios desfeitos no ato de narrar	61
3.1. Identidade e os atravessamentos do Tempo, da História e da Memória	61
3.2. Narrativas enquanto forma de fazer pesquisa.....	65
3.3. O uso das entrevistas narrativas nos estudos feministas e de gênero e nos estudos sobre identidade em Psicologia Social	70
3.4. Percurso Metodológico.....	72
3.4.1. Procedimentos metodológicos.....	73
3.4.2. Instrumento de pesquisa	74
Capítulo 4 – “Não adianta, cara, ser lésbica é extremamente complicado. Você não tem o direito nem de se descobrir lésbica. (Maria)	76
4.1. As participantes e suas histórias de vida	76
4.1.1. História de Maria.....	76
4.1.2. História de Ana.....	79
4.1.3. História de Antônia	80
4.1.4. História de Bárbara.....	82
4.1.5. História de Simone	85
4.2. Identidades intercambiantes – tornar-se mãe, assumir-se lésbica	87
4.2.1. O tornar-se mãe	87
4.2.2. O assumir-se lésbica.....	95
4.2.3. Hoje, como eu me vejo.....	107
Considerações Finais	117
Referências bibliográficas	120
Anexos	129

Resumo

Os discursos hegemônicos patriarcal e heteronormativo preconizam uma única forma aceitável socialmente de ser mulher. A lógica binária heteronormativa baseia-se na linearidade entre as práticas sexuais, desejo, sexo biológico, gênero e sexualidade o que restringe a vivência sexual de homens e mulheres a um modelo heterossexual. Desse modo, as vivências sexuais de mulheres lésbicas mães são vistas como inadequadas, o que pode resultar em “uma posição situacional inerentemente conflitiva” e assim gerar sofrimento psíquico. Este estudo tem como objetivo investigar a construção da identidade de mulheres lésbicas mães em um contexto heteronormativo. Trata-se de pesquisa qualitativa cuja geração de dados foi realizado por meio de entrevistas narrativas, no modelo de histórias de vida, de modo a viabilizar o acesso à experiência da maternidade e da sexualidade vivenciada por cinco mulheres que tiveram filhos biológicos em relacionamentos heterossexuais e posteriormente se (auto)declararam lésbicas. Os dados foram analisados de acordo com os pressupostos dos estudos feministas, utilizando da Análise Crítica do Discurso [ACD] para a compreensão dos discursos hegemônicos e de resistência, e dos estudos em Psicologia Social Crítica sobre identidade. Identificamos nas narrativas as intuições casamento, religião e família como reprodutoras dos discursos hegemônicos patriarcais e heteronormativos. A lesbianidade não foi colocada como possibilidade, já o casamento e a maternidade foram previstos às nossas narradoras. Ao incorporarem uma nova personagem, o ser lésbica, o ato de assumir a lesbianidade representou uma ação política e de resistência. As formas de resistência citadas pelas participantes foram o ativismo, práticas esportivas, a dança, a música, o apoio da companheira e o suporte psicológico. Dessa maneira, nossa pesquisa oportunizou um lugar de escuta e diálogo sobre como as mulheres lésbicas mães (re)significam suas histórias diante do fato de a lesbianidade ainda ocupar um espaço de invisibilidade e silêncio na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Gênero; Sexualidade; Lesbianidade; Maternidade; Narrativas.

Abstract

The patriarchal and heteronormative hegemonic discourses advocate a single socially acceptable way of being a woman. The heteronormative binary logic is based on the linearity between sexual practices, desire, biological sex, gender and sexuality, which restricts the sexual experience of men and women to a heterosexual model. Thus, the sexual experiences of lesbian women mothers are seen as inappropriate, what may result in “an inherently conflicting situational position” and generate psychological distress. This study aims to investigate the construction of the identity of lesbian women mothers in a heteronormative context. It is a qualitative research whose data generation was carried out through narrative interviews, in the model of life stories, in order to facilitate the access to the experience of motherhood and sexuality lived by five women who had biological children in heterosexual relationships and later (self) declared themselves lesbians. To do so, we investigated the construction of the identity of lesbian women mothers, and how this form of identity can be constituted as a discourse of resistance before the hegemony of heteronormativity. The data were analyzed according to the assumptions of feminist studies, using Critical Discourse Analysis (ACD) to understand hegemonic and resistance discourses, and studies in Critical Social Psychology about identity. In the narratives, we identified the marriage, religion and family institutions as reproducing patriarchal and heteronormative hegemonic discourses. Lesbianism was not considered a possibility, since marriage and motherhood were foreseen for our narrators. When incorporating a new character, the lesbian being, the act of assuming lesbianity represented a political and resistance action. The ways of resistance cited by the participants were the activism, sports practices, dance, music, companion support and psychological support. This way, our research provided an opportunity for listening and dialogue about how lesbian women mothers (re)mean their stories facing the fact that lesbianity still takes up space of invisibility and silence in a contemporary society.

Keywords: Gender; Sexuality; Lesbianity; Motherhood; Narratives.

Introdução

Qualquer percurso de reflexão trilhado durante o desenvolvimento da pesquisa atravessa o lugar social que ocupamos. Consoante com uma perspectiva feminista, localizo-me como pesquisadora, mulher, branca, mãe, de classe média baixa, jovem, heterossexual, natural de uma cidade do interior de Goiás e psicóloga. Atravessada pelos marcadores que constituem a minha identidade, em especial como mulher, mãe e pesquisadora, a pesquisa nos convidou a olhar para os lugares que escolhi caminhar na construção do meu objeto de estudo em diálogo com a Psicologia e os estudos feministas.

A minha trajetória como pesquisadora iniciou-se na graduação em Psicologia por meio de projetos de iniciação científica e extensão em que tivemos a oportunidade de pesquisar e atuar com mulheres e homens em situação de violência doméstica e intrafamiliar no Juizado e estudantes de escola secundarista de Jataí/Goiás. Dessa maneira, entramos em contato com os estudos feministas e de gênero e a Psicologia Sócio-Histórica em interlocução com a prática e experiências vivenciadas como mulher, graduanda, mãe e feminista. Ao refletirmos sobre o meu cotidiano, observamos discursos que designavam uma única maneira correta e aceita socialmente de ser mulher e mãe os quais não me adequava por ter sido mãe adolescente. A partir dessa observação, a proposta de pesquisar a identidade de mulheres mães lésbicas surgiu na intenção de formar um espaço de fala e escuta para mulheres que vivenciam um modelo de maternidade marginalizada socialmente.

Pensando sobre as variadas formas de ser mulher, refletimos acerca dos discursos que atravessam a construção da identidade das mulheres lésbicas mães e as suas possibilidades de resistência. Além de alguns estudos feministas e da Psicologia Social Crítica e da Psicologia Sócio Histórica, recorreremos também a alguns autores da Análise de Discurso Crítica [ADC] compreendendo que os processos identitários ao longo da vida são constituídos pelos discursos sociais. Refletimos que os discursos constroem as relações sociais de poder e as identidades, mas são constituídos por esses elementos por meio de uma relação dialética com as estruturas sociais (Fairclough, 2001; Lima, Lima & Coroa, 2016). Para evidenciar o movimento de metamorfose das identidades em contraponto com a ideia de uma identidade fixa às mulheres preconizada pelos discursos hegemônicos, a amostra foi composta por cinco mulheres que tiveram filhos biológicos em relacionamentos heterossexuais e posteriormente se declararam lésbicas.

Utilizamos a perspectiva de identidade de Antônio da Costa Ciampa (1987/2007) que

apresenta uma concepção não essencialista em que a formação da identidade, da diferença, do indivíduo e do coletivo são atravessados pela linguagem de forma dinâmica. A partir da concepção que identidade é metamorfose, a metamorfose humana aparece como questão central em pesquisas em Psicologia Social. Assim, o ser mulher lésbica mãe é analisado por meio da rejeição da ideia de que a identidade seja algo dado e fixo, mas sim enquanto uma articulação de igualdades e diferenças. Nesse lugar de análise, assumimos o desconforto de compreender a construção da identidade de mulheres lésbicas mães em seu ponto de oscilação e de instabilidade.

Ao se discutir sobre a sexualidade, nos debruçamos diante das categorias gênero, lesbianidade e discurso hegemônico. Rubin (2017/1949, p.64) esclarece que “o sexo sempre é político”, ou seja, o exercício sexual é carregado de uma política interna e externa em que os comportamentos humanos e as formas institucionais determinam a sexualidade em um tempo e lugar, de acordo com a atividade humana. Partimos da concepção que a sexualidade e o gênero não são atributos naturais ao corpo, portanto devem ser entendidos além de uma questão individual. Gênero e atividade sexual são constituídos por uma sociedade, uma história e uma cultura em que diferentes valores e práticas sexuais são legitimados ou não, conforme redes de poder (Scott, 1989).

Podemos citar os discursos hegemônicos patriarcal e heteronormativo baseados na concepção ideológica que as identidades são fixas e imutáveis portanto, haveria somente uma forma correta e aceita socialmente de ser mulher. Butler (2016) nos auxilia na compreensão de como os discursos heteronormativos constituem as identidades. A lógica binária heteronormativa prevê uma linearidade entre desejo, atividade sexual, gênero, sexo e práticas sexuais o que restringe a expressão sexual de homens e mulheres ao modelo heterossexual. Nos afastamos da suposição que o sexo, o gênero e a sexualidade existem em relação mútua, que se espera, por exemplo, que ao nascer biologicamente fêmea, as mulheres desenvolvam traços femininos e sejam heterossexuais.

Utilizar a categoria gênero nos possibilitou desnaturalizar e negar a possível existência de uma identidade feminina inerente às mulheres. Dessa maneira, a partir de uma perspectiva feminista notamos que incluir e apresentar a experiência das mulheres dependeria de como o termo gênero poderia se desenvolver como categoria de análise. As teóricas feministas buscavam compreender de que forma o gênero foi utilizado como mecanismo de opressão para legitimar os discursos heteronormativos e patriarcais (Scott, 1989). Nos anos de 1980, os estudos e pesquisas sobre as mulheres se diversificam, propondo a reflexão sobre as questões de gênero nos diversos eixos de opressão e desigualdades que afetam a vida das mulheres, sejam

eles etnia/raça, sexualidade, classe, geração, nacionalidade dentre outros (Piscitelli, 2002; Saffioti, 2004).

Ao desvelarmos os discursos que significam a categoria mulher, identificamos que a lesbianidade confronta os modelos hegemônicos sobre o ser mulher, conseqüentemente ela foi apagada na literatura, na política na cultura e na história. Teorizações com o objetivo de desnaturalizar a relação heterossexual apareceram somente a partir da década de 1990 (Swain, 1999). A lesbianidade compõe ferramenta política necessária aos estudos feministas, frente a um conhecimento que durante muito tempo manteve um discurso heteronormativo (Piscitelli, 2002; Rich, 2010). A vivência de mulheres lésbicas tornou-se a ruptura de um tabu, bem como a rejeição de um modo compulsório de vida o que dificulta a construção de um espaço de pertencimento social para essas mulheres. Diante dessa realidade, a lesbianidade permaneceu silenciada e negada como possibilidade de existência (Rich, 2010).

Ao refletirmos sobre a produção de um saber psicológico sobre as vivências sexuais e as relações de gênero, observamos que os saberes científicos naturalizaram, normatizaram e patologizaram as formas de ser. Sposito (2015) pontua que um olhar crítico de enfrentamento aos preconceitos sobre a lesbianidade não se reflete em toda prática profissional dos psicólogos, ainda atravessada por intervenções com cunho religioso, patológico e conservador. Diante desse contexto, destacamos a importância de a ciência psicológica contemplar, em seus estudos, as questões de gênero e sexualidade como categorias implicadas em relações de poder.

No que tange à escolha do método narrativo, o uso das narrativas é valorizado nas investigações feministas, considerando a construção de um espaço profícuo para o compartilhamento de experiências dos modos de ser mulher. Esse espaço possibilitou a reformulação de significados do cotidiano feminino e um lugar de escuta e não-silenciamento (Santos, Mezzari & Teixeira Filho, 2018). Nossa pesquisa tratou-se de pesquisa qualitativa cuja geração de dados foi realizada por meio de entrevistas narrativas, no modelo de histórias de vida, conforme desenvolvido por Bertaux (2010) e Jovchelovitch e Bauer (2002), de modo a possibilitar o acesso à experiência da maternidade e da sexualidade vivenciada por cinco mulheres lésbicas. Para tanto, investigamos a construção da identidade de mulheres lésbicas mães em um contexto heteronormativo, e como essa forma identitária pode se constituir como um discurso de resistência ante a hegemonia da heteronormatividade. Para alcançar esse objetivo, especificadamente analisamos como as categorias gênero e sexualidade atravessam a construção da identidade de mulheres lésbicas mães e buscamos evidenciar de que forma os discursos heteronormativos e de resistência apareceram nas narrativas das participantes.

Nosso relato final da pesquisa foi dividido em 4 capítulos seguidos das Considerações finais. No capítulo 1 – *Mulheres-Lésbicas-Mães* – No primeiro e no segundo tópico do capítulo 1 evidenciamos de que forma as categorias gênero e exercício sexual atravessam a lesbianidade por meio da contribuição das teóricas feministas Simone Beauvoir, Gayle Rubin, Adrienne Rich, Joan Wallach Scott e Judith Butler. Além disso, exploramos o conceito de patriarcado por meio da autora Heleieth Saffioti e o conceito de heteronormatividade de Butler, no caminho de desvelar os discursos que designam privilégios e poder aos homens em detrimento da submissão e opressão das mulheres, além de legitimar a heterossexualidade como única forma de expressão da sexualidade humana. No terceiro tópico, tratamos sobre a interlocução entre lesbianidade e maternidade. Para tal, realizamos um breve histórico sobre os significados da maternidade ao longo do tempo, de forma a (des)naturalizar a ideia que a maternidade é um exercício natural às mulheres. Notamos que o ser mãe lésbica confronta a concepção de que para ser mãe as mulheres devem manter uma identidade heterossexual – como se a maternidade só fosse possível para mulheres não lésbicas.

O último tópico do capítulo trata sobre o desenvolvimento do conceito de gênero na ciência psicológica. Neste caminho, buscamos conhecer historicamente a inserção dos estudos de gênero na universidade pelas teóricas feministas e como a Psicologia acolheu essa perspectiva em seu campo de saber. Evidenciamos os discursos patológicos, individualizantes e biologicistas sobre gênero e sexualidade que ainda permeiam as práticas e saberes psicológicos. Em contraponto, a Psicologia Social Crítica e Psicologia Sócio-Histórica buscou romper com práticas e epistemologias cuja visão de sujeito é a-histórico, isolado da sua cultura.

No capítulo 2 – *Identidades e Discursos: a construção discursiva da lesbianidade* – tratamos sobre o conceito de identidade foi trabalhado em nossa análise, por meio de um breve histórico do desenvolvimento do conceito em Psicologia Social. Para tanto, caminhamos na história do surgimento da Psicologia Social e as tendências positivistas que atravessaram o seu campo de saber na busca de responder a pergunta de como se dá a relação entre indivíduo e sociedade. A crise em Psicologia Social possibilitou a construção de uma nova perspectiva que nos leva a criação de uma Psicologia Social Crítica. De acordo com essa nova ótica, a práxis é incluída na análise da construção teórica frente a posição da pesquisadora em relação com o fenômeno que se pretende conhecer.

Ao longo desse percurso, nos aproximamos da concepção de identidade enquanto metamorfose de acordo com o autor Antônio da Costa Ciampa, já desenvolvida na sua tese de doutorado, que abrirá a discussão do segundo tópico deste capítulo. De acordo com o caminho teórico do autor, a noção de subjetividade e objetividade, como dois polos, atravessam o

processo de formação da identidade do indivíduo, singular e uno. A sobrevivência de toda formação social tem relação com o modelo de produção dominante, conforme um mundo capitalista que nega as possibilidades de humanização. Nesse tempo e lugar histórico, a identidade é compreendida na articulação de vários personagens, igualdades e diferenças, formada por uma história pessoal. Recorremos no último tópico do capítulo a Análise de Discurso Crítica na busca de compreender a construção dos sentidos que formam as identidades de gênero e sexuais atravessadas pelos discursos hegemônicos.

No capítulo 3 – *Narrativas e Pesquisa: os silêncios desfeitos no ato de narrar* – analisamos os conceitos de tempo, história e memória em relação com o processo de lembrar e narrar. Aprofundamos sobre os fatores sociais que envolvem o tempo, a história e memória e a constituição daquilo que é lembrado ou relegado ao silenciamento. O percurso metodológico é explorado em relação com o referencial teórico escolhido. Consoante com Ciampa (1987/2007), as narrativas de vida podem demonstrar como o ser humano se caracteriza e supera as circunstâncias dadas por meio da capacidade de criar projetos de si. Podemos então, por meio desse método compreender o resultado das ações das participantes ao promover uma realidade e uma significação própria (Lima, 2014).

O capítulo 4 – *“Não adianta, cara, ser lésbica é extremamente complicado. Você não tem o direito nem de se descobrir lésbica (Maria)”* – conhecemos a história de vida das participantes Maria, Ana, Simone, Bárbara e Antônia. Em cada narrativa identificamos o enredo da história, que consiste no núcleo central destacado na narração pelas narradoras. Posteriormente, relacionamos e categorizamos os elementos encontrados nas histórias de vida o que derivou em três categorias de análise: a primeira o tornar-se mãe, a segunda o assumir-se lésbica e a terceira hoje, como eu me vejo. A análise foi realizada a luz dos pressupostos teóricos escolhidos que são eles: os estudos feministas e de gênero, Análise de Discurso Crítica e a teoria sobre identidade de Antônio da Costa Ciampa.

Longe de chegarmos a conclusões definitivas, nas *Considerações finais* tratamos sobre a pesquisa enquanto espaço de resistência e resignificação da história de vida das narradoras. Apontamos o percurso trilhado durante a pesquisa em relação com os objetivos que guiaram a execução deste estudo. Frente aos discursos que atravessaram as narrativas, os modelos heteronormativos e patriarcais foram reproduzidos pelas instituições casamento, família e religião e assim incorporados por nossas narradoras, ao longo da vida, por meio da repetição da personagem mulher-mãe-heterossexual. Na busca por corresponder aos discursos hegemônicos designados ao ser mulher, a lesbianidade não era colocada como possibilidade. Ao romperem com a personagem mulher-mãe-heterossexual, antes ou após o casamento, a narradoras

tornaram-se outra, a mulher-mãe-lésbica. O tornar-se outra ilustrou o movimento de metamorfose das identidades, bem como a construção de novos sentidos e alternativas de existência criados pelas narradoras.

Capítulo 1

Mulheres-Lésbicas-Mães

“A mulher que não for boa mãe, deixa por isso mesmo de ser mulher” (Priori, 2013, p.82).

“As lésbicas não são mulheres”
(Wittig, 1980, p.6).

O ser mulher-lésbica-mãe enfrenta um contexto de luta por espaços de pertencimento e reconhecimento social dado o lugar social que a lesbianidade ocupa frente aos discursos hegemônicos heteronormativos e patriarcais. Conforme os significados atribuídos às identidades sexuais e às identidades de gênero, percebemos discursos que legitimam e reproduzem a ideia de uma identidade fixa e unívoca sobre o que as mulheres deveriam ser. Diante dessa problemática, buscamos compreender como os discursos hegemônicos atravessam a construção da identidade de mulheres lésbicas e mães. Dentre os principais conceitos que serão discutidos ao longo do capítulo, é necessário compreender de que lugar partimos para analisar os termos gênero e sexualidade na Psicologia, pois “o modo como pesquisamos e, portanto, o modo como conhecemos e também escrevemos é marcado por nossas escolhas teóricas e por nossas escolhas políticas e afetivas” (Louro, 2007, p. 213).

Refletir sobre as questões de gênero e sexualidade como categorias que atravessam a lesbianidade em uma perspectiva feminista repercutiu no contato com estudos interdisciplinares que abarcassem nosso objeto de pesquisa. Diante da riqueza dessa articulação com demais áreas do saber, verificamos a importância de a ciência psicológica contemplar, em seus estudos, as questões de gênero e sexualidade como categorias implicadas em relações de poder.

1.1 Lesbianidade e Gênero

A categoria gênero nos permitiu refletir sobre como a dimensão sexual, enquanto uma prática cultural, social e histórica, constituem as identidades (Rago, 1988). É nesse percurso que a noção de gênero surgiu para abranger as relações de poder, por meio de definições que superassem as concepções binárias, biológicas, que afirmavam que os órgãos sexuais são determinantes na construção das expressões de gênero e da vivência sexual, pois “as subjetividades são históricas e não naturais” (Rago, 1998, p.91). Observamos a importância do uso do marcador gênero, em nosso estudo, o que nos possibilitou uma análise crítica das desigualdades, violências e preconceitos que marcam a vivência das mulheres lésbicas mães,

que não se adequam a um modelo heteronormativo (Butler, 2016; Piason & Strey, 2012). Evidenciamos as relações de poder que atravessam a constituição das identidades de gênero e sexuais e como algumas formas de ser e exercer a sexualidade são discriminadas ou aceitas socialmente (Butler, 2016). Por relações de poder entendemos que são relações de forças que produzem ações, afetos, identidades, discursos que se difundem, de forma múltipla, produzindo pessoas sujeitadas ou subversivas aos discursos hegemônicos (Salih, 2018).

Segundo Beauvoir (1949/1970), toda pessoa nasce com um sexo, ou seja, todo ser humano é sexuado, o sexo qualifica o ser humano. Neste estudo, usamos a definição de sexo em alusão a uma identidade sexuada que nos é atribuída com base nas circunstâncias do nascimento, relacionada com o ter uma genitália – pênis ou vagina – reconhecida como macho ou fêmea (Butler, 2016). O masculino e o feminino são uma forma de entender o corpo humano baseado na circunstância de termos uma genitália distinta reconhecida de macho ou fêmea. Com base nesta circunstância a nossa identidade de sexo e gênero nos é atribuída, de modo que jeitos e gestos, símbolos, comportamentos e vestimentas são designados aqueles que nascem com um pênis – masculino ou com uma vagina – feminino (Butler, 2016; Salih, 2018). Construiu-se a ideia de um corpo binário composto por um eu masculino ou feminino precisamente e profundamente diferenciado (Nicholson, 2000). Utilizar o conceito de gênero significa desnaturalizar e negar a possível existência de uma natureza feminina ou masculina.

É imperativo à espécie humana elaborar socialmente fenômenos naturais, por isso se torna inviável separar a natureza daquilo que foi transformado pelos processos socioculturais (Saffioti, 1987). Partimos da definição de gênero como uma categoria de análise, socialmente imposta sobre um corpo sexuado constituído por meio da história e da cultura. No nosso estudo, o uso da categoria gênero coloca ênfase em um sistema de relações que incluem o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo ou pela sexualidade (Scott, 1989). O político, a história, a cultura e as sociedades são incluídas na análise do gênero. A partir dessa percepção, o sexo não é um reflexo do gênero, o gênero é construído, aberto a uma variedade de significados culturais ocasionados a um corpo sexuado. Se o sexo não está preso ao gênero, ele pode superar os limites do binário.

De acordo com Beauvoir (1949/1970) e Rubin (2017/1949), o gênero é produto de uma constituição cultural, enquanto a anatomia humana comporia a base material na qual os significados sociais e culturais do gênero são construídos (Piscitelli, 2002; Narvaz, 2009). Notamos que a ideia de construção social dos sujeitos mantém “a perspectiva de que a construção social se faz sobre ou a partir de um corpo” (Louro, 2007, p. 208), como se esse corpo existisse antes ou fora da cultura. Butler (2016) problematiza que essa análise binária

descontextualiza, analítica e politicamente, o que é considerado enquanto feminino da constituição da classe, raça/etnia, sexualidade e demais eixos das relações de poder, que também constituem as identidades. Notamos que as categorias de identidade estruturadas por um discurso hegemônico que utiliza dos marcadores sexo, sexualidade, gênero, prática sexual e desejo como meio de normatizar e naturalizar a heterossexualidade, engendra um modelo que se torna predominante nas relações sociais (Swain, 1999).

A dimensão social do sexo não existe *a priori* nos discursos que o elaboram e o definem. Dessa forma, a produção discursiva sobre o gênero e o sexo baseiam-se nas diferenças sexuais em que nos corpos a dominação é reproduzida (Narvaz, 2009; Piscitelli, 2002). Nesta perspectiva, “a nomeação do gênero não é simplesmente a descrição de um corpo, mas aquilo que efetivamente faz existir o corpo [...] o corpo só se tornaria inteligível no âmbito da cultura e da linguagem” (Louro, 2007, p. 209). O gênero pode ser apresentado enquanto natural no momento em que é materializado nos corpos. Ele é persistentemente repetido na reprodução das identidades culturais em que a divisão sexual criou uma aparência de divisão natural. O gênero performático se constitui como um conjunto de significados repetidos dentro de um quadro regulatório e rígido em que as expressões identitárias são supostamente seu resultado (Butler, 2016; Rocha, 2014). As identidades de gênero e sexuais são um construto performativo, relacionadas sempre com um fazer que faz existir aquilo que nomeia (Butler, 2016). Salih (2018, p.89) aponta que “não é algo que somos, é algo que fazemos, um ato, ou mais precisamente, uma sequência de atos, um verbo em vez de um substantivo, um “fazer” em vez de um “ser”.

Dentre os discursos hegemônicos que regulam o exercício da sexualidade da mulher, preconizando uma única forma aceitável de exercê-la, destacamos o sistema patriarcal e a heteronormatividade. A lógica binária heteronormativa é uma norma social estruturada na linearidade entre desejo, práticas sexuais, sexo e gênero, o que restringe a expressão sexual das mulheres e dos homens ao modelo heterossexual (Butler, 2016). Dessa forma, percebemos uma obrigatoriedade social e cultural de que os relacionamentos devem ser homogêneos no sentido de respeitar as categorias sociais de sexualidade/raça/classe/idade (Mattar & Diniz, 2012). Há uma ligação entre o sexo e o gênero culturalmente instituído como expressão e efeito do desejo sexual e das práticas sexuais. A heterossexualização do desejo produz posições assimétricas e discriminatórias entre o feminino e o masculino. Essa visão heterossexualizada do mundo, gera a ideia de uma sexualidade normal ou natural limitada às relações sexuais entre homens e mulheres. As demais formas de vivenciar a sexualidade seriam então consideradas diferentes da norma (Welzer-Lang, 2001).

Nos afastamos da suposição que o sexo, o gênero e a sexualidade existem em uma relação necessariamente mútua em que se espera, por exemplo, que alguém que nasceu biologicamente fêmea, desenvolva traços femininos e tenha desejo por homens (Butler, 2016, Salih, 2018). Considerando que o gênero não é natural, “não há uma relação necessária entre o corpo de alguém e o seu gênero” (Salih, 2018, p.67). Sendo assim, é possível existir uma fêmea que não tenha traços femininos, ou um macho que não tenha traços masculinos (Salih, 2018). Desse modo, o discurso da heteronormatividade e do patriarcado, enquanto modelos hegemônicos dominantes nas sociedades ocidentais, molda os valores ideológicos que oferecem supostamente uma coerência às práticas sociais que determinam um padrão de ser mulher aceitável socialmente.

Visto que “ninguém, nem mesmo homossexuais masculinos e femininos, travestis e transgêneros, fica fora do esquema de gênero patriarcal” (Saffioti, 2015, p.130), o gênero é utilizado para significar as relações de poder, concreta e simbolicamente, de toda a vida social (Scott, 1989). O sistema patriarcal é uma ordem hierárquica constituída por meio da diferença sexual, baseado na exploração e dominação do homem sobre a mulher, atribuindo ao masculino privilégios culturais, simbólicos e materiais. A cultura originada pela exploração-dominação patriarcal baseia-se no controle que atravessa todas as áreas sociais. A relação desigual entre os gêneros se estabelece na esfera pública e privada, utilizando do poder como meio de validar a dominação masculina, de modo a subjugar e oprimir o feminino (Saffioti, 2015). Fundado em ideologias e na violência, mesmo antes do surgimento do capitalismo, a ordem patriarcal invade todos os espaços da sociedade e materializa-se nas relações entre as pessoas (Saffioti, 2015). Saffioti (2015) nos alerta que o conceito de patriarcado precisa ser compreendido em seu caráter histórico. Os significados designados ao feminino – mulher, e ao masculino – homem podem ser diferentes e coligirem de acordo com uma experiência histórica qualitativamente distinta entre eles.

Às mulheres foram destinadas a tarefa de cuidados dos/as filhos/as, as atividades domésticas, o recato, a docilidade, a submissão e a inferioridade perante o homem, além de serem silenciadas e submetidas à vida privada e familiar (Piason & Strey, 2012). Como consequência, percebemos o estabelecimento de determinações desiguais nos papéis de gênero socialmente instituídos, destinando-se aos homens o direito de dominação sexual, econômico e emocional sobre as mulheres. Construiu-se um ideal de mulher branca e de classe média cujas características são a fragilidade, a piedade, a passividade, a falta de inteligência e de desejo sexual. Tais características foram incorporadas e assim reproduzidas pelas mulheres de modo a contribuir com a manutenção da ordem patriarcal (Souza, 2005). Diante disso, “ainda que não

sejam cúmplices deste regime, colaboram para alimentá-lo” (Saffioti, 2015, p. 198). A autonomia e a emancipação das mulheres ameaçavam as instituições que exercem controle sobre elas, a família, a religião e o Estado (Rich, 2010; Saffioti, 2015). Isso acarretou, durante muito tempo, a impossibilidade de satisfação do desejo e obtenção de prazer delas, empregando um único modelo de viver a sexualidade destinada apenas para a reprodução, e impedindo o domínio autônomo de seus corpos (Louro, 2000; Mattar & Diniz, 2012; Saffioti, 2015).

Diante da premissa que a sociedade não pode existir sem gênero, duas imagens binárias são construídas de acordo com a diferença anatômica entre os sexos, o feminino e o masculino. (Saffioti, 1976, 1987, 2015). Nesse sentido, Saffioti (1987, p.8) ressalta que “a identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias do sexo”. Os atributos femininos são positivos quando encontrados em mulheres, mas desqualificam o homem que os possui. O mesmo ocorre com a masculinidade frente às mulheres, de modo que a mulher lésbica, por exemplo, é desqualificada por, muitas vezes, apresentar traços masculinos. A rejeição de muitas lésbicas aos atributos femininos, como a recusa à passividade e à atividade sexual direcionada para homens, gera uma tensão social contra a imagem de uma mulher forte e masculinizada. É frequente observamos que essa díade entre o feminino e o masculino sugere uma divisão entre lésbicas mais masculinizadas ou afeminadas. A primeira ocuparia uma posição ativa na relação sexual e a segunda uma posição passiva. Apesar da “lésbica masculinizada” ocupar um lugar social valorizado pela ideologia da virilidade, ela é estigmatizada ao ser considerada libertina e incapaz de estabelecer relações estáveis e duradouras com outras mulheres (Almeida & Heilborn; Torrão Filho, 2005).

A lesbianidade é um modelo de identidade sexual que desestabiliza os discursos hegemônicos que preconizam sentidos atribuídos ao que se considera feminino ou masculino. A regulação binária do exercício sexual suprime a multiplicidade subversiva de uma sexualidade que não rompe com a matriz heterossexual (Butler, 2016). O critério da diferença é utilizado para separar os conceitos de homem e mulher como se fossem categorias excludentes, delegando ao feminino uma representatividade inferior por ser considerado diferente do masculino. Além de ser uma expressão de diferenças, a identidade de gênero formula-se na supressão das semelhanças entre os gêneros, o que demanda a repressão do que se considera traços femininos, aos homens e da repressão dos traços masculinos, às mulheres (Rubin, 1949/2017). Há ambiguidades e incoerências nas práticas heterossexuais, homossexuais e bissexuais estruturadas em um modelo binário entre o masculino e o feminino, pois os sentidos sobre essa distinção são diferentes e diversos. Logo, precisamos rejeitar o

caráter fixo e permanente da oposição binária, e assim historicizar e desconstruir os termos das diferenças sexuais (Scott, 1989).

Prevalece, em algumas teorias feministas, o aspecto de construção do ser mulher e do sujeito de gênero, com a intenção de superar o determinismo biológico que definia as diferenças sexuais e os papéis sociais entre homens e mulheres, como Rubin (1949/2017) e Beauvoir (1949/1970) realçam em suas análises. Uma das concepções que recusaria ideias universais sobre a condição da mulher é o sistema sexo-gênero criado por Rubin. A autora define o sistema sexo-gênero como “uma série de arranjos por meio dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (Rubin, 1949/2017, p.11). Nesse sentido, a cultura (gênero) sobrepõe a natureza (sexo), de modo que a diferença sexual é determinada pelos aspectos culturais e sociais. O sistema sexo-gênero é uma invenção social binária que estabelece as diferenças entre o feminino e o masculino conforme o sexo biológico. Tal sistema consistiria na base da divisão sexual do trabalho e do direcionamento da sexualidade para um modelo heterossexual, fator de origem da opressão das mulheres, das práticas homofóbicas e sexistas que levam a cultura do estupro e o aumento crescente da violência contra mulheres, lésbicas, homossexuais, transexuais e travestis (Narvaz, 2009; Piscitelli, 2002; Rubin, 1949/2017).

Beauvoir (1949/1970), ao analisar as questões que envolvem o gênero, afirma que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. Consoante Beauvoir (1949/1970), criticamos a universalidade do sujeito enquanto natural, universal e absoluto, sendo este inscrito em um processo cultural e histórico que o constitui. Para a autora, o ser mulher é sempre construído sob uma variação cultural em que um conjunto de significados sobre os corpos de homens e mulheres são absorvidos dentro de um contexto social.

No nosso estudo, questionamos de forma mais específica o que é uma mulher lésbica. Compreendemos que o ser lésbica é constituído em um devir constante e está aberto a ressignificações contínuas nas práticas discursivas. Unidades provisórias do ser lésbica emergem e se colidem em ações concretas que ultrapassam a tentativa de formar uma identidade lésbica. Para Butler (2016), a continuidade identitária não é feita de características lógicas e coerentes sobre a personalidade, mas mantidas por uma rede de normas inteligíveis. Por meio dessa análise, não definiremos uma coerência para o que é ser lésbica, mas buscamos abranger o olhar para as diversas dimensões do sujeito e como ele se constitui por inteiro, formando um jeito de ser e viver. A partir dessa reflexão, nos atentaremos a como a lesbianidade é representada no imaginário social e vivenciada pelas mulheres em uma rede de significados e relações de poder, que atravessam o gênero e o exercício da sexualidade.

A repetição de elementos heterossexuais e patriarcais, frequentemente observado nas culturas sexuais gays e hétero, pode representar o lugar inevitável da desnaturalização e mobilização das categorias de gênero (Butler, 2016; Salih, 2018). Podemos inferir, então, que as mulheres lésbicas podem corroborar com os discursos heteronormativos e patriarcais, pois suas identidades são formadas e significadas por um modelo sexual e de gênero já preexistente na sociedade. Na medida que as relações afetivas são construídas entre casais lésbicos, muitas vezes o que se dispõe é a reprodução dos estereótipos de gênero, do machismo e das relações de violência. À vista disso, é necessário nos questionarmos sobre quais as formas de ser e quais práticas sociais desestabilizariam os gêneros e as sexualidades ou reforçariam as estruturas de poder heterossexuais (Butler, 2016; Salih, 2018).

Butler (2016) questiona em que medida a mulher e a coerência identitária atribuída às mulheres são normas socialmente instruídas e mantidas. As identidades são asseguradas por conceitos que estabilizam as categorias sexuais e do gênero. A categoria mulher foi criada para estabilizar a relação binária e de oposição ao homem. A lésbica não teria sexo; transcenderia o binarismo como possibilidade de significar a sexualidade em sua vida por não fazer parte de um sistema heterossexual. A própria identidade é cambiante, reintegrada e rearticulada em um campo de forças dinâmicas. Desnaturalizar, proliferar e deslocar as identidades possibilitaria a revelação da matriz heterossexual e desconstrução de perspectivas de que as identidades são definitivas e fixas (Butler, 2016; Salih, 2018). Nesse lugar, o feminismo lésbico recusa a categoria mulher em prol de subverter o binário a ponto deste perder seu sentido (Butler, 2016, Miskolci, 2009, Rocha, 2014). Wittig (1980, p.6) conclui que “as lésbicas não são mulheres”, já que a lesbianidade não corresponde ao ideal social de mulher.

1.2. Lesbianidade e Exercício Sexual

A discussão da identidade enquanto um fenômeno social nos possibilita avançar na reflexão de como determinadas identidades sexuais foram reguladas, condenadas ou negadas socialmente (Ciampa, 1989; Louro, 2000). É no âmbito da cultura e da história que são definidas as identidades sociais, sejam elas sexuais, de gênero, de raça/etnia, nacionalidade, classe, dentre outras. A noção da lesbianidade é uma construção social na qual os discursos empregados variam de acordo com um contexto histórico e social específicos (Santos e cols., 2016). Assim sendo, buscamos identificar os discursos que significaram a lesbianidade ao longo da história, dentre eles podemos apontar a discussão científica que propôs a criação de termos e definições às práticas sexuais consideradas saudáveis ou patológicas.

A criação do termo homossexual pode ser compreendida como um processo de

discussão científica sobre as práticas afetivas, eróticas e sexuais de modo a explicar e diferenciar práticas sexuais consideradas patológicas ou não. A lógica psicopatológica definiu a heterossexualidade como padrão saudável do comportamento sexual entre as pessoas e as demais expressões da sexualidade foram nomeadas como sinais de doença, desvio e anormalidade (Sposito, 2015). No século XIX, vigorou a heterossexualidade compulsória e a vivência da homossexualidade era considerada crime, doença e pecado (Miskolci, 2009). Os discursos médico, psiquiátrico e psicológico contribuíram para o processo de patologização das identidades de gênero e sexualidades que não se encaixavam em um modelo heterossexual e binário – homem e mulher. A condenação psiquiátrica dos comportamentos sexuais recorreu a conceitos de inferioridade mental e emocional, por exemplo. De modo que, as categorias transexualidade, lesbianidade e homossexualidade, foram incluídas nos manuais de distúrbios mentais e de doenças, como o Manual de Diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais [DSM] e no Manual de Classificação Internacional de Doenças [CID] (Louro, 2000; Miskolci, 2009).

A concepção de homossexualidade como patologia começou a sofrer alterações a partir de 1970, que se refletiram em alguns marcos legais e científicos, como a retirada destas categorias dos Transtornos Sexuais da 3ª edição do DSM. Destacamos que em 1973, a Organização Mundial de Saúde [OMS] declarou que a homossexualidade não poderia ser considerada como doença. Posteriormente, no campo psicológico brasileiro, o Conselho Federal de Psicologia [CFP], por meio da resolução 01/99, passou a considerar a homossexualidade como uma das várias possibilidades do exercício sexual e não mais como um distúrbio, patologia ou perversão (Borges, 2009; Conselho Federal de Psicologia [CFP], 1999; Rubin, 1949/2017). Entretanto, as homossexualidades ainda se mantêm na linha de tensão estruturada entre a despatologização identitária e a patologização conservadora e religiosa (Sposito, 2015).

Percebemos que as transformações sociais dos anos 1960, 1970 e 1980 consistiram em um espaço histórico e político da ascensão dos movimentos feministas e dos movimentos de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis [LGBT], e que oportunizaram o debate sobre as identidades, gêneros e sexualidades. Os estilos de vida e de se relacionar mostraram profundas transformações em setores do âmbito privado considerados imutáveis e a-históricos. Podemos destacar as novas tecnologias reprodutivas, por exemplo, que possibilitaram a transgressão das fronteiras sexuais para a reprodução, como o congelamento de embriões e a fecundação *in vitro*, as intervenções médicas e psicológicas frente ao reconhecimento da identidade transexual, relacionamentos afetivos via redes sociais, uniões afetivas estáveis entre

casais homossexuais. Louro ressalta que “todas essas transformações afetam, sem dúvida, as formas de se viver e de se construir identidades de gênero e sexuais” (2000, p.5). No entanto, notamos que as vidas de gays e lésbicas ainda continuam marcadas por discursos heteronormativos.

A lesbianidade, como modelo que está em confronto com os discursos hegemônicos patriarcal e heteronormativo, acabou por ser apagada na literatura, na política, na cultura e na história (Rich, 2010). Observamos a desvalorização da sexualidade das mulheres que repercutiu na falta de informação sobre a vivência sexual delas na ciência e a negação do desejo afetivo e sexual entre elas. O campo científico, por muito tempo, não reconheceu o clitóris como órgão de obtenção de prazer. Podemos citar algumas percepções sobre a sexualidade das mulheres como a de Galeno (130 a 200 a.C.) que realizou uma analogia entre pênis e vagina em que a vagina foi considerada um pênis invertido. Estudos psicanalíticos trataram o clitóris como uma réplica inferior do pênis relacionado a sexualidade feminina infantil. As primeiras alusões ao clitóris foram realizadas por parteiras, no século XVI, responsáveis por aplicar tratamentos para histeria, por meio de duchas e aparatos a vapor o que originou o primeiro vibrador eletromecânico, já no século XX (Soares, 2010).

Miskolci (2009) destaca que a maior parte dos estudos relacionados com a reprodução, sexualidades, masculinidades ou feminilidades ainda seguem a moldura da heteronormatividade. Teorizações com a intenção de desnaturalizar a relação heterossexual aparecem somente a partir da década de 1990 (Swain, 1999). Diante desse contexto, a lesbianidade tornou-se uma ferramenta política necessária aos estudos feministas, frente a um conhecimento que durante muito tempo manteve um discurso heteronormativo (Piscitelli, 2002; Rich, 2010).

Partimos da concepção que o exercício da sexualidade não é “natural e inerente às pessoas, mas uma vivência que envolve uma diversidade de rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos e convenções. Processos profundamente culturais e plurais” (Louro, 2000, p. 7). Rubin (1949/2017), em estudo acerca das teorias radicais sobre a sexualidade, afirma que os desejos não são entidades biológicas preexistentes, mas constituídos no decorrer das práticas sociais e ao longo da história. Em uma rede de estimulações sobre o corpo e intensificação dos prazeres, é incitado um discurso sobre exercício sexual que forma conhecimentos. O mesmo discurso pode ser utilizado para reforçar controles ou construir resistências, enlaçado uns nos outros, segundo grandes estratégias de saber e de poder, ressaltando que novas sexualidades são produzidas a todo momento (Foucault, 1988; Rubin, 1949/2017). O aparelho biológico humano pode ser pré-requisito para a vida sexual, no entanto,

entender a sexualidade em termos puramente biológicos tornaria inacessível uma análise política desta. Dessa forma, a atividade sexual tem a sua inscrição no corpo humano, no entanto o significado do exercício sexual é algo que é culturalmente e historicamente definido. A sexualidade e o gênero, conforme conhecemos, são produtos sociais, submetidos e transformados por um conjunto das atividades sociais (Rubin, 1949/2017). Gêneros e sexualidades, portanto, são construtos históricos e culturais moldados por uma matriz heterossexual e carregados da possibilidade de instabilidade e diversidade (Louro, 2007; Butler, 2016).

No imaginário social, as categorias utilizadas para identificar a sexualidade se originaram da orientação sexual (homossexual, bissexual, heterossexual) e da identidade de gênero (mulher, homem, transexual, travestis), somadas a outras categorias sociais como a raça, a geração e a classe social. Tais categorias foram difundidas como verdades científicas o que respaldou os movimentos sociais LGBTs, de modo a serem incorporadas em políticas públicas. Segundo Almeida e Heilborn (2008) o comportamento sexual não é o único componente que caracteriza a lesbianidade. Podemos citar outros componentes formados por múltiplos símbolos corporais, vestimentas etc., que significam o ser lésbica. As categorias usadas como marcas identitárias sobre o gênero ou o exercício sexual mostraram-se cada vez menos eficazes diante da multiplicidade das formas de ser e viver (Sposito, 2015).

No que tange aos discursos que elegem uma norma sobre o exercício da sexualidade, elencamos a ideia de um essencialismo e hierarquia sexual. O essencialismo sexual parte da concepção que o exercício sexual é uma força natural que precede a vida social. No campo da Psicologia, da Medicina e da Psiquiatria, historicamente foi reproduzido o essencialismo sobre a atividade sexual, compreendida como propriedade dos indivíduos, de origem fisiológica ou psicológica. O exercício sexual não teria história nem determinantes sociais significativos. Frente aos agrupamentos de comportamento sexual e às tendências do discurso erótico, as sociedades ocidentais, geralmente, consideram a atividade sexual como algo perigoso, destrutivo e negativo (Rubin, 1949/2017). Só pode ser praticada dentro do casamento, para fins de procriação e não atenta demasiadamente para os aspectos do prazer. De acordo com um sistema de valor sexual, “a sexualidade “boa”, “normal” e “natural” seria idealmente heterossexual, conjugal, monogâmica, reprodutiva e não comercial” (Rubin, 1949/2017, p. 85). Conforme um sistema hierárquico de valor sexual, os heterossexuais que se casam e procriam estão no topo da pirâmide e são recompensados com o reconhecimento de saúde mental, respeito, legalidade, mobilidade social, apoio institucional e benefícios materiais. Consideramos que a lesbianidade se encontra na área de tensão entre a sexualidade considerada

boa e a sexualidade considerada má. À medida que se desce na pirâmide, os indivíduos que praticam atos sexuais estigmatizados são destinados à presunção de doença mental, restrição de mobilidade social, perda de apoio institucional, sanções econômicas e processos penais (Rubin, 1949/2017).

Apesar dos benefícios sociais concedidos aos casais heterossexuais, a reprodução de um padrão sexual ideal por pessoas heterossexuais ou homossexuais é um fator que limita as possibilidades do exercício sexual livre. Os papéis sociais estipulados aos gêneros irão determinar como casais heterossexuais deveriam se relacionar sexualmente, no caso ser monogâmicos, casados e sexualmente convencionais (Rubin, 1949/2017). O controle sobre o comportamento dos homens não é menor, entretanto. Mesmo que tenham mais possibilidade de ação e liberdade de escolha, essa liberdade é exercida sob rígidos parâmetros (Torrão Filho, 2005). Saffioti (2015) exemplifica as consequências da lógica patriarcal também para homens, que são discriminados e considerados “afeminados” ao recusarem, por exemplo, o convite de uma possível parceira sexual, diferentemente das mulheres que podem ter a opção de recusa. O fato de um homem não conseguir uma ereção duradoura também é gerador de questionamentos sobre sua masculinidade (Freitas de Sá, Carvalho & Souza, 2018; Saffioti, 2015). De acordo com os discursos hegemônicos, quanto mais próxima as práticas sexuais de mulheres lésbicas estiverem do modelo sexual ideal maiores serão os níveis de aceitação social e respeito. Podemos citar relacionamentos de gays e lésbicos estáveis que permaneceriam no limite da respeitabilidade social. Referente as mulheres lésbicas consideradas mais masculinizadas, observamos a maior exposição ao desprezo e discriminação social (Rubin, 1949/2017).

A presença de discursos de poder que regulam o exercício sexual repercutem em mecanismos de regulação da vida de gays e lésbicas, o que nos leva problemática do “armário”. O “assumir-se”, o “sair do armário” representa o cruzamento entre as linhas políticas do público – revelação e do privado – segredo. O armário reflete a violência simbólica e material presente nas ordens discursivas da normatividade. A possibilidade de revelar-se lésbica confronta a imagem do “armário” ao torna-se pública e desestabilizar as categorias discursivas que fundamentam a ordem binária heteronormativa (Sedgwick, 2007). Sedgwick (2007) apresenta o quão problemático se torna a construção da lesbianidade em um contexto heteronormativo que nega a possibilidade de sua existência.

Esses discursos sobre o exercício sexual fomentaram estereótipos, indiscriminadamente aplicados a pessoas com base em sua orientação sexual. A ideologia sexual popular ainda é permeada pela ideia de que a variedade erótica é uma doença, um perigo, um pecado e uma ameaça para as crianças (Rubin, 1949/2017). A maior parte dos discursos sobre o exercício

sexual, sejam eles religiosos, políticos, psiquiátricos e populares, delimitam uma porção pequena da sexualidade “como potencialmente santa, segura, saudável, madura, legal e politicamente correta” (p. 85). A partir do uso da heterossexualidade enquanto referência de toda a experiência humana, os atos sexuais do outro lado da linha da normalidade são considerados repulsivos e desprovidos de afeto. A lesbianidade ainda permanece do outro lado da linha, mas quando ela se dá entre um casal monogâmico, ocupa uma área de tensão e disputa em que a sociedade está começando a reconhecer a lesbianidade como um aspecto da experiência humana (Rubin, 1949/2017).

Para manter o controle sobre a sexualidade das mulheres direcionado à reprodução e aos dispositivos heteronormativos, historicamente a vivência sexual delas foi monitorada pelas instituições sociais e religiosas, e por vários “mecanismos de disciplinamento dos corpos das mulheres, como a castidade e o tabu da virgindade, a proibição da masturbação, a medicalização dos sintomas da insatisfação com a expressão de gênero” (Soares, 2010, p. 2). Percebemos que houve um controle e repressão dos impulsos sexuais das mulheres diante do modelo proposto de uma família patriarcal como pilar da sociedade (Piason & Strey, 2012). A sexualidade delas foi convencionalizada para o casamento e a um modelo de orientação sexual conforme as variadas formas em que a vivência heterossexual é imposta (Rich, 2010). O desejo das mulheres e dos homens é explicado por uma posição masculina e heterossexual, cuja libido masculina seria a fonte de toda a sexualidade possível (Butler, 2016).

Rich (2010) elucida as práticas e representações que constroem uma falsa consciência nas mulheres, de modo a apagar, da experiência delas, a sensibilidade erótica sobre a lesbianidade, pois parte-se do princípio que a heterossexualidade é inerente a elas. Referente a tais práticas e representações, podemos citar a pornografia, a cultura do estupro, a idealização do amor romântico heterossexual e as relações de trabalho. A pornografia e as relações de trabalho aparecem como práticas que legitimam e reproduzem a ordem heteronormativa. A pornografia é uma prática que apresenta as mulheres enquanto objeto sexual, sem conteúdo emocional e de identidade, produzida como mercadoria sexual para ser consumida pelos homens. A chamada pornografia lésbica também é caracterizada como sem conteúdo emocional e identitário. A representação transmitida pela pornografia é que as mulheres são objetos sexuais dos homens e que o exercício sexual e a violência são congruentes entre si, de acordo com um discurso que afirma que as mulheres podem ser dominadas (Rich, 2010; Wittig, 1980).

Na condição de mulheres e trabalhadoras, elas são atravessadas pela ordem patriarcal que lhe restringe o direito a riqueza culturalmente acumulada, dominada geralmente por homens, nas esferas social, política e econômica. Assim, ao masculino atribuiu-se funções

nobres e as mulheres tarefas e funções afetadas de pouco valor (Welzer-Lang, 2001). As desigualdades tornaram-se sistemáticas, de modo que nas diversas fases do capitalismo, a hierarquia das atividades entre homens e mulheres é apropriada como justificativa da criação de um sistema de gênero. A divisão sexual do trabalho, neste caso fundada nas diferenças entre os gêneros, tem como base os princípios da divisão e da hierarquia, legitimados por uma ideologia naturalista que “rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie” (Hirata & Kergoat, 2007, p.599). Aprender a seguir um modelo heterossexual, ou seja, comportamentos e vestimentas considerados femininos, torna-se um requisito necessário para conseguir trabalho (Rich, 2010).

Rich (2010) cita as investigações de Kathleen Barry (1979) sobre as condições forçadas às quais as mulheres são submetidas aos homens; dentre elas apontaremos a cultura do estupro. No caso do estupro, a autora elucida que há uma culpabilização e responsabilização da mulher vítima da violência sexual, devido à representação que a mulher consentiu passivamente ou estimulou sexualmente o autor da agressão. Outra representação que podemos analisar é a idealização do amor romântico heterossexual. A ideologia do amor romântico heterossexual é reproduzida desde a infância das mulheres por meio dos contos de fada, da televisão, do cinema, da propaganda, das canções populares e do ideal do casamento. As jovens aprendem que o lócus do poder sexual é masculino, enquanto as mulheres são educadas para desenvolver afeto e cuidado. De acordo com as diversas formas que a heterossexualidade compulsória é vivenciada, há um discurso sobre a pulsão sexual masculina, que lhe confere o direito sexual sobre a mulher, por ter um pênis (Rich, 2010).

Nicholson (2000) apresenta a importância da compreensão dos significados atribuídos aos corpos, de homens e mulheres, ao longo do tempo e das sociedades, de modo a questionar um corpo que se tornou lugar para legitimar e justificar as diferenças sexuais. A tendência à universalidade do masculino e da heterossexualidade tem como consequência uma sociedade em que os discursos heteronormativos e patriarcais não ordenariam somente as relações sociais, mas também a sua própria produção de conceitos, em que se tenta mostrar a mulher enquanto diferente do homem (Wittig, 1980). Segundo Wittig (1980, p.4) “a função da diferença é a de ocultar a todos os níveis os conflitos de interesse, incluindo os conflitos ideológicos”. As diferenças sexuais são compreendidas a partir de um conhecimento sobre o corpo, que não é neutro e isolado de um amplo aspecto do contexto discursivo (Scott, 1989). Nicholson (2000) aponta que a população humana, dentro de si mesma, é carregada de diferentes compreensões sobre o corpo. Não existe corpo sem ser generificado desde o começo da sua existência social, o que significa que não há corpo que seja significado antes da sua inscrição cultural. O feminino

e o masculino aparecem como termos que estão além dos estereótipos destinados ao ser homem ou mulher, mas também aos modos como culturalmente o corpo é interpretado. O corpo que aparentemente seria natural, não é mais que um efeito naturalizado do discurso (Butler, 2016; Salih, 2018).

Diante desse contexto heteronormativo, “a existência lésbica inclui tanto a ruptura de um tabu quanto a rejeição de um modo compulsório de vida” (Rich, 2010, p. 36), o que dificulta o encontro de um espaço de pertencimento social para estas mulheres (Marcelino, 2011). A mulher lésbica aparece em um contexto que agrega estigmas por ser mulher e lésbica cuja vivência é atravessada, muitas vezes, por isolamento social, alcoolismo, suicídio, violência entre mulheres e sofrimento psíquico. A lesbianidade durante bastante tempo permaneceu em um lugar de silêncio de modo que a existência das mulheres lésbicas e suas demandas foram negadas. Dessa forma, considerar as narrativas de mulheres lésbicas mães é olhar para histórias frequentemente marcadas por silêncio e anonimato (Marcelino, 2011).

A lésbica enquanto um sujeito que é possuidor de um estigma pressupõe-se que ela adote determinado comportamento e que sua identidade siga um padrão pré-estabelecido, “ou seja, que haja uma política de identidade que unifique a todos os estigmatizados” (Dantas, p.3 2017) (Goffman, 1988). Segundo Goffman (1988), os sujeitos estigmatizados são obrigados a adotar uma política de identidade que seria uma forma de ser e agir, comum, inautêntica atribuída a qualquer um possuidor do estigma (Dantas, 2017).

Podemos dizer que a lesbianidade é constituída por uma política de identidade que significa uma personagem coletiva, o ser lésbica. Uma identidade coletiva está em articulação com diferentes personagens, este processo pode se dar de forma original e autêntica, constituindo uma identidade pessoal (Ciampa, 2002). Assim, há políticas de identidade que podem ser construídas pelo próprio grupo estigmatizado, orientadas para a busca de autonomia (Dantas, 2017). Por exemplo, em relação à lesbianidade e a outras identidades políticas, o movimento lésbico buscou afirmar-se e diferenciar-se dentro de movimentos mistos, como o homossexual, os feministas e o movimento negro. É nesse lugar de conjugação das igualdades e das diferenças que a lesbianidade assume um caráter político em forma coletiva de organização num contexto de correlações de forças sociais (Almeida & Heilborn, 2008).

Os processos regulatórios ou emancipatórios de ações e discursos são marcados por relações sociais assimétricas que regulam as formas de ser por meio das políticas de identidade. As políticas de identidade aparecem como uma norma a ser seguida que garantirá aceitação e valorização social ao estigmatizado (Ciampa, 2002; Goffman, 1988). As políticas de identidade impostas ao grupo ou pelo grupo podem limitar a autonomia do sujeito quando ao estigmatizado

é atribuído uma identidade cristalizada, comum a todos os portadores do estigma, que não necessariamente condiz com a sua forma de ser e agir. Por exemplo, por ser lésbica ter que apresentar traços masculinos (Dantas, 2017). Diferenciar a lesbianidade rompe com as homogeneizações sociais no campo de disputa das significações da realidade (Ciampa, 2002; Goffman, 1988).

O movimento de lésbicas nasceu a partir da ruptura e das tentativas de conciliação com os movimentos feministas, assumindo variadas determinações, muitas vezes entremeadas entre os movimentos feministas e LGBT, o que torna difícil separá-lo. Há posições que são favoráveis à articulação das lésbicas com gays, travestis, transexuais e bissexuais devido à potencialidade da prática política e há posições que consideram prejudicial essa articulação por não evidenciar demandas específicas sobre a lesbianidade. A insatisfação com a representatividade política das mulheres lésbicas em outros movimentos sociais não impossibilitou a conciliação das militantes com o movimento feminista e o ativismo homossexual. Assim, ao mesmo tempo que algumas militantes lésbicas denunciam a indiferença e aversão feminista acerca de suas demandas, em outras ocasiões defendem a aliança com o movimento feminista radical segundo a ideia do sexo biológico que uniria mulheres e lésbicas (Almeida & Heilborn, 2008).

O grupo Somos, por exemplo, surgiu no Rio de Janeiro como a primeira organização homossexual que ganhou repercussão em 1978. O grupo Somos sofreu uma cisão, formou-se o Grupo de Ação Lésbico Feminista e o Grupo de Ação Homossexualista. O grupo de Ação Lésbico Feminista originou o primeiro grupo especificadamente lésbico no Brasil, também articulado com o feminismo. No primeiro momento, o grupo Somos tinha uma proposta de formação apenas por homossexuais. Esse fator evidencia a pluralidade das identidades sexuais e de gênero e dos mascadores sociais que as atravessam, o que repercute, no Brasil, uma dificuldade de definição dessas identidades em subgrupos (Souza, 2005).

Destacamos o movimento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais [LGBT] que lutam para o fim do preconceito relacionado a diversidade sexual, buscando a garantia de direitos para essa população, o que marcou uma revolução sexual e cultural da comunidade (Sposito, 2015). Notou-se a crescente obtenção de direitos referentes à liberdade de expressão das sexualidades e gêneros, de modo a não os restringir a uma esfera moral e privada (Duarte, 2014; Mattar & Diniz, 2012; Mello, Brito & Maroja, 2012). Por exemplo, em 2013, o Tribunal de Justiça aprovou ato normativo em que o casamento entre casais homossexuais e lésbicos foi reconhecido legalmente (Brasil, 2013a).

Frente à luta por direitos do movimento lésbico, estudos e conferências discutiram as novas formas de família com duas mães, discussões também presentes no VII Encontro

Brasileiro de Homossexuais de 1993 (Souza, 2005). A década de 1990 foi marcada por um crescimento do movimento lésbico no Brasil. Aconteceu a realização do I Seminário Nacional de Lésbicas (Senale) no Rio de Janeiro, em 1996, originado dos projetos e instituições coordenados por mulheres lésbicas no município. O Seminário partiu do objetivo de construir um lugar para tratar de questões específicas da lesbianidade. Em 2003, foi constituída a Liga Brasileira de Mulheres Lésbicas [LBL] que se denominou movimento social de lésbicas feministas, promovido por meio de discussões e encontros no III Fórum Social Mundial. As mobilizações políticas da LBL têm sua expressão no dia 29 de agosto considerado Dia Nacional da Visibilidade Lésbica para todas as regiões brasileiras. Até a atualidade, essa data é celebrada pela LBL por meio das marchas que visam dar visibilidade às mulheres lésbicas em articulação com os movimentos feministas e LGBT (Marcelino, 2011; Piason, 2013). Na contemporaneidade, surgiram conferências, estudos e campanhas que evidenciavam a segregação, patologização, exclusão social da comunidade LGBT. Isso tem possibilitado desnaturalizar as violências a que as mulheres lésbicas estão suscetíveis devido às ideologias homofóbicas.

Dentre as conquistas da luta dos movimentos feministas, podemos destacar a concepção da equidade entre os gêneros, que mesmo não acontecendo no cotidiano das práticas discursivas, está descrita na Constituição Brasileira de 1988 art. 226, parágrafo 5º (Brasil, 1998). Como consequência, as mulheres começaram a sair do espaço doméstico para ocupar lugares públicos, de modo a romper com um padrão moral vigente que estruturava a organização familiar (Santana, 2010). Diante da aquisição de direitos desses movimentos, elencando as questões de gênero e sexualidade como uma demanda pública, políticas sociais surgiram considerando as especificidades das mulheres lésbicas.

1.3. Maternidade e lesbianidade

O ser mãe lésbica parece confrontar a heteronormatividade e o patriarcado ao propor uma forma de ser e se relacionar diferente dos papéis esperados às mulheres. Esse confronto pode ser ilustrado na vivência de mulheres que tiveram filhos biológicos em relações heterossexuais e, posteriormente se declararam lésbicas, o que revela uma ruptura com o discurso hegemônico do que é ser mulher, o que pode configurar uma forma de resistência à norma. Inseridas em um contexto cujo discurso predominante é o discurso hegemônico heteronormativo, as vivências sexuais dessas mulheres são vistas como inadequadas, o que pode resultar em “uma posição situacional inerentemente conflitiva” (Souza, 2005, p. 4), e ser gerador de sofrimento psíquico.

Compreendemos que quando a lesbianidade e a maternidade se encontram articuladas,

um novo espaço de significação é criado diante dos símbolos culturais dominantes sobre as identidades sexuais e as formações familiares. Diante da realidade hegemônica da heteronormatividade, a maternidade de mulheres lésbicas compõe duas identidades socialmente compreendidas como conflitivas – o ser mulher com uma sexualidade “desviante”, e o ser mãe cuja identidade é socialmente esperada (Souza, 2005). A mulher mãe lésbica pode construir possibilidades de resistência por meio de um processo complexo de tomada de consciência do lugar social desvalorizado e estigmatizado que ocupa (Almeida & Heilborn, 2008). Espera-se diante de uma identidade social preconizada pela ideologia dominante que uma mulher deva ser mãe e se manter em uma identidade heterossexual – como se a maternidade só fosse possível para mulheres não-lésbicas. Ou que mulheres lésbicas não podem ter relacionamentos heterossexuais ou que não existem formas alternativas de concepção sem relação sexual heterossexual.

A maternidade exercida em um contexto dos direitos humanos, segundo Mattar e Diniz (2012), é voluntária, segura e socialmente amparada. No entanto, muitas mulheres, ao exercitarem a maternidade sem suporte social – familiar e do Estado – tornam-se mais vulneráveis à discriminação. Mattar e Diniz (2012) apontam que grande parte das mulheres não conseguem, ainda hoje, exercer a sua autonomia reprodutiva devido à falta de políticas públicas adequadas e integrais de planejamento familiar.

A experiência da reprodução e da sexualidade são mediadas por relações de poder que preconizam um ideal de mãe a ser correspondido. Não são todas as formas de vivenciar a maternidade que são aceitas socialmente. A maternidade admirável seria aquela que a mãe ou outra mulher é a principal cuidadora do filho, possui relação estável com o pai da criança que lhe oferece suporte financeiro, é adulta, branca e saudável. Por exemplo, existe no imaginário popular, conforme Rich (2010) e Soares (2010) atestam, uma correlação entre mulher e mãe que anularia a vivência erótica das mulheres, já que, nesse imaginário social, a mãe é vista como um ser assexuado e santificado. Como a lesbianidade não está diretamente ligada com a reprodução, mas com a satisfação de certos desejos sexuais e afetivos, ela é considerada imoral, imprópria e desviante. Enquanto a maternidade está associada ao cuidado, à renúncia e à dedicação pessoal aos filhos, ao longo da história a lesbianidade foi relacionada a uma imagem masculinizada, pervertida e violenta. Ao contrário da mãe assexuada, a lésbica é compreendida como uma pessoa dotada de desejo. Isso tornaria a lesbianidade socialmente incompatível com a maternidade, afirma Souza (2005). Logo, o exercício da maternidade de mulheres lésbicas parece confrontar o ideal materno estabelecido nas relações sociais hegemônicas (Louro, 2000; Mattar & Diniz, 2012; Piason & Strey, 2012; Rich, 2010).

A correlação entre mulher e mãe está relacionada com a organização do lugar da mulher na família patriarcal, processo que não é linear e hegemônico, construído por variadas transformações na sociedade ocidental (Aratangy, 2010; Gradvohl, Osis & Makuch, 2014). Na Idade Média, as relações familiares burguesas se baseavam em interesses econômicos, não havendo, geralmente, uma relação afetiva entre cônjuges e filhos. Dessa forma, as mulheres e as crianças não ocupavam um papel de importância social, sendo subjugadas ao poder do pai/marido. Não havia um valor atribuído à maternidade e aos cuidados das crianças, o que corroborava com as altas taxas de mortalidade e abandono infantil. Não era presente um sentimento de infância construído, a criança era considerada como um estorvo, ou brinquedo, ser humano incompleto ou um ser em pecado que deveria ser castigado para recuperar o espírito. Badinter (1980/1985) aponta a ausência da infância na Medicina e na Literatura, o que demonstrou o desinteresse e a indiferença sobre as crianças. Houve uma recusa das mães em amamentar os filhos o que gerou o costume de contratar amas de leite desde o século XIII ao século XVIII. Esta recusa estava atrelada às representações de que este ato poderia ser prejudicial à mãe, algo considerado como ridículo e repugnante. Outros fatores estão relacionados com o papel social que a mulher desempenhava como esposa, no qual deveria dar mais prioridade ao marido do que aos filhos. Ressaltamos que os filhos reconhecidos socialmente eram apenas aqueles advindos do matrimônio sagrado. Além de que, havia muitos casos de mortalidade infantil e abandono de crianças cometidos por mães de filhos indesejáveis (Badinter, 1980/1985; Priori, 2013). Badinter (1980/1985) problematiza que o desejo de ter um filho é algo complexo que envolve fatores psicológicos e sociais, variáveis de acordo com o sentimento que é valorizado em um determinado tempo e sociedade.

No fim do século XIX, a criança ganhou um valor social, como símbolo do amor materno, relacionado com a atenção da Medicina aos hábitos de vida e higiene que acarretavam o alto índice de mortalidade infantil. A família patriarcal moderna e burguesa se constituiu por meio da correlação entre a intimidade–casa–família–infância; o lar se tornou um espaço privativo e não mais compartilhado com o coletivo. Observamos, na divisão dos papéis de gênero estabelecida pela cultura patriarcal, que a vivência sexual da mulher foi destinada para a reprodução e exercício da maternidade. Com o desenvolvimento do sistema capitalista, ocorreu a divisão entre a dimensão pública e a privada. A divisão sexual do trabalho obedeceu às diferenças entre os gêneros que passou a determinar às mulheres o papel de conservar a família, realizar as atividades domésticas e se responsabilizar pelos cuidados dos filhos; enquanto os homens ocupavam o lugar de provedores e de autoridade (Saffioti, 2015; Santana, 2010; Scott, 1989). A família se constituiu, nessa ideologia, enquanto uma organização social

entre um casal “heterossexual-procriação-família” (Soares, 2010, p.1), formada pelas figuras do patriarca e da mulher mãe, esposa e cuidadora. A vivência sexual das mulheres estava condicionada ao âmbito doméstico, direcionada para a função reprodutiva, de modo a construir um modelo de família legitimado por meio do casal procriador (Pontes, Féres-Carneiro & Magalhães, 2017; Rich, 2010; Soares, 2010). Na sociedade tradicional, a mulher não possuiria lugar social fora do casamento, única instituição que lhe permitiria realizar-se como ser social (Priori, 2013).

As práticas sexuais das mulheres foram negadas, punidas e contidas na imagem santificada da maternidade dessexualizada (Soares, 2010). A tradição cristã construiu pressupostos ideológicos sobre uma vivência sexual má – pecadora – ou boa – santa, além de reforçar e justificar a dominação paterna e marital sobre as mulheres. O ato sexual era percebido como um mal, mas menos prejudicial se praticado no casamento e sem o intuito da obtenção do prazer. A imagem da mãe casta e virgem surgiu no Cristianismo por meio do símbolo de Maria, mãe de Jesus, em que a norma seria uma vida sexual sem prazer e, se caso as mulheres desviassem dessa conduta, eram vistas como prostitutas, como Maria Madalena. Assim, a ligação entre mulher-mãe excluiu a dimensão erótica da vida das mulheres (Bandinter, 1980/1985; Priori, 2013).

Com o advento do modelo de família moderna patriarcal e burguesa, entre os séculos XVII e XIX, o papel da mulher na sociedade foi destinado ao mundo privado e doméstico, e o do homem à vida pública. Conforme os ideais da família patriarcal e da igreja católica, somente a mulher casada era respeitada. A esposa era representada pela figura da mulher honesta, honrada, discreta e submissa ao marido. Até os anos de 1960, a sexualidade da mulher devia se realizar por meio do casamento heterossexual e da reprodução, lugar onde a atividade sexual era permitida socialmente. O casar-se e ter filhos representava a entrada para a vida adulta, o alcance de um objetivo de vida e garantia de reconhecimento social para as mulheres. Por um lado, o ser mãe era visto como a reprodução da maldição bíblica sobre Eva, descrita no livro de Gênesis, em que, por ter comido a fruta do pecado, estava condenada a sofrer as dores do parto. Tornou-se a obrigação das mulheres redimirem o erro de Eva. Por outro ângulo, ter filhos em um casamento legítimo era fazer crescer uma linhagem e cumprir com o dever de reprodução da esposa. Ser mãe aparecia como uma possibilidade de realização pessoal para muitas mulheres, posição de poder que permitia a elas romperem com a dependência do homem, excluído do processo de gestação. A maternidade passou a ser de interesse do Estado que incentivou as mulheres a terem filhos como meio de produzirem cidadãos e soldados (Priori, 2013).

A família patriarcal burguesa sofreu mudanças, na contemporaneidade, que modificaram o funcionamento dos papéis sociais dos seus membros. A família nuclear formada por pai, mãe e filhos começou a sofrer alterações, entre as décadas de 1970, 80 e 90, em que mais famílias são chefiadas por mulheres. Entretanto, apesar da manutenção da família ser ainda considerada uma função da mulher, nem sempre elas ocupam a posição de chefes – a pessoa que impõe a autoridade maior – sendo destinado à mulher os papéis de mãe, dona de casa, esposa e provedora econômica dos filhos (Santana, 2010). Se antes o pai detinha todos os poderes parentais e conjugais sobre os filhos e a mãe, hoje os filhos são colocados como prioridade familiar, e o Estado como o mediador entre os deveres dos pais e os direitos dos filhos. As principais mudanças referem-se à saída das mulheres de classe média para o mercado de trabalho, educação dos filhos e controle da natalidade (Neves, 2008, Teruya, 2016). As tecnologias contraceptivas proporcionaram a separação entre a experiência da sexualidade e da reprodução, o que rompeu com o determinismo biológico. Além disso, a contracepção possibilitou às mulheres um maior poder e autonomia sobre seus corpos (Gradvohl, Osis & Makuch, 2014; Louro, 2000; Santana, 2010). A partir das descobertas sobre a higiene corporal, a sexualidade vivenciada de forma mais ampla começou a ter uma maior aceitação social, se estendendo a outras partes do corpo, além dos órgãos genitais, na busca por prazer. No entanto, o desejo e a excitação continuam percebidos como domínio do masculino e o casamento ainda é considerado a melhor opção para as mulheres em termos afetivos, econômicos e sociais (Bandinter, 1980/1985; Priori, 2013).

A maternidade é ainda considerada uma das principais funções das mulheres, de modo que há um sentimento de obrigação moral em exercê-la, sob pena de serem estigmatizadas. Trata-se de uma identidade forçada que muitas vezes independe do seu desejo (Mattar & Diniz, 2012; Rich, 2010). Nesse sentido, a maternidade passou a ser um papel social imposto às mulheres desde a infância, considerada como um caminho para a realização pessoal e plenitude delas. Exercício formado por uma vida de sacrifícios para com seus filhos, em que o amor e o cuidado são aspectos vistos como verdades sobre a vida das mulheres (Gradvohl, Osis & Makuch, 2014; Mattar & Diniz, 2012; Patias & Buaes, 2012). Tais representações sociais são compostas por obrigações morais às mulheres frente ao exercício da maternidade, de modo que as mães que não correspondem a estes valores são culpabilizadas e discriminadas. A figura das *boas mães* é caracterizada pelo amor incondicional aos filhos, a docilidade, o recato, serem educadoras, dirigentes morais e o direcionamento dos desejos das mulheres para os homens. Dessa forma, “a mulher que não for boa mãe, deixa por isso mesmo de ser mulher” (Priori, 2013, p.82). Estes valores fomentam o mito do instinto materno, em que a maternidade seria

uma tendência natural e inata à mulher (Patias & Buaes, 2012; Priori, 2013; Santana, 2010; Soares, 2010). Consoante Priori (2013, p.84) “não amamentar, não ser esposa nem mãe significava desobedecer à ordem natural das coisas” (Priori, 2013, p. 84).

Em contraponto à ideia de instinto materno, partimos da percepção da maternidade como um fenômeno social em que as

relações sociais extrapolam o sentido biológico de gestar e parir, podendo ser visibilizada por vínculos sociais e relações de parentesco que não se fundam em laços sanguíneos. É portadora de múltiplos sentidos que se articulam com o contexto, a trajetória da mulher, sua sexualidade, desejo ou não de maternidade, a construção das identidades e reconhecimento social (Soares, 2010, p. 6).

O ser mãe é um estado e condição subjetiva que poderá durar por toda a vida da mulher, como fonte de um processo de construção da sua identidade. Destacamos que de acordo com um momento histórico, a sociedade ocidental promoveu a assunção da maternidade, de tal forma que o ser mulher é estreitamente relacionado com o ser mãe, como se o amor materno já fosse intrínseco a elas. A experiência da maternidade ganha significados distintos de acordo com a trajetória de vida da mãe, em que a função materna pode acarretar uma situação de maior vulnerabilidade social e uma sobrecarga de trabalho, de acordo com a realidade social que a mulher está inserida. Na contemporaneidade, a mulher começa a se realizar em outras funções além de ser “dona-de-casa”, mãe e esposa. O ideal de mãe boa passa a ser questionado, ao se perceber as dificuldades no cotidiano das mulheres em exercer a maternidade em conjunto com demais funções nas esferas sociais. No entanto, a busca por esse modelo de mãe ainda é presente, sendo aquelas que não se identificam com ele consideradas como desviantes. Ressaltamos que o amor materno é construído de acordo com a disposição afetiva entre mães e filhos de formar um vínculo familiar (Lira, Morais & Boris, 2015; Perrot, 2007; Priori, 2013).

Nas organizações familiares que não correspondem a um modelo de pai, mãe e filhos, abriu-se a questão do exercício da maternidade entre duas mães, das mães solteiras bem como das mulheres que não desejam ser mãe o que fomentou problematizações sobre as funções paternas e maternas, que, nestes relacionamentos, parecem construir maior flexibilidade entre esses papéis (Gradwohl, Osis & Makuch, 2014; Lira, Morais & Boris, 2015). Em 1970, paralelamente ao crescimento dos movimentos feministas norte-americanos, observamos a ocorrência do *baby boom* lésbico, em que mulheres lésbicas entre 30 a 45 anos, com suas companheiras, decidiam cuidar de uma criança por meio de adoção ou gravidez. No Brasil, a maternidade lésbica ganhou repercussão, na mídia brasileira, a partir da morte da cantora Cássia Eller, em 2001. A cantora deixou um filho de 8 anos e uma companheira com quem viveu durante 14 anos, além de manifestar o seu desejo, publicamente, que caso morresse gostaria

que sua companheira ficasse com seu filho (Souza, 2005).

Lira, Morais e Boris (2015) destacam a vivência de mulheres que tiveram filhos em relacionamentos heterossexuais, e observam que ao estarem em um relacionamento lésbico, a mãe biológica assumia o papel de educadora primária e a companheira assumia papéis secundários de apoio. Nessa rede de significados, a vinculação biológica entre pais/mães e filhos e filhas é caracterizada como o vínculo verdadeiro e natural. Percebemos que o ideal de família tradicional permanece concomitante à controvérsia do exercício da maternidade ao lado de outra mulher. Outro fator evidenciado é que as famílias compostas por mulheres lésbicas as desigualdades existentes entre o casal podem ser minimizadas, de modo a diminuir uma divisão rígida sobre os papéis de gênero, por serem do mesmo sexo (Lira, Morais & Boris, 2015; Pontes, Féres-Carneiro & Magalhães, 2017).

1.4. O uso do conceito de Gênero em Psicologia

Historicamente, os estudos feministas surgiram como ferramenta emancipatória, crítica e política frente às experiências de opressão e discriminação das mulheres, nos espaços sociais públicos e privados. Os movimentos feministas buscaram explicar e lutar contra a opressão das mulheres por meio de um projeto coletivo que colocou em discussão todo modelo de dominação social, como, por exemplo, o patriarcado. O termo movimento social pode ser compreendido como uma movimentação de pessoas sobre um objetivo em comum, formado por uma identidade específica. Ao trazer questões do âmbito privado ao espaço público, o feminismo criou a necessidade de novas condutas, práticas e relações (Costa, 2009; Freitas de Sá, Carvalho & Souza, 2018).

Dentre os primeiros movimentos de caráter feminista podemos citar o movimento sufragista dos meados do século XIX. O movimento sufragista reivindicou a participação política das mulheres e a legitimação da cidadania política e de seus direitos sociais. A situação política das mulheres começou a ser compreendida como um mecanismo de exclusão, pois elas se encontravam à margem da política destinada a homens brancos e com boa condição socioeconômica. A partir de então, vários países reconheceram o direito do voto feminino (Freitas de Sá, Carvalho & Souza, 2018; Karawejczyk, 2014).

No Brasil, observamos no período de ditadura militar, entre as décadas de 1964 e 1985, a luta pela reconstituição de um Estado democrático atrelada à emergência e renascimento de vários movimentos sociais, dentre eles os feministas. Desde 1970, as mulheres começaram, aos poucos, a ocupar diversas vagas no ensino superior, por exemplo, e aumentaram, também, sua participação nas pesquisas realizadas nas universidades. Este fator permitiu a emergência dos

estudos de gênero e feministas e propiciou debates acerca das relações de poder (Rago, 1998). As teóricas feministas, daquele período, denunciaram o viés patriarcal nas teorias das ciências sociais. Elas questionaram, também, a ideia do homem como referencial de universalidade e completude, além de criticar a argumentação científica da inferioridade intelectual das mulheres. Nessa época, as experiências e histórias dos grupos considerados como minoritários ganharam visibilidade na universidade como objeto de estudo (Narvaz & Koller, 2007; Rago, 1998; Santos, Carvalho, Amaral, Borges & Mayorga, 2016).

Segundo Scott (1989), houve um período de ausência de teorias sociais que contemplassem o termo gênero como categoria de análise, entre o século XVIII até o século XX, no ocidente. Esta falta pode representar, em partes, as dificuldades das feministas em integrar o termo gênero em teorias já existentes e legitimá-lo no espaço científico. As historiadoras feministas, para inscrever as mulheres na história, precisaram redefinir e alargar concepções tradicionais de ciência para incorporar as experiências pessoais/subjetivas, as ações políticas e públicas das mulheres. Para tal, “incluir e apresentar a experiência das mulheres dependeria da maneira como o gênero poderia ser desenvolvido como uma categoria de análise” (Scott, 1989, p. 4). Dos estudos sobre a história das mulheres, a categoria gênero começou a ser utilizada, no Brasil, no final de 1970. Diante desse cenário, as teóricas buscaram compreender de que maneira o gênero foi utilizado como mecanismo de opressão para legitimar discursos heteronormativos e na produção de conhecimentos em que o masculino era dado como universal (Piscitelli, 2002).

Nos anos de 1980, as produções acadêmicas de estudos e pesquisas sobre as mulheres se diversificaram. As primeiras concepções sobre gênero e dominação das mulheres realizadas pela teoria e o movimento feminista formado por mulheres brancas, heterossexuais e de classe média receberam críticas de mulheres negras, latino-americanas, asiáticas, lésbicas e mulçumanas. Estas mulheres contribuíram de forma significativa para o avanço dos estudos feministas, propondo a reflexão sobre as questões de gênero nos diversos eixos de opressão e desigualdades que afetam a vida das mulheres, sejam eles etnia/raça, sexualidade, classe, geração, cultura e nacionalidade. Essa perspectiva interseccional denunciou e explicitou que um olhar direcionado somente para as questões de gênero não era suficiente para compreender a opressão das mulheres. Nesse sentido, compreendeu-se que a análise das variadas formas de discriminações sofrida pelas mulheres poderia estar obscurecida quando se desconsiderava análises múltiplas frente às demais intersecções que participam da formação dos sujeitos, como a sexualidade, a raça/etnia e a classe social (Piscitelli, 2002; Saffioti, 2004).

Os feminismos consolidaram-se como movimento político e científico, marcados por

mudanças teóricas que levaram ao surgimento de diversas categorias de análise e identitárias, dentre elas a categoria gênero e a categoria mulher (Freitas de Sá, Carvalho & Souza, 2018). Houve uma mudança no foco dos estudos feministas do sujeito mulher para a análise das relações de gênero. Nos primeiros anos dos movimentos feministas resgatou-se a identidade feminina necessária naquele momento histórico e político na luta por agregar as mulheres às esferas políticas e sociais em que o masculino predominava. As lógicas de um sujeito universal e uma identidade associadas à mulher foram deslocadas por meio de uma análise histórica que desnaturalizou inúmeras dimensões da vida social, cultural e sexual (Rago, 1988). Houve uma substituição em muitos estudos da palavra mulher por gênero por ser visto de forma mais neutra, desassociado do feminismo. Nesta perspectiva supostamente “despolitizada” do gênero, ele não estaria relacionado, *a priori*, a questionamentos das relações de poder e desigualdade. Partimos da compreensão que o termo gênero inclui as mulheres sem a necessidade de nomeá-las. Usado de uma forma mais abrangente, a categoria gênero abarca as variadas identidades de gênero e suas intersecções – raça, classe, sexualidade –, hierarquias e relações de poder (Torrão Filho, 2005). Essa mudança conceitual oportunizou o reconhecimento das múltiplas experiências das mulheres, bem como rejeitou análises de caráter essencialista e biologicista (Saffioti, 2009; 2015).

Em interlocução com a entrada dos estudos feministas e de gênero na universidade, determinadas abordagens teóricas da Psicologia acolheram as perspectivas de gênero, entre 1970 e 1980. Apontamos algumas correntes da Psicologia, dentre elas a Psicologia Social Crítica e Psicologia Sócio Histórica, que desenvolveram pesquisas e estudos de cunho histórico, cultural e social para uma compreensão dos fenômenos psicológicos em decorrência do momento de crise na Psicologia Social. Análises fundamentadas em um reducionismo psicológico e derivadas de um modelo de ciência individualizante e quantitativista dos estudos realizados em Psicologia passaram a ser questionadas o que oportunizou campo propício para o desenvolvimento dos estudos sobre gênero. Podemos citar uma das principais associações do país, a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), contemplou grupos de trabalho especializados na temática de gênero (Narvaz & Koller, 2007), dentre eles o “Grupo de Pesquisa e Estudos em Representação Social, Gênero e Sexualidades” da Universidade Federal de Campina Grande, e o “Laboratório de Estudos e Pesquisa em Sexualidade e Violência de Gênero” da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (ABRAPSO, 2016). O uso do gênero em Psicologia apareceu de modo interdisciplinar e pluralista, envolvendo variadas concepções nas Ciências Humanas (Narvaz, 2009; Narvaz & Koller, 2007; Nuernberg, 2005; Santos & cols., 2016).

No que tange à discussão do uso do gênero em Psicologia é preciso compreender a história, práticas e teorias que perpassaram a construção de um saber psicológico. A Psicologia moderna ocidental surgiu para atender às demandas políticas do Estado-nação na constituição de uma ciência do indivíduo. Suas práticas e teorias produziram verdades que reforçaram e mantiveram padrões de existência considerados normais e adequados. Tal ciência originou-se de um modelo médico, que corroborou com a prevalência da análise das categorias gênero e sexualidade como identidades sexuais fixas, de caráter inato e natural, discutidas enquanto um fenômeno biológico ou como um aspecto da Psicologia individual. Ademais, a Psicologia privilegiou a clínica individual em detrimento de outras intervenções sociais. Diante do empenho da Psicologia em ser considerada como ciência, ela se aproximou do modelo positivista na busca da validação da sua cientificidade e reproduziu concepções machistas. Nesse sentido, a Psicologia apresentou concepções normalizadoras e naturalizantes das subjetividades, vinculadas a ideias dicotômicas sobre o sujeito – indivíduo/sociedade; gênero/sexo; saúde/doença que justificaram a elaboração psicodiagnóstica das anormalidades dos modos de viver (Borges, Canuto, Oliveira & Vaz, 2013; Burman, 2015; Gonçalves, 2010; Melo & Barreto, 2014).

Dentre as principais críticas levantadas pelos estudiosos da Psicologia Social e dos estudos de gênero e teorias feministas, podemos ressaltar as que se referem à pretensa neutralidade e objetividade científica que supostamente criou verdades universais. Gonçalves (2010, pp. 82-83) ressalta que “um conhecimento que se crê natural e universal justifica ações normalizadoras, de adaptação dos indivíduos a situações existentes”. As críticas feministas apontaram para a necessidade de observar de que maneira os saberes produzidos sobre gênero e demais marcadores que o atravessam, como etnia, classe e sexualidade, influenciam a análise do pesquisador e do pesquisado (Burman, 2015; Nuernberg, 2005). Haraway (1995) criticou toda explicação que seja totalizante, formada por doutrinas que se objetivaram e se corporificaram como verdades únicas. O problema, segundo a autora, é como ter uma explicação histórica acerca do conhecimento, que seja compromissada e contenha uma interpretação fiel sobre o fenômeno que se pretende conhecer. Localizar os saberes é uma forma de reconhecer a multiplicidade dos conhecimentos e explicitar o lugar e a posição social, histórica e cultural que os pesquisadores e suas inferências ocupam.

À medida que foi se desenvolvendo, determinadas correntes teóricas na Psicologia aderiram a enfoques mais qualitativos e interpretativos, compreendendo que o sujeito pesquisado é construtor ativo da sua própria história (Burman, 2015). Algumas perspectivas da Psicologia começaram a revisitar suas práticas e epistemologias para romper com uma visão de

sujeito a-histórico e isolado da sua cultura. Algumas rupturas com o modelo tradicional de fazer ciência foram feitas na busca de uma Psicologia que esteja a serviço de grupos marginalizados, que fomente transformações sociais e questione práticas que legitimavam as diferenças individuais privilegiando grupos de poder (Burman, 2015; Gonçalves, 2010).

Uma pesquisa realizada por Borges e cols. (2013) retratou a defasagem destas discussões nas grades curriculares dos cursos de Psicologia. Na graduação, os estudos sobre relações de gênero apareceram como disciplinas optativas, não havendo oferta de disciplinas regulares sobre a temática. Entretanto, nos programas de pós-graduação *Stricto Sensu*, há uma maior abertura e criação de disciplinas voltadas para estas discussões na última década. Essa realidade demonstrou que a formação do psicólogo carece de discussões teóricas e metodológicas que guiem intervenções adequadas frente às questões de gênero na sua atuação profissional. A resistência da incorporação da temática do gênero nos currículos universitários, em especial das grades curriculares de graduação, não ocorreu somente no Brasil, como também em quase todos os lugares do mundo. Logo, estudos que compreendam os marcadores gênero e sexualidade por meio de uma perspectiva feminista, histórica e não essencialista ainda são marginais na Psicologia (Borges, 2009; Borges & cols., 2013; Melo & Barreto, 2014; Narvaz, 2009; Narvaz & Koller, 2007).

Acerca das noções de gênero que estão sendo utilizadas pela Psicologia, uma pesquisa de Santos e cols. (2016) analisou as publicações na revista *Psicologia & Sociedade*, no período de 1996 a 2010. O estudo apontou que, em 36 trabalhos analisados, “72% tratam gênero a partir de uma perspectiva de poder, 17% trabalham com gênero como construção social de homens e mulheres e 11% trabalham com as categorias mulheres e homens, sem referência a gênero”. (Santos e cols., 2016, p. 597). Esses dados demonstraram que a análise das questões de gênero atravessadas por relações de poder é predominante nas teorias feministas, embora as leituras sobre poder e suas consequências sobre as mulheres sejam diversas. Há também trabalhos em que o gênero aparece como sinônimo de sexo, sem maiores problematizações sobre as relações de poder, o que leva à perda do potencial crítico da categoria gênero. De acordo com os dados apontados por Santos e cols. (2016), há uma preocupação das estudiosas feministas frente à perda do caráter político e emancipatório do termo gênero.

Consoante com Sposito (2015), um olhar crítico de enfrentamento aos preconceitos sobre as homossexualidades não se reflete em toda prática profissional dos psicólogos, que ainda é permeada por intervenções fundadas em modelos conservadores. Diante disso e da invisibilidade das temáticas de gênero no campo da Psicologia faz-se necessária uma mudança social e política nas universidades e cursos de graduação, almejando uma formação crítica e de

maior equidade. Narvaz e Koller (2007) citam o programa Mulher na Ciência, lançado em 2005, que objetivou estimular as pesquisas no âmbito acadêmico, bem como divulgar novos conhecimentos sobre relações de gêneros e feminismos. O programa propôs a inserção de disciplinas obrigatórias nas grades curriculares dos cursos de ensino superior que contemplem discussões sobre gêneros e sexualidades em uma perspectiva feminista; fortalecer e incentivar os cursos de pós-graduação frente às questões de gênero nas Universidades Públicas; incluir acervos nas bibliotecas nacionais de estudos sobre feminismos, gêneros e diversidade sexual; e aumentar a participação feminina em cargos de direção das agências financiadoras de pesquisa.

Historicamente, as vivências sexuais e as relações de gênero foram construídas por discursos baseados em saberes científicos que naturalizaram, normatizaram e patologizaram formas de ser. Dessa forma, fomentou-se a ideia que as identidades são pouco alteradas pelos processos culturais, históricos e sociais o que facilitou a construção de modelos e padrões fixos sobre as identidades sexuais e de gênero, restritos a uma lógica binária. A Psicologia é uma das instâncias que produziu saberes sobre as identidades, os corpos e as sexualidades na busca por revelar a verdade subjetiva dos indivíduos. Os psicólogos tornaram-se responsáveis por avaliar e categorizar o sujeito em determinada patologia (Sposito, 2015). Diante disso, alguns campos da Psicologia têm se estabelecido enquanto produtores de saberes de resistência frente a processos de ajustamento e normatização das identidades sexuais e de gênero, de modo a ampliar o seu arcabouço teórico. As formas de compreender as sexualidades e gêneros devem ser entendidas além de uma questão individual, mas fruto de uma sociedade e cultura em que diferentes valores e práticas sexuais são legitimados ou não, conforme redes de poder.

Poder e saber encontram-se entrelaçados nas práticas discursivas sobre gêneros e sexualidades, de modo a adquirirem um estatuto de verdade que regulam os comportamentos dos sujeitos (Narvaz & Koller, 2007). À vista disso, é preciso atentarmos para quais discursos e verdades científicas justificaram a concepção de uma identidade fixa e uma sexualidade heteronormativa. Nesse sentido, a Psicologia precisa revisitar suas práticas e teorias de modo a produzir saberes que possibilitem campos de resistências. Além disso, é necessário assumir um posicionamento ético-político frente às problemáticas sociais, que possibilite a compreensão da pessoa de modo integral e em diálogo com os aspectos singulares e sociais que constituem as subjetividades.

Capítulo 2

Identities e Discursos: a construção discursiva da lesbianidade

Severino, retirante,
 deixe agora que lhe diga:
 eu não sei bem a resposta
 da pergunta que fazia,
 se não vale mais saltar
 fora da ponte e da vida;
 nem conheço essa resposta,
 se quer mesmo que lhe diga
 é difícil defender,
 só com palavras, a vida,
 ainda mais quando ela é
 esta que vê, Severina
 mas se responder não pude
 à pergunta que fazia,
 ela, a vida, a respondeu
 com sua presença viva.
 E não há melhor resposta
 que o espetáculo da vida:
 vê-la desfiar seu fio,
 que também se chama vida,
 ver a fábrica que ela mesma,
 teimosamente, se fabrica,
 vê-la brotar como há pouco
 em nova vida explodida;
 mesmo quando é assim pequena
 a explosão, como a ocorrida;
 como a de há pouco, franzina;
 mesmo quando é a explosão
 de uma vida Severina.

(“Morte e Vida Severina”, João Cabral de Mello Neto, 1955, p.28)

A lesbianidade é uma expressão identitária que desestabiliza a relação binária heteronormativa, diante dos sentidos atribuídos ao masculino e ao feminino. Dessa forma, o ser lésbica-mãe frustra as expectativas sociais sobre o feminino. Diante disso, objetivamos compreender como os discursos hegemônicos atravessam a construção da identidade de modo a conferir uma norma que restringe as possibilidades de ser mulher. Essa perspectiva parte da ideia da dialética entre a noção de identidade construída pelo discurso e pelas estruturas sociais mutuamente, de modo a reproduzir discursos hegemônicos ou formar modelos de resistência. No caso da lesbianidade, pode ser compreendida como uma forma identitária de resistência contra os discursos hegemônicos que restringem as formas aceitáveis socialmente de viver a

identidade sexual.

Rejeitamos a ideia do exercício sexual e do gênero como categorias fixas, de caráter inato ou natural: a tomamos como algo que é historicamente e culturalmente construído. Da mesma maneira, reconhecemos na categoria identidade sua temporalidade e historicidade que lhe confere um movimento de devir e superação, por meio da metamorfose. Essa concepção, abordada por Antônio da Costa Ciampa (1987/2007), nos chama a atenção para de que forma a ideia de uma identidade fixa e imutável corrobora com a não transformação da sociedade e dos sistemas de poder. Dessa forma, iniciamos a discussão desse capítulo sobre qual perspectiva de identidade em Psicologia utilizaremos e como tal conceito no auxiliará na compreensão do ser mulher-mãe-lésbica.

2.1. O Uso do Conceito de Identidade em Psicologia Social

À medida que a sociedade foi se tornando mais complexa, heterogênea e mutável, a Psicologia Social surgiu na procura por novas explicações e meios que pudessem prever o comportamento humano. Suas primeiras sistematizações localizam-se no fim do século XIX e início do século XX, e estavam ancoradas em tendências positivistas na busca por ser considerada ciência. No desenvolvimento da Psicologia Social no Brasil, seu trabalho estava restrito a laboratórios experimentais e pesquisa básica, no uso da generalização de dados, predições e compreensões que pudessem explicar a problemática de como se dava a relação entre indivíduo e sociedade. A Psicologia, nessa época, se pautava na ideia de um método que se configurasse como hegemônico por meio de um procedimento regular, demonstrável e passível de ser reproduzido (Ciampa, 1977; Lane, 1989a; Lima, 2012; Spink & Frezza; 2013).

O predomínio dessa visão de uma Psicologia pragmatista, fortemente influenciada pela ciência norte-americana, revelou-se incapaz de resolver as questões levantadas em Psicologia Social no contexto brasileiro. Esse modelo de fazer ciência entrou em crise, e suscitou questionamentos e críticas frente a um conhecimento psicossocial que não conseguia intervir e explicar os fenômenos psicológicos e sociais. Até então, havia uma desconsideração do ser humano enquanto ser histórico, social e cultural. Isso se refletia, por exemplo, na ausência da Psicologia nos campos das políticas públicas. Essa forma de fazer ciência fortaleceu práticas patologizantes, adaptacionistas, individualizantes, assistencialistas e curativas que legitimaram os interesses de grupos dominantes (Ciampa, 1977; Lane, 1989a; Lima, 2012; Spink & Frezza; 2013).

A discussão dos estudos em Psicologia Social frente ao seu interesse em políticas de identidade voltadas para tecnologias de adaptação e eugenia no Brasil propiciou

questionamentos entre as décadas de 1960 e 1970. Lima (2012) destacou que os estudos desenvolvidos pela Psicologia Social brasileira se centraram na dicotomia entre identidades individuais e coletivas. Nessa separação entre condutas individuais e das massas, vários estudos foram desenvolvidos para compreender os comportamentos considerados desviantes. A produção teórica, no século XX, pretendeu descrever uma identidade pessoal e coletiva da nação brasileira. Esses estudos corroboraram para a valorização do ajuste e adaptação das identidades individuais à ordem social vigente por meio da categorização de identidades patológicas ou normais (Lima & Ciampa, 2012).

Alguns trabalhos que datam do final do século XIX e início do XX, como os de Rodrigues (1890/2006, 1901/1939) e Ramos (1937), citados por Lima, (2012), sobre o desenvolvimento da identidade e sua relação com a sociedade brasileira se tornaram referência para o Direito e a Medicina legal. Esses estudos foram amplamente utilizados como explicações científicas que fortaleceram o eugenismo e o higienismo no Brasil. A preocupação de Rodrigues frente ao desenvolvimento de uma identidade adaptada e ajustada à ordem social construiu leituras sobre os processos identitários que hoje são facilmente identificados como preconceituosas e excludentes. Ramos, por sua vez, trabalhou para que as teorias em Psicologia Social fossem aplicadas politicamente na construção de instrumentos pedagógicos capazes de prevenir condutas consideradas transgressoras das normas sociais (Lima, 2012). Por outro ângulo, também existiram produções contra-hegemônicas que não alcançaram a mesma repercussão, cita Lima (2012), as obras de Vianna (1923) e Salgado (1935). Tais autores abordaram a ideia de identidade enquanto formação social do psiquismo e teorizaram acerca das implicações políticas no desenvolvimento do indivíduo.

Em meados do século XX, mais especificamente nas décadas de 1960 e 1970, ascenderam-se críticas sobre o modelo científico usado em Psicologia Social. Lima (2012) argumenta que os fatores que possibilitaram a emergência de uma crise no interior da Psicologia foram internos e externos. Um dos aspectos internos referiu-se à crise dos princípios científicos aceitos e as metodologias que sustentavam a Psicologia Social. Como aspecto externo, observaram-se transformações no momento histórico de reconstrução da democracia brasileira em um período de ditadura militar, atreladas à ascensão de vários movimentos sociais, como os movimentos feministas. Esse processo levou aos debates sobre as práticas e compreensões da Psicologia Social. Surgiram, a partir de então, importantes reflexões sobre a naturalização do fenômeno psicológico, e a compreensão de que os conceitos e teorias são produtos culturais. Dessa vez, partiu-se da perspectiva dos grupos historicamente marginalizados como produtores ativos da sua própria história e existência (Lima, 2012).

Um dos primeiros fatores que possibilitaram o processo de reconstrução paradigmática da Psicologia Social brasileira foi reconhecer a forte tradição biológica que sustentava vários pilares da Psicologia. Essa tradição, fortemente influenciada pelo modelo médico, desconsiderava os contextos histórico, social, cultural e econômico que permeiam e constituem as subjetividades. No que dizia respeito às questões de gênero e da sexualidade, havia uma prevalência da compreensão dessas categorias como identidades sexuais fixas, inatas e naturais (Narvaz, 2009; Narvaz & Koller, 2007).

Lane (1989a) elucida que a crise em Psicologia Social proporcionou um avanço histórico ao questionar suas características, seu alcance, seus limites e suas condições de existência. Na América Latina predominaram duas perspectivas, o pragmatismo norte americano e outra visão abrangente do ser humano, compreendido filosófica e sociologicamente. Diante desse contexto, os congressos interamericanos de Psicologia, em 1976, levantaram críticas sistematizadas e novas propostas. Foram criadas propostas para uma Psicologia Social com base materialista-histórica e voltadas para trabalhos comunitários com a participação de psicólogos peruanos, mexicanos, brasileiros dentre outros. Como exemplo dessas novas perspectivas em Psicologia Social, apontamos o movimento por uma educação libertadora proposta por Paulo Freire no início da década de 1970 e que forneceu conceitos fundamentais para o desenvolvimento da Psicologia Social Comunitária, por exemplo. Essa perspectiva teórica também foi parte central na construção da Psicologia Social da Libertação proposta por Martín-Baró, na década de 1980, cujas contribuições para a Psicologia latino-americana se refletem até a atualidade (Lacerda, 2017; Lima, 2012).

É nesse contexto histórico que se apoiam as discussões da linguagem como produtora de sentido e de uma nova perspectiva sobre o conceito de identidade, atreladas à ascensão de uma Psicologia Social Crítica. De acordo com essa perspectiva, compreende-se que o ser humano não sobrevive a não ser em relação com outros seres humanos em um determinado contexto, e sua participação e ações em grupo depende da aquisição de uma linguagem. Dessa forma, não é possível uma análise das identidades, fragmentando ou isolando os fenômenos psicológicos do seu contexto histórico, político, social, cultural e econômico (Lane, 1989a; Lima, 2012; Lima & Ciampa, 2012; Spink & Frezza, 2013). A Psicologia Social Crítica utiliza-se de um enfoque interdisciplinar em que o pesquisador também é um produto histórico e social. Lane nos esclarece que “pesquisador e pesquisado se definem por relações sociais que tanto podem ser reprodutoras como podem ser transformadoras das condições sociais nas quais ambos se inserem; desta forma, conscientes ou não, sempre a pesquisa implica intervenção, ação de uns sobre outros” (Lane, 1989a, p. 18). De acordo com essa percepção, enquanto

pesquisadores, as escolhas teóricas e metodológicas escolhidas corroboram com a construção de saberes que transformem a realidade social que atravessa a construção das identidades de gênero e sexuais.

Toda produção científica deve estar atrelada a uma *práxis* em que teoria e realidade não são separadas. Em uma entrevista intitulada “Parar para pensar...e depois fazer!”, divulgada na revista *Psicologia & Sociedade* em 1996, Silvia Lane falou sobre a articulação entre teoria e prática na produção de um saber psicossocial. Lane aponta que as principais questões da Psicologia Social Crítica se centram nos problemas do impedimento da emancipação humana, da autonomia e da liberdade. A realidade sempre será o ponto de partida da análise e das possibilidades de intervenção, e a teoria deve ser (re)pensada e (re)analisada conforme o que essa realidade revela. A *práxis* pode ser compreendida como uma prática voltada para a transformação social (Ciampa, Ardans & Satow, 1996).

No que se refere à categoria identidade, destacamos a perspectiva que utilizaremos como fundamentação teórica para analisar a lesbianidade – a identidade-metamorfose de Antônio da Costa Ciampa (1977; 1987/2007; 2002). Ciampa (1987/2007), em sua tese de doutorado, que originou o livro “A estória do Severino e a história de Severina”, construiu e elaborou sua noção de identidade-metamorfose a partir da análise das identidades de dois personagens – o personagem ficcional do poema “Morte e Vida Severina”, de João Cabral de Mello Neto (1955), e a história de Severina, uma personagem da vida real entrevistada por ele. A estória e a história dos personagens são articuladas de forma a demonstrar como a identidade pode ser compreendida enquanto metamorfose, podendo ser concretizada ou não de acordo com as condições sociais e históricas dadas. Por meio da defesa que identidade é metamorfose, Ciampa critica as concepções voltadas para a manutenção social que objetivam o ajustamento e a adaptação dos sujeitos aos discursos hegemônicos. A partir disso, o autor criou uma teoria interessada na autonomia e emancipação dos sujeitos (Ciampa, 1987/2007; Ciampa e cols., 1996; Lima & Ciampa, 2012). Ao prefaciá-lo, Lane ressalta que

a identidade passa a ser uma questão política pois ela está imbricada tanto na atividade produtiva de cada indivíduo quanto nas condições sociais e institucionais onde esta atividade ocorre. É política porque a partir da análise aqui feita somos levados a questionar que espaços, que possibilidades nós nos permitimos – a nós e aos outros – de, sendo nós mesmos, nos transformarmos, nos recriarmos (1987/2007, p.10).

Nessa perspectiva, o conceito de identidade necessita relacionar a teoria e uma *práxis*, enquanto ação política. Lima, Ciampa e Almeida (2009) reiteram que “é preciso estar disposto a engajar-se politicamente, a transformar a sociedade” (2009, p. 230). O movimento cambiante

das identidades aparece como essencial na mudança social, lugar onde o gênero e o exercício sexual podem ser vividos de diferentes maneiras de acordo com o tempo-espaço que tem lugar (Saffioti, 2009). Essa concepção de identidade contrária a uma ideia descritiva e estática carrega em si um caráter político frente a concepções que não permitem a autonomia e a liberdade de ser e estar no mundo (Ciampa, 1987/2007).

2.2. O assumir-se lésbica: a unidade na multiplicidade

Ao refletir acerca do movimento de metamorfose, Ciampa postula sobre o processo de morte-vida que reflete a possibilidade de um devir e sua superação. Esse processo é percebido quando, por exemplo, as pessoas transformam a realidade e a si mesmas. O cotidiano, nessa perspectiva, produz os diversos personagens que cada sujeito constrói para si. Entretanto, essa construção se produz a partir de determinações históricas que os personificaram, e também é produzido por eles no movimento de metamorfose. Dantas (2017, p.5) citando Ciampa (1997), define o movimento de metamorfose “como a progressiva e interminável concretização histórica do vir-a-ser humano, que sempre se dá como superação das limitações e das condições objetivas existentes em determinadas épocas e sociedades”. A identidade define-se e localiza-se, objetivamente, em um tempo e espaço, e só pode ser formada por esse lugar temporal e social que ela ocupa. Nesse percurso, ao reconhecer o outro como humano, o sujeito também se reconhece. Metamorfoseando-se permanentemente, o sujeito não apenas se sente outra pessoa, como é outra pessoa. A transformação transcende o nível da aparência e da atuação de um papel social, pois está materializada e internalizada subjetivamente, no jeito de sentir, acreditar e pensar sobre aquela nova personagem (Ciampa, 1987/2007).

O sintagma identidade-metamorfose-emancipação, postulado por Ciampa, (1987/2007), afirma que as identidades, enquanto processos contínuos de metamorfose, devem ser orientadas para a emancipação, por meio da busca de projetos de vida que possibilitem autonomia frente à sociedade. Nesse sentido, tudo o que impede o movimento de transformação desumaniza e resulta na sensação de estar morto-ainda-vivo (Ciampa, 1987/2007).

A partir de Ciampa, compreendemos que a formação da identidade é atravessada e formada em um movimento dialético por esses dois polos – o objetivo e o subjetivo. De acordo com uma concepção dialética, a contradição é um aspecto fundamental de tudo que existe. A contradição e a luta por sua superação são a base do movimento de transformação da realidade (Bock, 2007). Sujeito e objeto se diferenciam dentro da relação social, assumindo qualidades diferentes, em que o sujeito se apropria de tais relações de forma única e singular (Silva, 2004). Entretanto, compreendemos também que há uma espécie de unidade entre a subjetividade e a

objetividade, pois “o subjetivo torna-se objetivo; e a recíproca também” (Ciampa, 1987/2007, p.145). O sujeito em questão é compreendido em todas as dimensões da realidade que o atravessa e o constitui, seja ela individual, social, histórica e cultural, não sendo possível fragmentá-lo no processo da análise dos fatores que formam a sua identidade. A identidade pode ser compreendida como uma totalidade que revela uma realidade que é contraditória, múltipla, porém singular (Ciampa, 1987/2007; 1989; Miranda, 2014). Ciampa (1989, p. 61) elucida a dialética entre a unidade e a multiplicidade afirmando que “por mais contraditório, por mais mutável que seja, sei que sou eu que sou assim, ou seja, sou uma unidade de contrários, sou uno na multiplicidade e na mudança”. A busca por tornar-se sujeito, um ser-para-si, singular e único, reflete a interação entre a unidade da subjetividade e da objetividade que possibilita um agir pela prática transformadora de si e do mundo (Ciampa, 1987/2007).

Refletindo sobre nosso objeto de pesquisa, entendemos que conhecer os discursos que formam uma identidade sexual significa apreender a expressão subjetiva de um mundo objetivo compartilhado pelas mulheres-lésbicas-mães. Além disso, implica também em investigar como o social é convertido em uma experiência individual, de construção interna e atividades externas, como afirma Bock (2007). O sujeito e sua identidade se constituem socialmente, forjados por meio da história das suas relações sociais, ou seja, antes de sermos seres individuais somos seres sociais (Dantas, 2017; Saffioti, 2004).

Diante disso, é necessário refletir acerca do que nos distingue uns dos outros, de modo que nos tornemos únicos e singulares. A forma como o indivíduo subjetiva as condições sociais e históricas as quais está inserido produz a sua singularidade como ser humano em relação com a natureza. A universalidade é a riqueza humana construída ao longo da história social do que produzimos, reproduzimos e transformamos em um movimento constante da humanidade entre a cultura material e não material. No movimento dialético entre a singularidade da formação de cada indivíduo, enquanto único e diferente dos outros, e da totalidade da história do humano, nos constituímos como seres essencialmente históricos. A subjetividade humana é desenvolvida por meio da permanente construção e relação com o mundo social objetivo. O indivíduo se desenvolve na síntese das relações sociais que estabelece e que atuam como mediadoras entre a vida do indivíduo e o que é externo a ele. No processo de subjetivação, o ser humano se singulariza na relação com os outros, as pessoas se percebem e representam a realidade, significando suas apropriações e objetivações. Ao mesmo tempo em que a riqueza humana acumulada historicamente nos oportunizou maiores condições de liberdade e existência, a maioria das pessoas não têm acesso a essas condições materiais adquiridas e desenvolvidas ao longo da história (Duarte, 2004, 2013; Silva, 2004).

Neste tempo histórico, Ciampa (1989) aponta que o problema da sociedade moderna se encontra na relação do indivíduo e da sociedade, o que leva as pessoas a não reconhecerem o outro como humano e, conseqüentemente, não reconhecerem a si próprias como humano. Os mecanismos de exploração e violência barram as possibilidades de concretização da humanidade. Desumanizamo-nos quando as condições dadas, sejam elas sociais, econômicas ou históricas, impedem quaisquer alternativas de se concretizarem enquanto identidade humana, o que leva à sensação de morto-ainda-vivo e de não-ser-para-si. No coletivo, é constituído um conjunto de relações sociais que materializam um mundo, mundo este capitalista. Toda formação social carrega um modo de produção dominante, que movimenta e reproduz as forças e relações produtivas existentes. O fato de vivermos sob o capitalismo nos impede de sermos verdadeiramente sujeitos, uma vez que o devir humano se inverte no contrário. Há uma tendência de a humanidade servir como suporte do capital, que o determina negando enquanto humano, tornando-se algo coisificado. Assim, o mesmo mundo que nega as pessoas é produzido por elas. As identidades em seu conjunto, refletem a estrutura social, ao mesmo tempo que reagem sobre ela, transformando-a ou conservando-a (Ciampa, 2007/1987; 1989). Ciampa (1977, p. 41) conclui que “toda formação social depende, para garantir a sua sobrevivência, de um modo de produção dominante”.

O sujeito interioriza personagens, aquilo que os outros nos atribuem até se tornar algo nosso. As pessoas incorporam personagens à sua identidade, definidos por Ciampa (1987/2007) como uma atividade e um discurso em formato de um papel social padronizado previamente pela sociedade. No decorrer da vida do sujeito, novas personagens surgem por meio da atividade, do agir e do dizer. O sujeito vai, assim, construindo um conjunto de significações do mundo e do que se é. Ciampa afirma que “uma identidade nos aparece como a articulação de várias personagens, articulação de igualdades e diferenças, constituindo e constituída por uma história pessoal” (2007/1987, p. 157). Ou seja, a identidade seria constituída a partir da articulação de vários personagens.

No que diz respeito ao nosso objeto de estudo, podemos refletir que o ser mulher, o ser lésbica e o ser mãe, podem ser compreendidos como personagens interiorizados de diferentes maneiras, formando um ser total e uno. Dessa forma, o ser mulher, o assumir-se lésbica e o tornar-se mãe representaria o processo de identificação com uma identidade preconizada, o que leva a transformações na consciência e na atividade (Ciampa, 2002). As personagens se constituem reciprocamente juntamente com um universo de significados. Ciampa elucida que a identidade “é um discurso de um autor-em-obra [...] o ator é um eterno dar-se: é o fazer e o dizer” (1987/2007, p.154-155).

Igualamo-nos e nos diferenciamos por meio do movimento de reconhecimento com determinados grupos sociais, com sua história, tradição, normas e interesses. Sempre uma identidade é pressuposta e repetidamente representada, ou seja, reposta, construída e significada em relação com os outros. As crenças, valores, expectativas sociais correspondem ao conteúdo do processo de socialização que forma a identidade por meio de sistemas de ideias e representações. Há uma rede de representações que permeia toda as relações, refletidas nas identidades, de modo que não há como encontrar um fator originário para uma delas. Logo, seria impossível falar da totalidade de um nós e sim dizer sobre a representação de um nós, já que as identidades são constituídas por uma história coletiva. Eu me represento para os outros por meio de uma identidade já pressuposta como sempre idêntica. Ao me representar eu desempenho papéis decorrentes das posições sociais que ocupo, e oculto outras partes de mim. O caráter atemporal de uma identidade reposta encobre o verdadeiro caráter temporal das identidades, que é o ser movimento, ser processo, ser metamorfose (Ciampa, 1987/2007, 1977, 1989). Os diversos modos de vivenciar a sexualidade se repetem na produção de diferenças por meio de um sistema de representação. Essas representações normatizam as identidades sexuais, conforme a estrutura social em que elas são produzidas. Os julgamentos sobre as identidades serão determinados por uma representação, percebidos no nível da ideologia, um saber sobre si mesmo e sobre os outros (Deschamps & Moliner, 2009). Ao refletirmos sobre a identidade de mulheres, podemos pensar que, diferentemente do ser mãe, a personagem lésbica não corresponde à representação do que é socialmente esperado do ser mulher. Dessa forma, a lesbianidade é colocada em dúvida e em um lugar social problemático.

O nomear-se e o significar-se lésbica, vivido por meio da atividade no nível da consciência, tornou-se meio de afirmação e enfrentamento na luta por direitos e pela ocupação de espaços sociais. O reconhecer-se enquanto lésbica exige um trabalho no nível da consciência e da atividade que confere uma forma de ser, pensar, agir e sentir que caracterizam uma nova personagem (Ciampa, 1987/2007). A linguagem, produto histórico e coletivo, é carregada de significados diferenciados por cada pessoa de acordo com a relação entre pensamento e ação, o que resulta na produção de um sentido pessoal (Lane, 1989b). Consoante com Lane (1989b, p. 16), “a atividade implica ações encadeadas, junto com outros indivíduos, para a satisfação de uma necessidade comum”. Para haver encadeamento é preciso que haja comunicação por meio da linguagem e um plano de ação por meio do pensamento que por sua vez decorrem de atividades desenvolvidas anteriormente. O desenvolvimento da consciência de si e dos outros implica em repensar a atividade realizada, refletir e confrontar os sentidos atribuídos às palavras e as consequências geradas pelas atividades já desenvolvidas.

A lesbianidade, para algumas mulheres, forma-se por meio de uma forte relação com a necessidade de reconhecimento social desenvolvida em condições significativas e adversas. Pesquisa realizada por Almeida e Heilborn (2008) elucida que as histórias pessoais das lésbicas são marcadas pelo enfrentamento da rejeição familiar, adiamento de projetos de carreira profissional e acadêmica, e luta contínua pela garantia de direitos. Diante dessa realidade, as lésbicas vivenciam uma “luta por vezes exaustiva e dispendiosa, em prol da aceitação” (Almeida & Heilborn, 2008, p. 230). O preço da visibilidade confronta as pré-condições de uma identidade transformada em expectativas rígidas e normativas sobre o que, a todo momento, nas relações sociais é afirmado que as mulheres deveriam ser (Goffman, 1988).

A lesbianidade aparece no discurso como uma identidade sexual rejeitada, localizada entre a tensão de uma identidade virtual – aquilo que a sociedade espera que seja – e uma identidade social real – aquilo que se é. O ser lésbica-mãe é atravessado por uma expectativa social de que aquelas pessoas que se encontram na categoria *mulher* deveriam corresponder e apoiar uma norma. Ao frustrar essas expectativas sociais, a lésbica é considerada, no imaginário social, com um defeito, fraqueza, doença. Em primeiro momento, a identidade é percebida na qualidade de um traço estático que define o ser. Designa-se um nome próprio às diferentes identidades e, posteriormente, adotam-se papéis e predicções. Esses papéis formam uma personagem que quer ser conhecida, o ser lésbica. O papel é uma atividade padronizada socialmente que leva a reposição da personagem lésbica e os significados sociais que esta forma identitária carrega. A lesbianidade é uma alternativa de identidade socialmente negada para as mulheres. À vista disso, o ser lésbica ocupa um lugar de confronto frente à imposição social que normatiza uma única forma de ser mulher como correta e verdadeira. Os discursos hegemônicos atuam na conservação e legitimação de uma forma de ser mulher padronizada e permanentemente repetida nas relações sociais (Ciampa, 2007; 1987).

A lésbica ocupa um lugar de desvantagem e depreciativo na relação entre atributos e estereótipo, de acordo com os atributos que a sociedade leva ao descrédito. A desumanização acontece por um critério do estigma, seja ele relacionado com as abominações do corpo, as culpas do caráter individual, ou estigmas sobre um coletivo, sejam eles de raça, nação ou religião. Por meio do discurso, os termos atribuídos às lésbicas, como sapatão, mulher macho são utilizados enquanto metáfora e representação de significados inferiores associados à sua identidade sexual (Goffman, 1988).

A mesmice corresponde à aparência de uma estabilidade identitária. Os personagens, interiorizados ao longo da vida, ganham um caráter de permanência e repetição. Há um caráter positivo – mesmidade – que é o tornar-se outro, e um caráter negativo – mesmice – que

caracteriza a permanência de personagens. O problema, segundo Ciampa (1989), é quando essa aparência de *mesmice* impede a metamorfose. Ciampa alerta ao erro de usarmos dos substantivos os quais nos descrevemos, como ser lésbica, ser mulher, ser mãe, que formam a expressão de uma substância que tornaria o sujeito imutável, idêntico a si mesmo. O autor chega à compreensão que é “pelo agir, pelo fazer, que alguém se torna algo: ao pecar, pecador; ao desobedecer, desobediente; ao trabalhar trabalhador” (1989, p.64). Ou seja, o indivíduo, que é verbo, se substantiva como um ser social, um ser-posto e repostado por meio da *mesmice*. Uma vez que uma identidade é pressuposta e repostada ela é vista como dado – substantivo, não como se dando – verbo, em um contínuo processo de identificação. Nesse processo, interiorizamos o que os outros nos atribuem até se tornar algo nosso, a atividade coisifica-se, enrije-se, na forma de uma personagem, independentemente da atividade que a engendrou. O caráter temporal da identidade se restringe a um momento originário, como se revelasse algo já preexistente e permanente, quando, de fato, nos tornamos nossas predicções e nos identificamos com elas. Forma-se um personagem fetichizado reforçado por uma ideologia dominante conivente aos interesses do capital e das estruturas de poder (Ciampa, 1989; 1987/2007; Lima & Ciampa, 2012).

Romper com a *mesmice* torna-se uma complicada dialética. A possibilidade de escolher quem somos estará restrita pelas condições já permitidas pela sociedade. Não basta apenas uma representação prévia do que se é para poder sê-lo. É preciso que as relações nas quais estamos envolvidos confirmem essa representação. Há uma expectativa social de que devemos agir de acordo com o que o imaginário social espera que sejamos. À vista disso, reproduzimos os rituais sociais de uma identidade pressuposta, que assim é repostada como algo dado (Ciampa, 1989; 1987/2007).

Deixaremos de ser mãe, lésbica, esposa quando não mais exercermos essas atividades? As participantes só se tornaram lésbicas quando romperam com um relacionamento heterossexual e iniciaram uma relação homossexual? No caso das personagens mãe e esposa, elas estão relacionadas, respectivamente, com o ter um filho e o ter um marido/companheiro. Já o ser-lésbica extrapola o campo do exercício sexual e atravessa o binarismo determinado pelas identidades de gênero, daquilo que consideramos como mulher/feminino ou homem/masculino. Podemos inferir que o perceber-se lésbica, que pode acontecer antes ou após o rompimento com o modelo hegemônico heterossexual, demonstra que não há um modelo de identidade estagnado e unívoco.

Sawaia (2001), em estudo acerca da dialética das identidades entre a permanência/transformação, alerta para o problema do não reconhecimento dessa dialética. A

permanência corresponderia a uma interpretação da identidade enquanto um caráter permanente e fixo, que aparece no discurso como uma única forma verdadeira e normal de exercer a sexualidade. A transformação carrega a ideia de uma identidade múltipla e cambiante que, frequentemente, aparece no discurso social como a anormalidade e, portanto, patológica. A identidade mostrou-se uma categoria política disciplinadora das relações entre as pessoas que tem por finalidade discriminar, excluir e dominar grupos e sociedades, de modo a transformar o outro em estranho, igual, diferente ou exótico (Sawaia, 2001). Podemos identificar que a lésbica ocupa o lugar desse outro diferente dos padrões que o discurso dominante prevê para a mulher. Percebemos que é preciso preservar a tensão e a contradição entre a permanência e a transformação da identidade, de modo a reconhecer a igualdade e a diferença para discriminar e explorar seu uso político. Sawaia afirma que “a rebeldia da identidade é contra a imposição de poderes e de modelos de futuro e não contra a permanência, a ordem e a organização” (2001, p. 126).

O conceito de identidade carrega a ideia que os processos identitários internalizados ao longo da vida estão permeados por discursos sociais. O discurso do patriarcado e da heteronormatividade, por exemplo, se configuram como modelos hegemônicos que oferecem uma suposta coerência às práticas sociais que determinam um padrão de ser mulher aceitável socialmente. No decorrer das mudanças culturais e históricas, esse discurso se readapta e ocupa-se das novas formas de organização social, ideologias e modos de produção, de forma a permanecer no domínio discursivo (Saffioti, 2015). Nesse sentido, podemos refletir, de acordo com a Análise de Discurso Crítica (ADC), que os discursos constroem as relações sociais de poder, sistemas de conhecimento, crenças e identidades e são construídos por esses elementos (Lima, Lima & Coroa, 2016). Isso implica em uma relação dialética entre discursos e estrutura social, seja ela política, ideológica, cultural e econômica (Fairclough, 2001; Lima, Lima & Coroa, 2016).

2.3. Identidade, Discurso e Hegemonia

Spink e Medrado (2013) esclarecem que as práticas discursivas são uma linguagem em ação carregadas de momentos de ruptura, ressignificações e diversidade. A primeira função da linguagem seria a de comunicação entre o ser humano e o mundo social. A linguagem, como produto da coletividade, reproduz os significados das palavras articuladas e visões de mundo associados as práticas sociais (Lane, 1989b). No processo de identificação e de um fazer do indivíduo sobre uma nova identidade, a consciência é um aspecto imprescindível que reforça a importância da comunicação e da linguagem. A linguagem é um recurso pelo qual o sujeito se

exterioriza, projetando na realidade seus próprios significados, transformados por meio do pensamento e da atividade em interação com a realidade (Ciampa, 1977; 1987/2007; Dantas, 2017). Os significados atribuídos às palavras são produzidos historicamente e no processo do desenvolvimento da consciência social (Lane, 1989b).

Usar o termo discurso é considerar o uso de uma linguagem como prática social que não se restringe a uma atividade individual. Isso implica no discurso ser uma ação, uma forma que as pessoas podem agir sobre o mundo e os outros, além de um modo de representação. Os discursos contribuem para a construção de todas as dimensões das estruturas sociais, direta ou indiretamente, cuja relações, identidades e instituições são moldadas. Fairclough (2001) aponta três efeitos constitutivos do discurso. Em primeiro, refere-se à construção das identidades sociais; em segundo, as relações sociais; e em terceiro, os sistemas de conhecimentos e crenças. A função identitária relaciona-se com os modos que as identidades sociais são estabelecidas no discurso, a função relacional constitui-se nas negociações e representações entre os participantes do discurso nas relações sociais, a função ideacional são os discursos que significam o mundo e seus processos.

O discurso não é apenas uma prática de representação do mundo, mas de significação do mundo (Fairclough, 2001). Em uma compreensão psicossocial, a produção de sentido é tomada como um fenômeno sociolinguístico, uma vez que o discurso é gerador de sentido e usado como repertório das narrativas no cotidiano (Spink & Medrado, 2013). Dentro dessa perspectiva, o sentido pode ser definido como

uma construção social, um empreendimento coletivo, mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas – na dinâmica das relações sociais historicamente datadas e culturalmente localizadas – constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos à sua volta (p. 22).

O significado socialmente compartilhado é o que define, explica e legitima uma realidade, bem como uma nova identidade. O significado das palavras sofre variações sociais e podem ser contestadas socialmente de acordo com as facetas e os processos culturais mais amplos. A significação, por outro lado, tem um potencial mais estável, universal e comum que pode ser compartilhado por todos os membros de uma comunidade de fala. Já os significados no interior de uma palavra são descontínuos, demarcados entre si em uma relação de complementaridade, mutualmente exclusivos. A relação palavra-significado pode mudar rapidamente, já que muitos potenciais significativos são instáveis e envolvem disputas entre atribuições conflitantes de significados e potenciais significativos das palavras. A mudança e contestação de significados resultam da força e da clareza dos seus limites, que podem girar em

torno de uma relação de complementaridade ou de hierarquia, em torno de relações de dominação e subordinação. O significado potencial pode ser ideológico e politicamente investido no curso da constituição discursiva. Dessa forma, o sucesso em obter aceitação de estruturas potenciais de significado se torna um mecanismo de adquirir hegemonia (Fairclough, 2001).

Face às imposições sociais dos modelos hegemônicos, o discurso como uma prática social é usado institucionalmente por meio da linguagem, de modo a ter uma tendência a permanecer no tempo. Nesse movimento, os discursos interpretam-se, apoiam-se, reforçam-se e originam-se uns aos outros. À vista disso, mesmo que o contexto histórico e social mude, os discursos patriarcais e heteronormativos permaneceram e ainda são reproduzidos nas relações sociais. As funções identitárias estão marcadas nas relações sociais em que os participantes do discurso as representam e negociam, significando o mundo (Fairclough, 2001; Spink & Medrado, 2013).

Ao significarem o mundo, as ordens dos discursos estão abertas a contradições, investimentos e disputas políticas, culturais, econômicas e ideológicas. Ideologias podem ser compreendidas como significações da realidade, construídas em várias dimensões das formas de sentido, manifestadas nas práticas discursivas. Fairclough (2001) aponta que ideologia e prática política não estão dissociadas, pois por meio da ideologia são produzidos significados que oferecem coerência às práticas sociais, beneficiando grupos de poder. Althusser (1969/1980) afirma que há uma relação ideológica imaginária dos indivíduos que representa as condições reais de existência. Todas as ideologias representam concepções de mundo imaginárias acerca das relações de produção e das relações que delas derivam. Outra afirmação levantada pelo autor é que toda ideologia também possui uma base material, existindo num aparelho e nas suas práticas. Essa relação imaginária é formada por uma relação material. A existência das crenças e ideias são atos materiais regulados por um aparelho ideológico que revela as ideias desse sujeito. Dessa forma, só existe ideologia para e destinada a sujeitos concretos e singulares (Ciampa, 1977).

A hegemonia utiliza da ideologia dominante como forma de poder, de liderança e de dominação dos contextos econômicos, políticos, culturais e ideológicos de uma sociedade. Por meio da construção de alianças para manter a estabilidade entre as elites simbólicas, a hegemonia mantém relações de dominação e subordinação. O discurso, enquanto reproduzidor do poder social, é esclarecido por van Dijk (2008) como o controle de um grupo sobre outros grupos. Caso os interesses de quem exerce tal poder sejam contrários ao interesse daqueles que são controlados, consideramos que é um uso ilegítimo do poder, caracterizado como abuso de

poder. Assim, “o abuso de poder, então, significa a violação de normas e valores fundamentais no interesse daqueles que têm o poder e contra os interesses dos outros. Os abusos de poder significam a violação dos direitos sociais e civis das pessoas” (van Dijk, 2008, p. 29).

O discurso constitui-se como um importante campo político disputado nas relações de poder, no qual há uma multiplicidade de discursos agindo sobre a realidade social, como uma possibilidade dupla de perpetuar a hegemonia ou resistir a ela, por meio da fala (Wittig, 1980). O poder pode gerar liberdade e igualdade como também, ao ser exercido arbitrariamente, criar desigualdades. O gênero, o exercício sexual e a formação da identidade estão implicados em relações de poder, e atravessados por uma trama de interações, no movimento de integração da igualdade ou à integração subordinada. O uso do poder como meio de existência e garantia de direitos iguais é um modo de empoderamento, o que “equivale, num nível bem expressivo de combate, possuir alternativa(s), sempre na condição de categoria social” (Saffioti, 2009, p.18).

Neste estudo trataremos a lesbianidade como uma expressão identitária de resistência, que se estabelece como uma forma contra hegemônica de representação do mundo e das identidades (Lima, Lima & Coroa, 2016; Rubin, 2017/1949). Uma identidade de resistência é criada por atores que se encontram em posições desvalorizadas e estigmatizadas (Almeida & Heilborn, 2008). As identidades sexuais e de gênero desejam, de forma inevitável, exceder os termos pelos quais elas estão socialmente constituídas (Butler, 2016). A resistência, mais do que um meio de abalar o poder, de acordo com Butler (2016), poderia ser um efeito do poder, uma produção discursiva, pois a resistência ocorre no interior das relações de poder frente as normalizações e normatizações (Salih, 2018). A construção da resistência pode ocorrer por meio do processo de tomada de consciência sobre a reprodução ideológica dos papéis socialmente definidos ao ser mulher-lésbica-mãe (Lane, 1989b). Nesse sentido, as pesquisas nas universidades também podem se configurar como um espaço de resistência para essas mulheres quando, por meio do convite à produção de novos sentidos, suas histórias são escutadas e, na dialética da entrevista, abre-se a possibilidade de que elas voltem a atenção para suas próprias histórias e construam novos sentidos.

Os discursos se constituem enquanto uma prática política e ideológica que irá manter ou modificar as relações de dominação. Observamos um trabalho de reproduzir ou transformar as estruturas dominantes por meio da naturalização ou desnaturalização das práticas sociais (Fairclough, 2001; Lima, Lima & Coroa, 2016). O discurso sobre a sexualidade também é carregado de uma política interna em que os comportamentos humanos e as formas institucionais do exercício sexual são determinados em um tempo e lugar, conforme a atividade humana. Dessa forma, “o sexo sempre é político”, afirma Rubin (2017/1949, p. 64), e está

permeado por conflitos de interesse, que significam, criminalizam e patologizam certas identidades sexuais. Os signos são instáveis e reiteráveis, podendo as representações e discursos que inferiorizam a lesbianidade serem ressignificados e usados para transformar uma realidade social que as oprime (Salih, 2018).

Nesse movimento, os discursos se manifestam, muitas vezes, em normas sociais sutis, implícitas ou explícitas. A linguagem falada ou escrita pode levar à reprodução discursiva de ideologias racistas, sexistas dentre outras, que legitimam relações opressoras e estereótipos baseados nos marcadores gênero, sexualidade, classe, etnias/raças. As estruturas discursivas polarizadas desempenham um papel crucial na reprodução da desigualdade social, que reforçam a marginalização e dominação de determinados grupos sociais. O padrão hegemônico nas sociedades ocidentais é caracterizado pelo homem, branco, heterossexual, com boa condição socioeconômica e os grupos dominados são as identidades associadas a representações inferiores, que não se adequam ao modelo hegemônico (Fairclough, 2001; Lima, Lima & Coroa, 2016; van Dijk, 2008).

Há variadas formas discursivas usadas para descrever, nomear e atribuir significação identitária a grupos sobre os quais as denominadas “elites simbólicas” visam manter o controle (Lima, Lima & Coroa, 2016; van Dijk, 2008). No nosso estudo, podemos dividir três grupos: a mulher, a mulher-mãe e a mulher-lésbica. A identificação social hegemônica sobre a mulher é atribuída àquelas que nascem fêmeas e assim deveriam desenvolver aspectos femininos. A feminilidade é caracterizada por nascer com uma vagina; logo, ser heterossexual e assim direcionar seu desejo e as práticas sexuais para homens. A elas são designadas uma forma de vestir, ser e comportar, identificadas pelos traços de delicadeza, afeto, recato, fraqueza, beleza, passividade e submissão. Os papéis sociais destinados ao feminino são de cuidadora, mãe e responsável pelas atividades domésticas. As mulheres-mães socialmente idealizadas precisariam corresponder ao modelo hegemônico de mulheres brancas, jovens adultas, heterossexuais, assexuadas, possuir parceiro sexual masculino fixo e com boa condição socioeconômica. O amor para com seus filhos seria um elemento natural a elas, bem como uma vida de sacrifícios. Em relação às mulheres-lésbicas espera-se que sejam masculinizadas, ou seja, fortes, agressivas, ativas sexualmente, libertinas. As lésbicas são aproximadas dos símbolos masculinos sejam eles os comportamentos, o corte de cabelo e as vestimentas. Observamos que as mulheres lésbicas transgrediram todas as formas tradicionais de feminilidade ao apresentarem traços considerados masculinos e ao sentirem desejo afetivo sexual por mulheres.

Os discursos são abertos à possibilidade de reproduzir uma ideologia dominante por

meio do abuso de poder ou criar formas de resistência a ela. Além disso, as normas, valores, conhecimentos que constroem um padrão hegemônico são relativos e mudam de acordo com a história e a cultura. Ainda assim, supõe-se que há um padrão único de ser mulher que deve ser seguido. No movimento dialético entre estrutura social e as identidades, a resistência constrói-se como prática discursiva, em contradição com as influências das estruturas de dominação (Ciampa, 1977; Lima, Lima & Coroa, 2016; Saffioti, 2004; van Dijk, 2008). A lesbianidade possui, portanto, um potencial subversivo, maior ou menor, ao romper com a inteligibilidade do gênero, quando o desejo, o exercício sexual e as práticas sociais caminham em sentido oposto ao que foi determinado ao feminino.

Capítulo 3

Narrativas e Pesquisa: Os silêncios desfeitos no ato de narrar

Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas. Ela se perde porque ninguém mais fia ou tece enquanto ouve a história. Quanto mais o ouvinte esquece de si mesmo, mais profundamente se grava nele o que é ouvido. Quando o ritmo do trabalho se apodera dele, ele escuta as histórias de tal maneira que adquire espontaneamente o dom de narrá-las. Assim se teceu a rede em que está guardado o dom narrativo (Benjamin, 1985/1987, p. 205).

O presente capítulo pretende explorar o uso das narrativas de vida em pesquisas qualitativas. Apresentaremos nosso percurso metodológico para a composição e análise dos dados gerados a partir de narrativas com mulheres lésbicas e mães. Nossas escolhas teóricas e metodológicas, com base nos estudos feministas e de gênero e nos estudos sobre identidade em Psicologia Social Crítica, consideram que o uso das narrativas pode ser um dos métodos mais apropriados para os estudos sobre identidade. À vista disso, a escolha desse método baseou-se na possibilidade que as narrativas de vida nos oferecem de identificarmos como os discursos hegemônicos heteronormativos e de resistência atravessam a construção da identidade das entrevistadas.

Compreendemos, também, que o uso das entrevistas narrativas como método de geração de dados constitui-se enquanto um instrumento político e de transformação social e que oportuniza o acesso às experiências subjetivas das entrevistadas. Diante dessa problemática, trataremos sobre a crítica a um modelo de ciência neutro que não deixa claro os interesses políticos, ideológicos e sociais por trás das investigações científicas. Além disso, o uso das narrativas pode proporcionar um espaço profícuo de fala e construção de sentidos sobre a própria história de vida de grupos historicamente silenciados, potencializando discursos de resistência (Lima, Lima & Coroa, 2016).

3.1. Identidade e os atravessamentos do Tempo, da História e da Memória

Partimos da noção que as narrativas possuem uma temporalidade, sendo o tempo aquilo que passa e escapa como também aquilo que dura e permanece (Ricoeur, 2010). Bergson apresenta a concepção do tempo como um fluxo, uma passagem, um escoamento em continuidade (Worms, 2004). Diante dessas perspectivas sobre o tempo, observamos na

Modernidade que um novo sujeito é constituído em um novo tempo, período onde a (auto) biografia emerge como uma forma de expressão do indivíduo. A Modernidade apreende esse tempo como algo que está em progresso que aparece como instrumento de dominação e aprisionamento correspondente à ideia de uma duração que está sempre acabando, vazia e cíclica. Benjamim (1985/1987) ressalta que a Modernidade aboliu a experiência para colocar no lugar uma forma de conhecer imediata e precipitada. O sujeito é confrontado com o novo, constantemente, sem ter tempo de elaborar e internalizar suas vivências. Cria-se uma subjetividade frágil, individualizada e sem referências coletivas, o que leva as pessoas a estarem em constante movimento de recriação de si mesmas (Bosi, 1994; Kahl, 2001).

Ao relatar e analisar a estória de Severino e a história de Severina, Ciampa (1987/2007) ressalta que a narrativa de vida possibilita o surgimento do personagem narrador. Na análise realizada por Benjamin (1985/1987), o narrador na Modernidade, estaria às vias de ser extinto em decorrência do ato de narrar estar sendo trocado por um novo modelo de comunicação – a informação. De acordo com o autor, é a experiência transmitida de pessoa a pessoa que permite o surgimento do narrador. As ações de experiência estão perdendo a utilidade em um mundo da técnica e das informações, e sendo substituídas por uma forma de comunicação imediata e que já contém uma explicação pronta.

Diante desse tempo e sujeitos formados pela Modernidade, o processo de narrar a própria vida está interligado com o ato de lembrar e acessar a memória. De acordo com a análise que Ciampa (1987/2007) realizou sobre a história de vida de Severina, a narradora extraiu da memória aquilo que considerou significativo para saber quem foi e quem é. As diferentes potencialidades dos significados são moduladas pelo grau de consciência daquilo que está sendo dito e assim recordado. A memória não é apenas um encadeamento acabado, mas um espaço memorial sobre a pressão de variações que fazem do conteúdo da história dos sujeitos acessíveis ou não à consciência. A linguagem mostra-se como efeito do movimento da memória, ouvida e construída em um universo de signos (Dahlet, 1977).

Ao narrar a própria história, as pessoas empenham-se em buscar lembranças que expliquem o seu lugar no mundo. Estas lembranças são interpretadas pelo sujeito a partir do processo de acessar a memória para narrar a sua história de vida. No ato de lembrar, Bosi (1994) elucida que o sujeito não está apenas revivendo a sua história, mas reconstruindo-a e refazendo-a de outros jeitos e modos. A lembrança é formada por um fragmento em forma de imagem acerca das experiências vivenciadas pelo narrador. A memória recorre ao passado para acessar a reserva de todas as experiências adquiridas no decorrer da vida. Nesse sentido, Bergson, citado por Worms (2004), retrata que a memória permite a relação do corpo presente com o

passado, interferindo nos processos de representação que levam o sujeito a reconstruir, no agora, experiências passadas. Ela seria, segundo o autor, uma força subjetiva, profunda, ativa, oculta e invasora. Sua função está enlaçada entre o pensamento e a ação, ou seja, reproduz-se aquilo que se considera como uma boa experiência vivida. Dessa forma, o passado atua no presente por meio de uma memória inconsciente e latente (Worms, 2004). Trabalhar com narrativas é participar na elaboração de uma memória, por meio de um processo ativo de criação de significados, que quer transmitir-se a partir de uma demanda do pesquisador (Abrahão, 2004).

No que tange à formação das subjetividades, a memória é utilizada para preservar os interesses sociais, históricos, políticos e econômicos, fabricando uma memória coletiva. O ato de lembrar está relacionado com o que os outros nos fazem lembrar. Falar sobre memória está para além de descrevê-la enquanto um processo interno e individual vivenciado por cada sujeito. Segundo Halbwachs (1990), a memória das pessoas depende da convivência com grupos de referência. É construída uma memória coletiva desenvolvida a partir de laços de convivência em que o grupo é seu suporte (Bosi, 1994). A memória coletiva pode atuar como uma imposição, dominação, violência simbólica ou reforçar uma unidade de coerência social por meio de uma adesão afetiva ao grupo. Ela atua em uma operação coletiva de interpretação do passado que tenta definir e reforçar sentimentos de pertencimento e limites sociais entre coletividades (Pollak, 1989). O nível individual da memória, o tempo singular e a experiência vivida são indissociáveis da organização social da vida (Bertaux, 2010; Bosi, 1994; Halbwachs, 1990; Pollak, 1989).

Ter acesso à memória coletiva possibilita o ato de contar uma história. Assim, conforme Le Goff (1990, p.5), a “história começou como um relato, a narração daquele que pode dizer”. A história e a memória são práticas sociais e políticas em forma de discurso, carregadas por determinados regimes de verdades. Le Goff (1990) afirma que para a história ser eficaz ela precisa reconhecer a existência do simbólico no interior de uma realidade histórica em confronto com outras representações históricas. A história é a progressiva humanização do humano a partir do momento que se diferencia do animal ao produzir suas próprias condições de existência e a si mesmo. O ser humano se constitui como um ser de possibilidades. Diferentes momentos históricos poderão favorecer ou não as alternativas de humanização que se concretizam na história e na sociedade. De acordo com um tempo e espaço histórico determinado, a humanidade se materializa em cada instante na existência das pessoas (Ciampa, 1987/2007). Consoante Le Goff (1990, p. 8), “toda história deve ser uma história social”.

A memória coletiva selecionada é alimentada pela história, legítima seus monumentos,

museus, testemunhos do que pode ser lembrado. Durante o trabalho de seleção, o passado é reinterpretado em prol de manter as fronteiras entre grupos sociais (Pollak, 1989). Pollak (1989) apresenta a problemática de uma memória coletiva que transforma os fatos sociais em coisas solidificadas, duráveis e estáveis. As histórias dos grupos marginalizados e excluídos socialmente não são contadas, de modo a não se tornarem vivas na memória das pessoas. Observamos que as situações de violência, opressão e subordinação desses povos são camufladas por uma história de glória daqueles que exercem o domínio e o poder. Escondemos nos documentos da cultura uma história de barbárie (Benjamin, 1985/1987). Diante disso, a memória dos eventos trágicos da história é apagada e relegada ao silêncio.

Segundo Pollak (1992), a memória é um fenômeno construído neste trabalho de organização e seleção em que nem tudo ficará gravado. O conteúdo da memória constituído pelos acontecimentos vivenciados individualmente ou em grupo está ligado a uma história, tempo e lugar que é compartilhado por outras pessoas em determinado momento (Lechner, 2003). Na articulação entre os fenômenos individuais e socioculturais, a memória é um dos elementos que constitui a identidade representada por uma imagem de si para os outros. No processo de construção da identidade, o sujeito estabelece fronteiras físicas de pertencimento ao grupo, de modo que surge o sentimento de coerência em que diferentes elementos são interligados. A identidade se produz em referência aos outros e a si mesma face aos critérios de aceitabilidade, valor e admissão nos espaços sociais. A memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais frente àquilo que é legítimo e aceito socialmente (Pollak, 1992).

Uma vez que a memória coletiva está formada, constrói-se um exercício de unidade, continuidade e coerência nos grupos por um longo período de tempo. São construídas identidades coletivas que produzem padrões sociais identitários esperados como um modo de ser mãe e ser mulher (Pollak, 1992). Ciampa (1987/2007), ao analisar a estória de Severino, personagem do poema *Morte e Vida Severina* de João Cabral de Mello Neto (1955), retrata o esforço de Severino na busca por descrever a sua identidade. A sua existência aparece como a reencarnação de um tempo histórico que transforma o ser Severino em uma identidade coletiva, condicionada por uma determinada história. Há um movimento do personagem de separação dessas determinações sociais e de um tempo pré-condicionado que fazem dele alguém personificado na história, para assim poder ser e saber quem é (Ciampa, 1987/2007). Da mesma maneira, ao narrarem sua história de vida as participantes engajam-se em um espaço que oportuniza a reconstrução de uma identidade, de um lugar de pertencimento social e fala que rompa com o silêncio (Lechner, 2003). Narrar a própria história de vida é um trabalho de reconstrução de si mesmo em que o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações

com os outros (Pollak, 1989). Nesta rede de significados, os elementos vividos ganham uma interpretação no ato de narrar. Ao falar de si mesmas, as participantes dizem sobre o que esperam da vida, além de acessar um passado que escapa no tempo lutando contra o esquecimento daquilo que produz sentido para elas. Segundo Ricoeur (2010), qualquer construção narrativa é endereçada a um outro. Neste caso, a pesquisadora ocupará o lugar desse outro disposta a ouvir a história de vida das participantes, com a intenção de acessar a experiência subjetiva delas, o que permitirá a ela conhecer os sentidos que atravessam a lesbianidade.

3.2. Narrativas enquanto forma de fazer pesquisa

As flutuações terminológicas em torno das histórias, relatos de vida, biografias e (auto)biografias, enquanto fonte de dados para pesquisa, indicam uma variação de sentido atribuído às tentativas de expressão da temporalidade vivida individualmente pelas pessoas. Pineau (2006) explorou a dialética entre os discursos (*logos*) e os percursos da vida (*bios*) na busca de responder à pergunta sobre o que é a vida em relação com a emergência do movimento biográfico. O termo *bios* é utilizado para nomear uma vida especificamente humana. Desde a origem dos traços de união entre *logos* e *bios*, na Grécia e no império Romano, essa união foi percebida no movimento de comunicar socialmente a vida singular de pessoas consideradas notáveis, afirma Pineau. Na contemporaneidade, a vida e suas diferentes formas são cindidas nas fronteiras entre a vida pessoal e a vida profissional, a vida privada e a vida pública, a vida social e a vida familiar, e mesmo a vida e a morte. Escrever e falar sobre a história de vida é mais do que uma arte de viver e só pode ser compreendida e exercida na articulação entre experiência e expressão. Para falar do percurso da vida as pessoas precisam articular uma forma de expressão sociolinguística que ofereça um sentido compartilhado socialmente. O exercício de falar sobre a própria vida está implicado nas fronteiras do individual, do social, do tempo e do consciente e inconsciente (Pineau, 2006).

Até a invenção da imprensa, a escrita e a leitura eram um privilégio de uma minoria de pessoas letradas, homens da igreja, administradores, juristas, universitários. A reprodução da escrita por meio dessa invenção técnica resultou em uma nova relação entre *bios* e *logos*. A dialética das expressões *Autos* e *Bios*, o Uno e o Múltiplo, é formada pela construção da individualidade do sujeito em relação ao contexto histórico, social e cultural no qual está inserido. A grafia é o meio técnico que oportunizou a escrita do eu. Originou-se o termo (auto)biografia, no início do século XIX, enquanto relato ou escrita da própria vida, o que configurou em uma tripla revolução psicológica, política e literária. Em meados do século XX,

a importância da palavra escrita no processo de negociação das relações da vida (*bios*) proporcionou aos sujeitos o movimento da busca do seu *auto* – a sua própria história –, por meio do uso da literatura. Na Modernidade, marcada por uma civilização da imagem e do som, criou-se um imaginário social e espaços de expressão como também de opressão do curso da vida. Essa nova época temporal, ampliou as possibilidades, no campo social, de expressão da vida tanto no nível da escrita como da leitura biográfica. Podemos citar, na nossa contemporaneidade, o fenômeno da aparição dos *blogs*, lugar onde a escrita íntima pode ser compartilhada para um público anônimo indefinido. A vida que procura entrar na história não é mais somente dos notáveis, mas de todos aqueles que pretendem tomar suas vidas nas próprias mãos em um exercício que até então foi reservado para a elite (Pineau, 2006).

Trabalhar com relatos de história de vida, no campo das ciências humanas, foi uma revolução metodológica que representa a emergência de dois paradigmas. O paradigma de um conhecimento fundamentado sobre a subjetividade e o paradigma de um conhecimento experiencial que valoriza a reflexão produzida nas vivências singulares. As histórias de vida inscreveram-se em um período de crise paradigmática dos saberes e poderes sobre a vida, seja bioética, biopolítica e biocognitiva. Como método de pesquisa, as narrativas de vida foram utilizadas inicialmente na sociologia por W. I. Thomas e F. Znaniecki, em Chicago, no século XX (Josso, 2006; Pineau, 2006). Essa proposta metodológica oportunizou intervenções que permitissem ao sujeito tomar consciência de suas potencialidades enquanto ator social. A vivência cotidiana apresentou-se como uma mediação profícua para o conhecimento e educação individuais e coletivas (Josso, 2006; Pineau, 2006).

Houve uma passagem de paradigma da ciência aplicada ao prático reflexivo introduzida em temporalidades longas em relação às dimensões pessoais, sociais e intergeracionais. Pineau (2006) destaca as múltiplas correntes do movimento biográfico como construção de um novo espaço de pesquisa nas ciências humanas. A primeira corrente referiu-se à entrada pessoal nomeada de literatura íntima; seriam elas: confissões, diários, cartas dentre outros. A segunda é a entrada temporal que podem ser genealogias, memórias, lembranças, diário de viagem, histórias. Por último é a entrada pela própria vida; seriam as biografias surgidas no século XVII, as (auto)biografias, nos séculos XVII e XIX e os relatos e histórias de vida, na última metade do século XX (Pineau, 2006).

O uso de métodos narrativos, empregados em diferentes campos do conhecimento, em especial no campo da Psicologia Social, é algo muito recente. Isso se explica, pois a Psicologia, no início do século XX, manteve-se afastada de metodologias narrativas. Nesse período, o uso dos relatos orais recebeu diversas críticas, pois eram vistos como uma técnica incapaz de

assinalar toda a realidade devendo ser complementado por outras técnicas. Em virtude do grande desenvolvimento das técnicas estatísticas, na década de 1940, os relatos orais perderam a sua força diante do uso de questionários que apareciam como alternativa mais adequada para a obtenção dos dados. O desenvolvimento tecnológico oportunizou aos pesquisadores novas formas de captar a realidade por meio do uso de gravador com fita cassete. Essa nova tecnologia possibilitou o uso da gravação facilitando a descrição fidedigna dos relatos. No entanto, resgatar o relato oral como método investigativo não garantia a fidedignidade dos dados obtidos em consequência de possíveis desvios na transcrição e interpretação do pesquisador. Na distinção entre narrador e pesquisador, assumiu-se a possibilidade de neutralidade ao registrar, transcrever e interpretar as informações obtidas. Nesse caso, o pesquisador sempre estaria em uma posição de dominante, por mais que se procure deixar o narrador livre para direcionar a entrevista. Ao ganhar *status* de documento, o texto originado da narrativa, poderia ser decomposto, fragmentado, recortando os elementos essenciais a fim de articular com os objetivos do pesquisador (Lima, 2014).

Ao utilizar as narrativas de vida como método de pesquisa os sociólogos encontraram problemas com esse método, pois consideravam que as particularidades dos sujeitos não poderiam ser generalizadas. O encadeamento de técnicas estatísticas e o emprego de questionários e métodos experimentais utilizados por psicólogos produziu um desinteresse por métodos atravessados de subjetividade, como as narrativas de vida, já que esse recurso metodológico é mediado pela interpretação interativa, portanto intersubjetiva, entre pesquisador e pesquisado. A atenção voltada para as possibilidades de interferência do pesquisador na análise dos dados levou à crença em que a história de vida não fornecia base empírica e dados suficientes para inferências. No entanto, a necessidade de acréscimo de outras fontes às histórias de vida não invalidou a possibilidade de utilização dessas, ao perceberem que elas poderiam servir como fonte de conhecimento de uma coletividade. Uma única história de vida é capaz de fornecer elementos de uma coletividade, o que possibilita o acesso do pesquisador a uma realidade social de acordo com as suas observações e inferências. Para tal, a história de vida, como qualquer outro método, é um instrumento que requer uma análise à luz dos recortes teóricos escolhidos (Lima, 2014).

Lima (2014) assinala que a verdadeira utilização das narrativas de vida como técnica específica no Brasil apareceu em Psicologia Social, não na Antropologia ou Sociologia, especificadamente pelo trabalho de Ecléa Bosi (1979/2015) sobre a memória social de velhos. As narrativas de vida, como uma técnica capaz de abarcar a vida individual e social, passou a ser utilizada por psicólogos e sociólogos, orientadas de acordo com o tipo de pesquisa

desenvolvida por esses campos. Na Sociologia, buscou-se nas entrevistas a marca de um grupo étnico, uma camada social de pertencimento, e na Psicologia as particularidades que singularizam o indivíduo (Lima, 2014). Atualmente, há um amplo consenso nos debates epistemológicos e metodológicos sobre a riqueza do material biográfico e suas potencialidades de uso no campo das ciências humanas e sociais (Josso, 2004).

Diante dessa técnica de obtenção dos dados, abriu-se espaço para a discussão dos lugares ocupados por pesquisador e entrevistado, a posição social que o pesquisador ocupa e os critérios de validação dos dados. Destaca-se a análise de Burman (2015) sobre o fazer pesquisa na Psicologia moderna. A autora enfatiza a influência das teorias psicológicas na vida cotidiana das pessoas, o que historicamente atuou na produção de saberes que legitimaram diferenças individuais e padrões sociais de acordo com os interesses de uma ideologia dominante. Santos, Mezzari e Teixeira Filho (2018) questionaram um modelo de fazer pesquisa na ciência psicológica baseada na neutralidade do pesquisador. Dessa forma, no século XX, ascendeu o uso de enfoques qualitativos e interpretativos compreendendo as pessoas estudadas enquanto construtoras ativas das suas histórias. Um dos questionamentos referiu-se a um modelo de fazer entrevista baseado em perguntas e respostas em que o pesquisador ocupa um lugar de saber e o participante de dominado (Burman, 2015). Nesse sentido, as narrativas de história de vida são colocadas como uma alternativa de reconhecimento das subjetividades e da realidade social em que entrevistado e entrevistador são atravessados.

Segundo Bertaux (2010), não é possível representar o indivíduo de modo isolado dos seus determinantes sociais, culturais e históricos que atravessam a sua vida. No ato de narrar, em contrapartida com a experiência bruta, há mediações subjetivas e culturais. Os significados podem ser compreendidos como algo que não está escondido, mas que são constituintes da experiência cotidiana, construídos permanentemente (Abrahão, 2004; Mountian, 2014). As significações elaboradas ao contar a história de vida interpõem os sistemas de percepção e avaliação do sujeito. Desse modo, o que o entrevistado conseguir dizer estará relacionado com uma totalização, mais ou menos reflexiva, das experiências que ele viveu. Por esse ângulo, o interesse do pesquisador não está ligado em obter uma verdade concreta da vida dos entrevistados, mas no significado atribuído por eles frente às suas vivências. Esses relatos são, paradoxalmente, autênticos e singulares apesar de escritos em um padrão sociocultural e histórico (Josso, 2006).

A história narrada é mais do que a descrição de eventos. Contar sobre sua vida é uma maneira de recontar uma história várias vezes, de modo a revelar um núcleo central linear e consistente, o enredo. Ele é produzido por meio da síntese de elementos heterogêneos de uma

história, formando uma totalidade ao mesmo tempo discordante e concordante (Bertaux, 2010; Ricoeur, 2010). Ricoeur (2010) denomina *Mythos* o processo de construção deste enredo, composto por uma lógica e por um tempo. A *Poesis* é a história recriada, (re)significada, transformando o passado durante a narração. Assim, ao modificar o passado e o presente, o narrador tem a possibilidade de realizar recriações futuras. Abrahão (2004) destaca três planos da compreensão dos contextos. O primeiro refere-se ao contexto vivido no passado, que comporta a totalidade biográfica das experiências vividas pelos entrevistados. O segundo, ao contexto do presente, percebido na elaboração presente no momento da entrevista. E por fim, ao contexto da entrevista, que pressupõe as formas de acordo, relação de escuta e cooperação para a efetivação da própria entrevista. A característica do tempo narrado pode ser observada em diversas narrativas (auto)biográficas, seja no campo da literatura, da historiografia, de acordo com as reconstruções e ressignificações no processo de lembrar a trajetória de vida. O sentido da narrativa rompe com o modo linear espaço temporal ao significar trajetórias e vivências.

Ricoeur (2010) esclarece que a *Mimesis* contém elementos do *Mythos* e da *Phoesis*, aspectos reais e imaginários, representados na tensão entre a ficção e a vida. Acerca desta tensão, Bertaux (2010, p. 92) explica que “uma narrativa de vida constitui um esforço para contar uma história realmente vivida”. Na tentativa de contar uma história verídica, o narrador perpassa três dimensões da realidade. A primeira realidade é histórica-empírica que contém o percurso biográfico do sujeito como ele o vivenciou em situações objetivas. A segunda realidade é psíquica e semântica, acerca daquilo que as pessoas acreditam que sabem e pensam sobre as suas experiências. A última realidade é discursiva, a narrativa em si mesma, aquilo que o sujeito quis dizer do que sabe. Dessa forma, a narrativa conta, em um nível intermediário, com a totalização subjetiva do que foi vivido. É constituída pelo conjunto de lembranças, reflexões e avaliações retrospectivas, julgamento moral, faculdades intelectuais e aspectos culturais e ideológicos que formam a história de vida da pessoa. Partimos da ideia das narrativas de vida como

uma improvisação sem notas (sem recorrer aos arquivos escritos) fundamentada na rememoração dos principais acontecimentos tais como foram vividos, memorizados e totalizados, que se esforça por discernir seus encadeamentos. É inegável e inevitável que exista ali grande parte de seleção e interpretação, sem as quais só haveria sucessão de fatos, um *curriculum vitae* sem articulações: senão, não haveria narrativa (Bertaux, 2010, p. 94).

As entrevistas narrativas retratam realidades exteriores sob forma de narrativa, formadas por lembranças, reflexões e avaliações retrospectivas. Nesse sentido, o julgamento moral, as

faculdades intelectuais e a memória atuam no ato de narrar, revelando os aspectos culturais e ideológicos que compõem a visão de mundo das participantes. Há um regime de seleção dos acontecimentos e seus significados por meio do processo de rememoração dos principais acontecimentos vividos, no esforço de discernir seus encadeamentos (Bertaux, 2010).

O exercício (auto)biográfico é capaz de formar a existência. A aprendizagem da pesquisa narrativa estrutura-se em quatro condições, em primeiro, ter falado sobre a sua própria história de vida; em segundo, estabelecer uma relação de aprendizagem com as pessoas; em terceiro, a produção das formas materiais de expressão da vida pertencem à pessoa que as produziu; em quarto, a interpretação visa ser mais instauradora que redutora, o que significa uma procura pela razão, a causa e o objetivo do que foi dito. O sentido da vida não é mais dado pela aplicação de leis religiosas e científicas, ele pode ser construído pela expressão daqueles que vivem e mobilizam a reflexão e formação de signos. Os pesquisadores devem cultivar competências e conhecimentos que auxiliem os autores dos relatos a tirarem o maior proveito do trabalho biográfico (Josso, 2006; Pineau, 2006).

Toda narrativa de vida é uma sucessão ou coabitação da busca de aspectos particulares da existência (Josso, 2006). A pesquisa (auto)biográfica utiliza-se do exercício da memória, rica de significações, no ato de desvelamento do sujeito para si e para o pesquisador. A narração é caracterizada pela construção/reconstrução da subjetividade do narrador. As (auto)biografias são construídas por narrativas que desvelam a história de vida dos participantes, o que lhe confere a qualidade de (auto)compreensão e conhecimento de si no ato de narrar a própria história. Ao trabalharmos com essa metodologia adotamos uma tradição em pesquisa que reconhece a realidade social de forma multifacetária, complexa e socialmente construída em que as pessoas estão em constante processo de (auto)conhecimento. As narrativas permitem universalizar, dependendo da forma que são relatadas, as experiências de vida dos participantes de acordo com o contexto histórico, social e cultural compartilhados em diálogo com o que é individual ou social. Dessa forma, o processo de interpretação dos conteúdos das narrativas é um espaço de enunciação cujos elementos narrados se relacionam com seu contexto (Abrahão, 2004).

3.3. O uso das entrevistas narrativas nos estudos feministas e de gênero e nos estudos sobre identidade em Psicologia Social

Compreendemos o uso das narrativas, enquanto um recurso metodológico descrito por Bauer e Jovchelovitch (2002) e Flick (2004), como um modelo de entrevista aberta utilizado em pesquisa qualitativa. As entrevistas narrativas são empregadas em pesquisas

(auto)biográficas com o propósito de compreender as experiências de vida dos sujeitos e suas redes de significados (Lima, 2014). No processo do narrar, os sujeitos contam a sua história de vida atribuindo sentidos e ligando os acontecimentos de modo cronológico (Bauer & Jovchelovitch, 2002). O contar é uma produção discursiva em forma de narrativa, estruturada na forma de uma ação, que abarcará na fala uma sequência de acontecimentos. Toda narrativa de vida constitui uma experiência individual e coletiva do investigado, pois a vida do sujeito é atravessada pela cultura, a sociedade, os sistemas econômicos e o momento histórico no qual está inserido. Logo, entende-se que a entrevista narrativa está além de uma simples descrição dos fatos vivenciados, mas compõe um lugar de análise e (re)significação da história do entrevistado, que pode fomentar transformações sociais e fortalecer discursos de resistência (Bauer & Jovchelovitch, 2002; Bertaux, 2010; Flick, 2004; Santos, Mezzari & Teixeira Filho, 2018).

Levantamos a discussão da necessidade de localizar no tempo e no contexto social e cultural o saber produzido, entendendo que o fazer ciência carrega juízos de valor. De acordo com Burman (2015) conhecer é poder, de forma que os pesquisadores precisam se atentar para os possíveis efeitos da participação da pesquisa nos entrevistados. Nesse caso, nas narrativas de vida há uma necessidade de estabelecer um vínculo entre sujeito e pesquisador, incluindo a dimensão subjetiva destes no processo de significação no decorrer da entrevista. Nessa perspectiva, todo conhecimento está localizado e atravessado por marcadores sociais. A entrevista é compreendida enquanto um lugar de negociação e construção de sentidos em diálogo com o pesquisador e os participantes, estabelecida por meio de uma interação de confiança e segurança entre eles. Santos, Mezzari e Teixeira Filho (2018) relacionam esse modelo de fazer ciência posicionado com a proposta de um método e teoria feminista.

No enlace entre as narrativas de história de vida e a perspectiva feminista, Santos, Mezzari e Teixeira Filho afirmam que toda pesquisa narrativa é política. Haraway (1995) apresenta uma discussão sobre objetividade na ciência e ressalta que todo saber produzido tem uma configuração parcial e localizada na realidade. Dessa forma, a escolha de uma metodologia e epistemologia, e a forma como o pesquisador irá obter os dados e interpretá-los está atrelada ao seu *status* social, visão de mundo e interesses particulares. Uma metodologia feminista compreende que o conhecimento é sempre situado, posicionando-se contra a objetividade e a neutralidade que caracteriza uma ciência positivista. Considera-se que a imparcialidade no fazer pesquisa não é possível, nem desejável, especialmente por ser uma perspectiva comprometida com a mudança social. Partimos da ideia que todo conhecimento baseia-se em uma base epistemológica que não é neutra, mas fundamentada em uma perspectiva específica (Harding,

1986; Mountian, 2014; Narvaz & Koller, 2007).

A expressão “o pessoal é político”, empregada nos anos 1970 pelo movimento feminista, representou dois aspectos da luta feminista, um de que a vida cotidiana também é política e outro sobre a representação das mulheres na esfera pública (Mountian, 2014). Autoras feministas, como Harding (1986), demonstraram como as mulheres foram excluídas como sujeitos de pesquisa, e como, mesmo quando incluídas, eram vistas como inferiores. Diante disso, destacamos a importância de incluir mulheres como produtoras de conhecimento na história e nas pesquisas acadêmicas. Essa inclusão pode ser compreendida na luta por incluir a mulher como sujeito ativo, e não somente como objeto de estudo. Desloca-se o lugar tradicional da mulher em pesquisa para o desenvolvimento de práticas, métodos e epistemologias que retratem grupos tradicionalmente excluídos frente às categorias sociais de raça/etnia, classe, idade, sexualidade, gênero dentre outras. Uma perspectiva feminista está atrelada a um interesse político de desnaturalização dos fenômenos identitários enquanto possibilidade de conhecer, escutar e falar sobre a história de vida de grupos silenciados socialmente. É nesse campo de saber que buscamos em nossa pesquisa tratar sobre o ser mãe e o ser lésbica, enquanto um modelo de maternidade e identidade sexual marginalizadas (Mountian, 2014).

Consoante uma perspectiva feminista, evidenciou-se a problemática e incoerência do uso de concepções sociais e culturais de identidade com base em ações políticas. A tensão existente entre as políticas de identidade e as identidades políticas apresenta o problema da concepção das identidades como algo rígido, universal, imutável (Ciampa, 2002). Dessa forma, é preciso reconhecer a polissemia das identidades de acordo as diversas temporalidades, tradições e significados. Em decorrência do uso dos discursos e das políticas identitárias como ferramentas ideológicas utilizadas para conquistar territórios, construir e manter diferentes instituições derivou na preocupação do uso do conceito de identidade por muitos teóricos voltados para os estudos éticos e feministas. Diante disso, o conceito de identidade estava envolvido em mecanismos de dominação ao ser associado à cristalização, à igualdade excluindo a diferença, a uma essência. O problema do essencialismo está no fato de não considerar as diferentes constituições da identidade em seus diferentes contextos históricos. A experiência de ser mulher é variável de uma forma que todas as mulheres constroem uma identidade autêntica. A ideia que existiria uma identidade da mulher poderia servir para legitimar uma hegemonia dominante sobre as formas de ser mulher e as relações de gênero (Lima, 2014).

3.4. Percurso Metodológico

Este estudo objetiva investigar a construção da identidade de mulheres lésbicas mães

em um contexto heteronormativo. Especificamente, objetivamos: (a) Analisar as categorias gênero e sexualidade na construção da identidade de mulheres lésbicas e mães; (b) Analisar como os discursos hegemônicos heteronormativos estão presentes na vivência das mulheres lésbicas e mães; (c) Desvelar se o discurso de resistência aparece nas narrativas de mulheres lésbicas e mães.

Trata-se de uma pesquisa de campo realizada em Goiânia/Goiás, com caráter qualitativo. A pesquisa qualitativa se caracteriza como ferramenta de exploração e compreensão dos significados, individuais e coletivos, sobre a vida cotidiana dos sujeitos de acordo com o problema social investigado (Creswell, 2010; Gerhardt & Silveira, 2009). Construir uma pesquisa qualitativa no campo da Psicologia é um modo de reconhecer que as subjetividades e as vivências são uma construção discursiva (Santos, Mezzari & Teixeira Filho, 2018). Nesse sentido, utilizaremos entrevistas narrativas por meio de histórias de vida, de modo a viabilizar o acesso à experiência de ser mulher lésbica mãe.

Este estudo tem como objeto a construção da identidade de mulheres lésbicas mães diante de um contexto heteronormativo, considerando os elementos econômico, social, cultural e histórico no qual estão inseridas. Para tanto, aprofundamos a análise sobre os estudos de gênero e sexualidade na construção da identidade de mulheres lésbicas e mães, e em como os discursos hegemônicos estão presentes na vivência da lesbianidade. Ademais, averiguamos como a identidade de mulheres lésbicas e mães podem se constituir como um discurso de resistência que consiste em uma forma contra-hegemônica de representação do mundo e das identidades.

3.4.1. Procedimentos metodológicos

Participaram da geração dos dados cinco mulheres lésbicas e mães. A divulgação da pesquisa para o levantamento de possíveis participantes ocorreu via redes sociais em grupos de discussão voltados para esse tema. Compartilhamos a pesquisa em grupos na rede social *Facebook* formados por e para mulheres de Goiânia e em demais grupos formados por estudantes da Universidade Federal de Goiás, além das redes sociais da pesquisadora e da comunicação para pessoas do seu convívio pessoal. Dessa forma, as mulheres voluntárias puderam ter conhecimento da pesquisa e entrar em contato com a pesquisadora por telefone para agendar um horário para entrevista. Tivemos como critérios de inclusão e exclusão: ser maior de 18 anos, e ter tido filhos e filhas biológicos em relacionamentos heterossexuais e, posteriormente, ter se (auto)declarado lésbica. As entrevistas ocorreram de forma presencial nas salas do Centro de Psicologia da Universidade Federal de Goiás, e registradas por meio de

áudio gravação e, em seguida, transcritas na íntegra. As entrevistas irão permanecer guardadas com a pesquisadora durante 5 anos. No processo de levantamento de possíveis participantes, encontramos dificuldades em encontrar pessoas interessadas e com disponibilidade de deslocamento para o Centro de Psicologia, apesar de informarmos que todos os custos de transporte seriam arcados pela pesquisadora. Isso pode ter ocorrido devido a pesquisa ter sido realizada em uma metrópole que é atravessada por problemas no transporte público e a grande distância entre vários setores da cidade. Frente à falta de interesse no primeiro momento das participantes este fator pode estar relacionado com falhas nas ferramentas de divulgação, o que levou a pesquisadora a divulgar a pesquisa nas redes sociais várias vezes. Quando esta teve acesso a um grupo específico formado por mulheres foi possível alcançar de forma direta o seu público alvo.

Submetemos o projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa, via Plataforma Brasil, conforme os critérios apontados nas Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS e aprovado de acordo com o parecer 3.041.616 (Anexo 2). Os benefícios de participar dessa pesquisa envolveram, principalmente, a oportunidade de compartilhar a história de vida das participantes com outras pessoas. Através disso, as entrevistadas tiveram a possibilidade e oportunidade de repensarem e darem sentido a algumas de suas questões existenciais, além de terem suas trajetórias de vida ouvidas e valorizadas. Os riscos de participar dessa pesquisa envolveram uma mobilização de emoções ao compartilhar sua história de vida. O Código de Ética Profissional do Psicólogo Brasileiro (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2005) prevê a adoção de medidas caso haja riscos ao indivíduo participante de pesquisa. Portanto, se esta situação tivesse ocorrido, as participantes receberiam um acolhimento imediato pela pesquisadora e seriam, se assim o desejarem, encaminhadas a um acompanhamento psicológico breve com a própria pesquisadora ou outro profissional.

3.4.2. *Instrumento de pesquisa*

A entrevista narrativa é uma entrevista aberta, ou seja, não existe um roteiro de perguntas, e pode ser dividida em quatro momentos. Inicialmente, a pesquisadora prepara as participantes para o momento da entrevista, estabelecendo um *rapport* e propõe, em seguida, a seguinte questão gerativa da narrativa: “por favor, me conte sobre a sua história de vida”. No segundo momento, as participantes fazem seus relatos. A entrevista pode ser realizada em mais de um encontro de acordo com a necessidade das mulheres entrevistadas e da pesquisadora. Durante o processo narrativo, a pesquisadora não deve interromper o relato das participantes, ouvindo de forma empática e estimulando-as. O pressuposto é que as entrevistadas se sintam

confiantes e espontâneas para falar, sem interrupções externas. No terceiro momento, ao final da entrevista, a pesquisadora retornará com perguntas mais específicas em pontos da narração que não ficaram claros acerca do problema de pesquisa. Ou seja, as possíveis perguntas que serão feitas ao final estão ligadas à forma como a narrativa será feita pela participante e não são perguntas elaboradas *a priori*. No último momento, após desligar o gravador, a pesquisadora estará aberta para ouvir e anotar possíveis novos relatos das entrevistadas (Flick, 2004; Jovchelovitch & Bauer, 2003). Todas as informações obtidas são de caráter sigiloso, e as identidades das participantes e dos personagens das narrativas foram mantidas em sigilo por meio do uso de nomes fictícios. Para assegurar a não identificação e os direitos das participantes a pesquisadora fez uso de pseudônimos e aplicou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Anexo B). A qualquer momento, durante a execução da pesquisa, as participantes poderiam desistir da participação sem qualquer tipo de prejuízo.

No recorte do material a ser analisado, a pesquisadora não extraiu todas as significações que contêm as narrativas, mas apenas aquelas que são pertinentes ao seu objeto de pesquisa. Partimos do pressuposto que “a análise de uma entrevista biográfica tem por objetivo explicitar as informações e significações pertinentes nela contidas”, como afirma Bertaux (2010, p. 107), em articulação com os objetivos da pesquisadora. Nesse sentido, a forma de análise foi compreensiva, a partir da qual a pesquisadora elaborou recursos interpretativos à luz dos recortes teóricos escolhidos para analisar os dados. Os dados foram recortados e ordenados reconstruindo os acontecimentos que constituíram a trajetória pessoal das participantes. Para tal, a pesquisadora realizou a transcrição dos dados dividindo-os em preposições indexadas e não indexadas, conforme prevê a análise de Schütze descrita por Jovchelovitch e Bauer (2002). Os aspectos indexados referem-se aos acontecimentos concretos em um período e lugar, como datas, personagens da história, o local, nexos causais. Os não indexados seriam as preposições que indicam juízos, valores e reflexões das próprias participantes sobre sua história de vida. As preposições indexadas e não indexadas constituem duas dimensões na entrevista narrativa – a cronológica, ou seja, a narrativa como sequência de episódios; e a não cronológica, ou seja, configuração de um todo frente à sequência de acontecimentos que constituem o enredo. No processo de análise, realizaremos um agrupamento e comparações das entrevistas narrativas de modo a identificarmos categorias de análise. Por fim, as trajetórias pessoais foram analisadas conforme um contexto histórico, político, social e econômico que atravessa as vidas das participantes, sendo possível identificar discursos dominantes e de resistência (Bertaux, 2010; Jovchelovitch & Bauer, 2002).

Capítulo 4

“Não adianta, cara, ser lésbica é extremamente complicado. Você não tem o direito nem de se descobrir lésbica” (Maria)

Por meio da transcrição literal das entrevistas narrativas, separamos os conteúdos relacionados com o nosso objeto de pesquisa e as temáticas que apareceram no decorrer da história de vida. Os temas que apareceram foram a infância, a adolescência, a relação familiar, as relações escolares, a religião, o casamento, o divórcio, o nascimento dos filhos e das filhas, as relações heterossexuais e homoafetivas. A partir dessas temáticas construímos três categorias de análise, sendo elas, o tornar-se mãe, o assumir-se lésbica e hoje, como eu me vejo. A primeira categoria abarcou os sentidos e vivências relacionados com a experiência da maternidade das entrevistadas. A segunda categoria abordou o processo de reconhecimento e construção da sexualidade. A última categoria trata sobre como as participantes perceberam e experienciam a sua identidade sexual atualmente.

Extraídos os conteúdos relacionados com nosso objeto de pesquisa, buscamos identificar as proposições indexadas, que são a sequência cronológica dos fatos narrados, os personagens, locais, datas e os nexos causais. Posteriormente, procuramos identificar as proposições não indexadas, que são os juízos de valor, reflexões e avaliações da entrevistada sobre a sua história. Por meio dessas duas dimensões da entrevista narrativa, pudemos conhecer o enredo da história contada e como os discursos heteronormativos e de resistência atravessaram a vivência das participantes. Dessa forma, a luz dos pressupostos teóricos escolhidos, realizamos uma análise compreensiva sobre os significados atribuídos a experiência de ser mulher-lésbica-mãe para as entrevistadas.

4.1. As participantes e suas histórias de vida

4.1.1. História de Maria

Maria é uma mulher de 31 anos, branca e de classe média. Atualmente está solteira, estuda para concurso e trabalha de forma autônoma como produtora cultural. Ela já trabalhou como gerente de uma empresa de portaria remoto e considera-se empreendedora. Abriu uma empresa de segurança eletrônica em Brasília e outra do mesmo ramo no interior do estado, mas ambas vieram à falência. Maria deseja continuar empreendendo por meio da construção de um “*ponto cultural*”, após conquistar uma estabilidade financeira por meio da aprovação em um concurso público. É a filha do meio de uma família de três irmãos. De acordo com Maria, sua

família é “*normal, comum e tranquila*”. Viveu a infância e uma parte da adolescência no interior do estado, e aos 15 anos sua família se mudou para a capital. Ela é mãe de três filhos biológicos, Carolina de 10 anos, Júlia de 9 anos, e Gustavo de 7 anos, e uma enteada que considera como filha, Roberta de 12 anos. Todos os seus filhos são fruto do período em que esteve casada com João, que é músico, durante 11 anos. Após o divórcio, Maria foi morar na casa dos seus pais com os filhos biológicos.

A infância de Maria foi marcada por situações de exclusão social e necessidade de ser aceita socialmente na escola e na sua família extensa. A menina apreciava brinquedos que eram considerados masculinos e demonstrava uma forma de vestir e um jeito de ser que as pessoas consideravam inadequados ao seu gênero. Na adolescência, Maria gostava muito de jogar futebol e começou a desenvolver uma carreira profissional como jogadora. Neste mesmo período, teve o seu primeiro relacionamento afetivo, ela tinha 14 anos e o seu namorado tinha 18 anos. Ter um namorado trouxe vantagens sociais como ser aceita e valorizada socialmente. Até então, Maria não havia se interessado sexualmente por homens ou mulheres, o que ela denomina como um “*bloqueio*”. Neste período, Maria se mudou para a capital e continuou como jogadora de futebol no time do Goiás. Ela se decepcionou com o baixo nível do futebol da categoria em que foi colocada, como sub-20. Nos primeiros jogos, ela se desapontou com a postura ética do clube, o que a fez encerrar com a sua carreira no futebol. Assim, começou a “*andar de skate, tocar violão e fazer outras coisas da vida*”.

Com 16 anos, Maria conheceu o seu ex-marido, João, no segundo ano do Ensino Médio, quando se tornaram “*grandes amigos*”. Quando ela tinha em torno de 17 anos, ele pediu ela em namoro. Maria não sentia atração sexual por João, e não aceitou o seu pedido. João, de 18 anos, começou a namorar outra colega de sala de aula, de 15 anos, que acabou gerando a gravidez de Roberta, a enteada de Maria. Após o nascimento de Roberta, João assumiu os cuidados da criança, juntamente com seus pais. Neste momento, Maria se aproximou de João novamente e começaram a namorar. Logo depois, Maria engravidou da sua primeira filha, Carolina, aos 19 anos.

Em decorrência da gravidez, Maria sentiu-se obrigada a construir uma família com João. Eles se casaram e decidiram cuidar juntos da primeira filha dele, Roberta. “*Aí veio a Carolina, aí a gente decidiu se casar. Não, agora nós temos que nos casar, estabelecer, organizar essa família, ter uma estrutura familiar, porque nós já temos duas menininhas aí, duas princesinhas para a gente cuidar.*” O início do casamento foi atravessado por conflitos entre a família do seu ex-marido, que reivindicou a guarda de Roberta, a avó materna chegou a sequestrar a criança e realizar denúncias anônimas que afirmavam que Roberta estava sofrendo agressões

sexuais e físicas. Consequentemente, a presença da polícia tornou-se corriqueira em sua casa para averiguar as denúncias. Devido ao grande fluxo de denúncias, o Juizado da Infância e Juventude solicitou que Maria realizasse um acompanhamento psicossocial realizado pela Vara de Família do Fórum do município. A equipe multidisciplinar do Juizado constatou que a avó paterna de Roberta era a autora das denúncias anônimas.

Ao se casar, Maria já estava grávida da sua segunda filha biológica, Júlia. Em decorrência dos conflitos familiares, Maria afirma que Júlia nasceu prematura. A criança ficou na UTI neonatal por três meses e 15 dias em coma. O parto de Júlia foi destacado na narração de Maria. A participante realizou o parto da filha sem acompanhamento médico. Quando a médica chegou ao hospital e avaliou a criança esta foi considerada como morta. Maria se exaltou por não terem deixado ela ter contato físico com sua filha, diante disso a equipe médica autorizou o contato físico entre elas. Assim, Maria notou que a criança estava viva por haver batimentos cardíacos, o que a médica percebeu logo após. Nesse processo, seu ex-marido a traiu com uma colega de trabalho. Posteriormente, Maria se reconciliou com seu ex-marido. Além disso, eles ganharam a guarda de Roberta e Maria engravidou de Gustavo. O nascimento de Gustavo representou para Maria uma nova oportunidade para o seu casamento.

O ex-marido começou a tocar e cantar nos bares da cidade, eles formaram uma banda. A renda da família passou a ser fruto do trabalho com música. Por necessidade de terem uma produtora, Maria iniciou o curso de Tecnologia em Produção Cênica, e passou a ser responsável pelas questões de produção da sua banda, que perdurou por 2 anos. Maria começou a perceber que estava nessa relação por se sentir obrigada, o que afetava a sua vida sexual. Ao explorar formas de conhecer o seu corpo e a sua sexualidade, Maria permitiu-se sentir e conhecer melhor a si mesma, e percebeu que estava no seu casamento por obrigação. Foi quando decidiu se divorciar.

Após o divórcio, João iniciou um relacionamento com outra mulher, de 17 anos, apesar de tentar, ao mesmo tempo, reatar a sua relação com Maria. Atualmente, João não é presente na vida dos seus filhos, não paga a pensão, de modo que Maria ocupa a posição de principal cuidadora das crianças, *“e nessa brincadeira eu virei pai e mãe de três crianças sozinhas”*. Maria perdeu o contato com a sua enteada, pois, depois do divórcio, João entregou a guarda da sua filha para os seus pais.

Na narrativa de Maria, o casamento e o divórcio separam o período em que Maria não se reconhecia como lésbica até o momento em que se reconhece e se nomeia lésbica a partir das primeiras relações sexuais e afetivas com mulheres. Maria tentou se relacionar com outros homens. Ela afirma que as relações sexuais eram sempre *“ruins e frustrantes”*. Nessa época,

após algumas frustrações e dificuldades em se sentir sexualmente e afetivamente satisfeita, Maria teve a sua primeira experiência sexual com uma mulher. No seu relato, fica evidente que nesse processo de compreender a si mesma e sua orientação sexual, Maria se relacionou com homens e mulheres. À medida que permitia-se vivenciar a sua sexualidade, Maria foi percebendo que sentia mais satisfação e desejo nas relações com mulheres. Perceber-se lésbica foi algo difícil e complicado para Maria o que gerou os sentimentos de vergonha, desespero e o receio de ser rejeitada pela sua família, amigos e sociedade. A vivência de sofrimento psíquico desde a adolescência se estendeu para a fase adulta, descritas como “*depressão*”, solidão, rejeição, “*síndrome do pânico*” e “*brigas internas*”.

Foi quando Maria se apaixonou por Carla. Ao assumir publicamente esse relacionamento, Maria relata que sua família demonstrou ter dificuldade em aceitar a sua forma de viver a sexualidade. Ela considera que, mesmo diante das dificuldades de aceitação e mesmo esse relacionamento ter terminado posteriormente, essa foi a melhor experiência afetivo-sexual vivenciada ao longo da vida. O término desta relação aconteceu quando descobriu que foi traída por Carla. Seu segundo relacionamento é descrito por ela como uma relação abusiva que gerou sofrimento psicológico. Atualmente, essa ex-companheira é uma amiga próxima do ex-marido de Maria. Ao final de sua narrativa, Maria resume a sua história dizendo “*eu sou lésbica*”.

4.1.2. História de Ana

Ana de 35 anos é formada em arquitetura e trabalha como tecnóloga em construção de edifícios. É uma mulher branca, de classe média, está solteira atualmente. Durante a infância, Ana destacou as experiências escolares em que gostava de abraçar e andar de mãos dadas com suas amigas. “*Olha, na verdade, eu acho assim, eu sempre tive um encantamento meio fora do comum*”. Na adolescência, Ana começou a namorar com meninos aos 13 anos. Aos 14 anos, a narradora namorou com Paulo que é o pai das suas filhas, Evelin de 17 anos, Carolina de 15 anos e Débora de 11 anos. A primeira filha é fruto do período que namoraram, Ana casou grávida de Evelin aos 17 anos e permaneceu casada durante 15 anos.

Após 4 anos de casados, ela afirma: “*a gente teve uma crise, e meio que separou assim*”. Neste momento, Ana se apaixonou por uma colega de trabalho, mas não chegaram a se relacionar afetivamente. Os discursos presentes na sua família, na religião e o pedido de reconciliação de Paulo, fizeram com que Ana retomasse o casamento. Ao se apaixonar por uma mulher, Ana, apesar de reatar a relação com Paulo, estava convicta que não sentia desejo sexual e afetivo por homens: “*Eu já tinha certeza que... não era aquilo que eu queria, mas eu fiquei em nome da família e tudo*”.

Sua história retratou a vivência de situações de discriminação e preconceito praticadas por sua família e sociedade diante da sua orientação sexual. Ao descobrir que suas duas filhas mais velhas estavam se relacionando afetiva e sexualmente com meninas, Ana aponta o medo do julgamento e das críticas sociais que elas poderiam enfrentar. A narradora assume um papel de proteção, apoio e enfrentamento como mãe. Para ela, a maternidade era um “*sonho*”. Ao perceber, na sua experiência, que o ser mãe também é atravessado por diversas dificuldades, Ana questiona “*oh, meu Deus, porque eu quis tanto esse negócio? (risos)*”.

Diferentemente, Paulo não aceitou a orientação sexual das filhas, o que levou a uma intensificação dos conflitos no casamento que culminaram em agressões físicas e psicológicas desferidas contra Ana. Desde o namoro, Ana reconhecia que estava em uma relação abusiva. Ela decidiu romper o casamento após as agressões físicas sofridas. Em decorrência da situação de violência doméstica e da não aceitação da sua sexualidade, ela vivenciou estado de sofrimento psíquico: “*entrava naquela tristeza profunda, queria me matar, queria jogar o carro do viaduto, queria e não sabia porquê*”. Diante disso, buscou acompanhamento psicológico.

Ao finalizar a sua narrativa, Ana retratou a oportunidade de contar para as filhas que era lésbica: “*Foi até uma vez que eu estava voltando de algum lugar com elas e passamos em frente de um restaurante japonês, aí uma delas, a namorada da do meio né, falou ‘nossa é... eu gosto de japonês’, aí eu brinquei ‘eu prefiro japonesa’ (risos). Aí as meninas, aaah*”.

Percebemos que a situação de violência doméstica durante o casamento e a descoberta que as filhas mais velhas eram lésbicas é um dos pontos centrais na narração de Ana. Ao se apaixonar por uma mulher, o que aconteceu em um período de crise no casamento, é um fato que define para a narradora a sua identidade sexual. O seu desejo afetivo sexual por mulheres manteve-se em segredo até o término da sua relação com Paulo.

4.1.3. História de Antônia

Antônia de 32 anos, é assistente social, classe média, uma mulher branca que se considera feminina. Possui dois filhos, Guilherme de 14 anos fruto de um namoro na adolescência quando ela tinha 17 anos, e Henrique de 8 anos fruto do seu casamento com Gabriel, que durou 9 anos. Atualmente, Antônia é casada com uma mulher há 3 anos e possui a guarda unilateral dos filhos.

Antônia recorreu ao início da adolescência para ilustrar que já sentia desejo sexual e afetivo por meninas, apesar de naquele momento desconhecer essa atração como algo relacionado com a sua orientação sexual. De acordo com a expectativa social, na adolescência

Antônia iniciou relações afetivas com meninos, o que para ela era confortável enquanto não havia contato sexual entre eles. Por não querer ter relações sexuais com seu primeiro namorado, Antônia rompeu o relacionamento. Neste período, iniciou o namoro com o pai do seu primeiro filho, Alberto, que durou 9 meses. Ao saber da gravidez inesperada, Antônia chegou a morar com Alberto por um mês. A narradora rompeu com esta relação e retornou a morar com seus pais.

Segundo seu relato, neste período Antônia iniciou a sua graduação. Ingressar no ensino superior lhe ofereceu conhecimento sobre o seu exercício sexual, o que oportunizou dar nome ao que sentia e passou a se considerar bissexual. Antônia acreditava que a bissexualidade era uma personagem que facilitava a negociação entre o seu desejo afetivo e sexual por mulheres e o padrão heterossexual desejável: *“Então eu acho que esse estado assim que eu me considerava bissexual, era algo, acho que foi tipo uma mentira que eu inventei para mim. Era um personagem que eu tinha”*. Neste momento da sua vida, Antônia dependia financeiramente dos seus pais, havia uma relação conflituosa com a sua mãe e tinha um filho ainda pequeno, o que a colocava em uma situação vulnerável. O assumir-se publicamente como *“homossexual”* ocasionaria o enfrentamento de preconceitos e provavelmente um menor suporte social.

Nesse processo de construção da sua identidade sexual, Antônia conheceu Gabriel que era religioso. Os discursos religioso, psicológico e familiar apareceram na sua história no processo de significação da sua identidade sexual. Assim, ao falar sobre considerar-se bissexual, Gabriel argumentava que isto era um *“transtorno de comportamento”*. Antônia realizava novenas e orações que lhe ajudassem a resolver tal *“transtorno”* e assim iniciou o seu namoro com Gabriel.

Ao se casar com Gabriel, a narradora relatou que *“não vivia um relacionamento, eu vivia para os meus filhos, só”*. A insatisfação com o casamento e o fato de ter se interessado por uma colega de trabalho, levou Antônia a reconhecer que não era bissexual, aos 25 anos. A narradora negava o seu desejo afetivo sexual por mulheres desde a adolescência. Um grave problema de saúde inesperado levou Antônia a refletir sobre o seu casamento e a possibilidade de viver a vida que desejava viver: *“Falei gente eu tenho 25 anos, eu dormi, parece que eu dormi todo esse tempo e nesse dia da cirurgia eu acordei e disse eu não vou viver a minha vida para agradar a minha mãe. Não vou viver nesse relacionamento que já está falido a muito tempo por causa da minha mãe”*.

Ao decidir se separar, Antônia sofreu situações de violência sexual, física, patrimonial, moral e psicológica praticadas por seu ex-marido. Houve disputa judicial para obter a guarda dos seus filhos. Seu ex-companheiro chegou a fugir com seu filho mais novo, invadir seu

apartamento, furtar e queimar suas roupas. Atualmente, continua em andamento o processo judicial frente as agressões que Antônia sofreu. Diante dos prejuízos na sua saúde mental caracterizados por “*ansiedade, processo de depressão, crises de pânico, pensar em suicídio*”, Antônia recorreu a atendimento psicológico.

Em relação à maternidade, após Antônia assumir uma relação homoafetiva, ela enfrenta “*preconceito escancarado*” da família do seu ex-companheiro que dificulta o exercício da sua função materna, além da falta de apoio dos seus pais. Ela relata que “*depois que eu assumi esse relacionamento e tal, tipo, eu não tinha apoio nenhum para nada*”. Segundo Antônia, o seu maior desafio é desconstruir os preconceitos sobre a homossexualidade com seus filhos.

O processo de aceitação e negação da sua identidade sexual perpassa vários momentos da sua vida, seja nos primeiros namoros com homens, ao entrar na faculdade, ao se casar e ao se divorciar. Antônia utiliza dos termos bissexual, primeiramente, e homossexual, posteriormente, para nomear o processo complicado e doloroso de reconhecimento e construção da sua identidade sexual. O movimento de metamorfose de Antônia é evidenciado nesse “*processo de dar nome*” a uma personagem que estava se formando em condições sociais adversas. Sobre a realidade social que Antônia enfrentou, observamos o destaque na sua narração sobre as situações de violência praticadas pelo seu ex-marido e nos preconceitos enfrentados em relação ao exercício da sua maternidade quando assumiu um relacionamento “*homossexual*”.

4.1.4. História de Bárbara

Bárbara de 38 anos, é uma “*mulher negra, lésbica, mãe solo, gorda*”. Trabalha como coordenadora e professora de dança em uma escola estadual. Em sua trajetória acadêmica, Bárbara se graduou em Educação Física, é mestre e especialista na área de dança e artes. Possui uma filha, Isabela, de 11 anos que estuda na mesma escola a qual trabalha. Após ser aprovada no concurso, Bárbara iniciou sua formação como ativista ao entrar em uma rede de mulheres. Desde então, desenvolveu várias atividades para mulheres sejam elas adolescentes, crianças e adultas na escola a qual trabalha e em demais espaços. Utiliza como ferramenta de intervenção a dança e a arte para tratar de assuntos relacionados com feminismos.

Bárbara explica que não se graduou em dança e que o dançar apareceu em sua vida por meio das festas familiares. A trajetória profissional e acadêmica de Bárbara atravessada pelo ativismo e a dança ilustram formas de resistência e enfrentamento que a narradora construiu ao longo da sua vivência por meio da arte: “*eu falo que a dança me salva né, não só porque ela me sustenta, tanto financeiramente, eu vivo da dança, mas a dança me cura também quando*

eu penso, tipo alguma coisa está dando muito errado e aí eu penso como eu poderia dançar essa situação sabe". Segundo a narradora foi possível narrar a sua história pois ela é *"um corpo dançante"*, corpo que se *"move"*, se *"desloca"* e é carregado de *"gestos intencionais"*. A vida da narradora está interligada com a dança que é definida por ela como *"uma intenção de movimento"* percebida em sua fala, escrita e corpo. Observamos que a dança evidencia o movimento de metamorfose de Bárbara, o *"fluir da vida"*.

Para a narradora o perceber-se lésbica foi um processo *"tranquilo e claro"* o que significou que Bárbara já tinha consciência da sua identidade sexual sem precisar defini-la ou nomeá-la: *"Ah não! Agora eu sou lésbica ou ah nossa! eu gosto de meninas. [...] E não tive esse momento de uma crise sabe, de pensar nossa! eu gosto de meninas é isso! Não. Será que é um problema? Será que é isso mesmo? É isso mesmo. O ser lésbica é um "lugar" confortável para narradora onde há mais "encontros" com mulheres do que com homens, o que está além do desejo sexual.*

É natural do interior de Goiás e mudou-se para a capital para cursar a graduação aos 18 anos. A graduação é vista como um *"universo muito diferente de uma cidade pequena"* o que permitiu a narradora tecer novas relações e *"encontrar consigo mesma"*. Após terminar seu curso, Bárbara engravidou de Isabela e chegou a morar com Renato, o pai da sua filha. No entanto, Bárbara explica: *"O nosso junto também nunca foi bem junto. Nunca foi um casamento assim"*. A narradora define a relação com o pai da sua filha, como *"extremamente complicada e difícil"*. O aspecto complicador a que Bárbara se refere diz respeito ao fato de não ter construído um relacionamento com Renato que culminou na escolha de ter filhos e se casar, de acordo com a expectativa social. Para ela, eles tiveram uma *"convivência"*. Renato é descrito na narração como um pai ausente, sendo que a sua presença dificulta o exercício da função materna da participante por não haver um consenso sobre a educação de Isabela. Romper a relação, significou *"eliminar inúmeros problemas"* em relação a maternidade.

A maternidade, para Bárbara, é *"extremamente difícil e adoecedora"*. Ela enfrenta dificuldades na conciliação entre trabalho, função materna e as suas demandas. Frente à articulação entre maternidade e a sua identidade sexual, há um espaço de diálogo e aceitação entre Bárbara e sua filha, de modo que Isabela não demonstrou ter preconceitos sobre as relações afetivas da mãe.

A família é um aspecto de sua trajetória que aparece de forma bastante intensa na narração de Bárbara. Ela apontou que foi educada *"para casar, ter filhos, todas aquelas coisas de enxoval de mulheres e tal"*. Quando comunicou sobre o seu interesse por mulheres, inicialmente sua família demonstrou insatisfação. Diante do enfrentamento da narradora e de

ser independente financeiramente, as ações preconceituosas dos seus familiares parecem ter sido coibidas. Atualmente, Bárbara tem uma boa convivência, abertura e aceitação familiar frente à sua identidade sexual, o que oportunizou que seus familiares convivessem com suas ex-companheiras.

Segundo Bárbara, ter se relacionado mais com homens do que com mulheres ilustrou a reprodução de um comportamento que lhe foi ensinado. A partir da experiência de longas relações com mulheres, Bárbara identificou que aquele era o seu “*lugar*”. Na adolescência, houve um período que a narradora negava gostar de mulheres, quando questionada ela dizia que “*gostava de pessoas*”, mas não se permitia “*olhar, apreciar e desejar*” mulheres. A ideia de ser lésbica era uma noção distante na adolescência. Houve um período que Bárbara pensou em se definir como bissexual, no entanto ela não se sentiu confortável com essa definição. A noção de ser lésbica é algo recente para a narradora. Bárbara questionou os estereótipos direcionadas ao ser lésbica e a ideia de uma identidade fixa, de modo que atualmente prefere dizer que gosta de mulheres, pois considera que pode, ao longo da vida, mudar a sua forma de ser e se relacionar : “*A gente fala, você tem que escrever na minha testa que eu sou lésbica [...] Porque existe uma, um né julgamento social aí em relação com o estereótipo do que é e do que não é. E eu supostamente não estou dentro desse enquadramento*”.

As relações com homens e mulheres foram atravessadas por situações de violência física e psicológica. Seu primeiro relacionamento foi com um primo aos 15 anos, e marcado por agressões físicas. Também vivenciou relações abusivas com mulheres brancas, dessa forma atualmente Bárbara escolheu se relacionar somente com mulheres negras. Ela narra: “*Já estive em relações com mulheres brancas. Com mulher branca extremamente de manipulações, assim. E até eu perceber isso também era um outro lugar né. Que a gente fala da violência psicológica, mas até então parece que eu não tinha muita noção da gravidade né.*” De maneira geral, percebemos em sua narrativa que Bárbara carrega uma resistência em se relacionar com pessoas devido ao sentimento de insegurança que leva Bárbara a manter-se solteira.

Bárbara relatou também algumas situações em que enfrentou violência institucional, no trabalho e na instituição de ensino que frequentou, em que a sua capacidade intelectual foi questionada. Como mulher negra e lésbica vivenciou situações de preconceito e discriminação racial e sexual, o que repercutiu na construção de uma postura “*combativa*” no trabalho. As situações de racismo se repetiram na trajetória escolar da sua filha por também ser negra. Segundo a narradora, não há “*lugar de descanso*” e, mesmo que as mulheres não tenham consciência do seu lugar social, “*elas tomam conta das famílias, famílias matriarcais, elas sustentam tudo, elas fazem jornada tripla*”. Diante dessa condição social que a participante se

encontra e ela se pergunta: “*como esse corpo ainda dança?*”. A questão de Bárbara aponta ao quanto é difícil dançar a vida, ou seja, ser autônoma e possuir possibilidades de existência, diante do lugar social o qual está inserida. A fala, o ativismo, a dança, a psicoterapia e a escrita são mecanismos de enfrentamento e fortalecimento apontados por Bárbara.

As intersecções de ser gorda, “*mãe solo*” e negra atravessam a identidade sexual de Bárbara e lhe conferem um lugar social. Bárbara criou uma postura combativa e de enfrentamento como consequência das diversas situações de violência institucional e social que sofreu tanto no meio acadêmico, quanto nas relações abusivas com homens e mulheres, além do preconceito e discriminações racial e sexual vivenciadas no trabalho. Percebemos que Bárbara tem conhecimento sobre os padrões hegemônicos definidos para o ser mulher o que corroborou com a construção de uma identidade ativista. Diante disso, a narradora questiona a ideia de uma identidade sexual fixa – o ser lésbica – e reconhece, quase aos 40 anos, que a sua identidade está em movimento, logo não é possível defini-la. Bárbara elucida: “*Mas hoje eu até não falo assim eu sou lésbica né, eu sempre falo que eu gosto de mulheres. Tenho um pouco de dificuldade com a questão dos conceitos assim, esses rótulos sabem, que eu fico pensando que, não sei, amanhã eu posso sei lá ter outro parâmetro*”.

4.1.5. História de Simone

Simone é uma mulher negra, de 39 anos, possui uma filha de 18 anos, trabalha como empregada doméstica há mais de 10 anos no mesmo domicílio. Sua infância foi atravessada por situações de violência sexual e física. Ela relatou que “*Fui criada em um ambiente muito violento, que eu vi meu pai bater nas mulheres dele*”. Havia uma disputa na família paterna e materna sobre quem seria responsável pelos cuidados de Simone. Quando a narradora morava com o lado paterno, havia uma boa convivência com a sua avó, Josefa, que se tornou a figura de referência familiar para ela. No entanto, seu pai era uma pessoa violenta e usuário de substâncias psicoativas. Do lado materno, ela sofreu violência sexual praticada por um membro familiar, além de que não havia uma relação próxima de afeto com sua mãe. Quando criança, estudou em várias escolas e chegou a perder o ano escolar devido às mudanças de uma casa para outra da família.

Aos 11 anos, Simone relatou que descobriu que “*gostava de meninas*” ao se envolver com a sua primeira parceira sexual que tinha 16 anos. Naquele período, Simone não sabia se gostaria de se relacionar com meninas ou meninos e chegou à conclusão que preferia ter relações afetivas sexuais com meninas, aos 16 anos. No entanto, Simone continuou a se relacionar com homens. Aos 17 anos, iniciou seu primeiro namoro com Andreia, que perdurou

até os seus 19 anos.

A partir dos 16 anos, Simone já morava sozinha e trabalhava para se sustentar, quando foi apresentada por influência de “*amizades*” a uma casa noturna na capital, onde começou a trabalhar como dançarina. A narradora conheceu Carlos de quem engravidou. Quando sua avó paterna soube da sua gravidez, impôs que Simone deveria se casar com Carlos, e para não a desobedecer e agradá-la, Simone aceitou a imposição: “*Minha avó era muito assim, para ela assim, mulher casou tem que viver a vida inteira, para criar os filhos, até... E quando eu falei para ela que estava grávida ela achou uma maravilha*”. Para sua avó o casamento impediria que Simone se envolvesse com mulheres, algo visto como pecado. Josefa se interessou em conhecer o ex-marido da narradora e estava feliz pois acreditava que ele levaria Simone a viver de acordo os papéis sociais designados às mulheres, de ser mãe e esposa. Este fato impediria que Simone se relacionasse com mulheres, o que era visto por Josefa como uma “*perturbação*”. Simone explicou para Carlos o seu interesse por mulheres o que para ele não era algo que impedisse o casamento deles. Eles permaneceram casados até sua filha completar 12 anos.

Quando Simone descobriu um grave problema de saúde, após receber alta médica decidiu romper com o seu casamento. Outra circunstância que levou Simone a esta decisão foi o fato da sua avó ter falecido. Seu ex-companheiro não aceitou o término da relação, de modo que a agrediu fisicamente. A pedido do seu avô, a narradora retornou para a sua cidade natal e a partir de então não se relacionou mais com homens.

A gravidez e o casamento foram meios de retribuição pelos cuidados que sua avó paterna lhe dedicou quando era criança. Ademais, Simone buscou corresponder ao ideal heteronormativo, permanecendo casada com um homem para “*mostrar para a sociedade*”, mesmo precisando permanecer em uma relação que não havia “*afeto e carinho*”. Na relação com mulheres, Simone acredita que as mulheres se entendem e se respeitam, são mais carinhosas e afetuosas. Em relacionamentos heterossexuais, Simone considera que são relações mais violentas, salvo algumas exceções. Sua afirmação é baseada nas relações com homens que teve e que foram desprovidas de afeto e carinho, além de ser colocada em uma posição de objeto sexual.

A experiência da maternidade ao mesmo tempo que foi “*muito difícil*” também foi “*ótima*” para Simone. Mônica aceitou o término da relação dos pais e percebeu que sua mãe não estava satisfeita quando eram casados. Simone relembra que a filha lhe disse: “*Eu sei que eu vivi com a senhora e o meu pai e eu via que a senhora não era uma pessoa feliz*”. Simone discorreu sobre os prejuízos na sua saúde mental caracterizados por ela como depressão, “*síndrome do pânico*” e ganho de peso decorrentes das dificuldades enfrentadas diante dos

preconceitos.

Atualmente, há maior aceitação familiar sobre a sua identidade sexual o que para ela foi “*libertador*”. Simone assumiu publicamente que gostava de mulheres quando tinha 20 anos e afirmou que sua dificuldade em falar que gostava de meninas na adolescência se deu porque “*naquela época ainda tinha um tabu, um preconceito maior ainda né*”. Atualmente, ela percebe que há maior abertura e aceitação social que lhe permitiram falar mais abertamente sobre a sua sexualidade.

A história de Simone foi marcada por violência sexual, psicológica e física vivenciadas na infância e na fase adulta praticadas por homens. Ao se relacionar com homens e mulheres, a narradora considerou que a relação com mulheres é mais amigável, percepção que pode estar relacionada com as diversas violências que sofreu praticadas por homens. Observamos que a expectativa de oferta de carinho e afeto é correspondida na relação com mulheres.

4.2. Identidades intercambiantes – tornar-se mãe, assumir-se lésbica

4.2.1. O tornar-se mãe

Na história de vida de todas as narradoras, a primeira gravidez aconteceu no período de namoro com homens, algumas na fase adulta como Maria, Simone e Bárbara e outras durante a adolescência como Ana e Antônia. O lugar social que cada participante ocupa lhe confere maior ou menor aceitação social frente ao exercício da maternidade. A maternidade admirável seria aquela em que a mulher é a principal cuidadora dos filhos, é casada com o genitor dos seus filhos e este ocupa a função de provedor familiar, é branca, adulta e saudável (Mattar & Diniz, 2012). A articulação de vários personagens construídos ao longo da história de vida das participantes em relação a profissão, a etnia/raça, a classe, o estado civil, a regionalidade compõem diferenças e semelhanças entre as variadas formas de ser mulher-mãe-lésbica (Ciampa, 1987/2007).

O nascimento dos filhos das participantes representou um momento e um significado frente às experiências que elas estavam vivendo. Observamos que o estar grávida na adolescência ou na fase adulta, antes ou após terminar ou iniciar uma graduação, ser a primeira experiência sexual que ocasionou a gravidez, estar casada ou solteira, ter um filho ou mais do mesmo genitor, são fatores que conferem um significado diferente sobre a maternidade de acordo com a história de vida das mães.

O casamento apareceu no discurso das narradoras como uma obrigação social esperada por ser mulher e mãe:

Maria: Aquele relacionamento que para mim era só uma experiência. Ah, deixa acontecer, para ver o que vai ser, se tornou agora uma obrigação. Porque eu já tinha olhado para a Roberta como parte da minha família. A mãe dela saiu, ela ficou. Eu engravidei.

Simone: E aí ela só falou assim para mim, assim escuta aqui, eu quero simplesmente, que agora você fez, vocês dois vão criar, enquanto viva eu tiver. Eu falei: nossa! Como que eu vou falar não para a pessoa que me criou? Como que eu vou ir contra ela assim? E aí por fim eu convivi com o pai da Mônica, mas toda a vida ele soube, eu expliquei para ele. Estou com você, mas eu não te amo, minha opção é essa.

Ao iniciar a sua vida sexual com um homem, Maria engravidou da sua primeira filha, aos 19 anos. A vivência da sexualidade coincide com a primeira gravidez, o que parece ter impossibilitado que ela explorasse as possibilidades de conhecer e vivenciar a sua sexualidade. Até então, Maria não havia tido a oportunidade de experienciar e conhecer seus desejos afetivos e sexuais. Ela relata:

Maria: Então, assim, eu perdi a virgindade aos 19 anos, dois meses depois eu estava grávida. Então, para mim, foi um baque muito grande. E eu preciso achar alguém com quem eu tenha espaço para vivenciar isso, de forma que não seja muito agressiva emocionalmente, psicologicamente, fisicamente. E que me permita viver essa experiência de sexo. Só que aí dois meses depois eu estava grávida. Falei, agora lascou.

Ser virgem aos 19 anos, é descrito por Maria como um peso social. “Falei calma gente, eu estou dando um passinho aqui, fazendo uma experiência, tentando me livrar dessa virgindade que já vem como um peso a muitos anos nas costas.” Maria considerava o relacionamento com seu ex-marido como uma experiência que oportunizaria a perda da virgindade e, conseqüentemente, aceitação social. Percebemos, também, que a gravidez juntamente com os cuidados e afeto por sua enteada, corroboraram com a imagem de mãe e família que Maria tinha como referência de acordo com os ideais de uma família patriarcal. Podemos inferir que o casamento se torna uma obrigação social quando Maria engravida da sua primeira filha, o que se explica pela expectativa social de que as mulheres-mães devam estar casadas com o pai biológico da criança.

Há uma pressão social de que na idade reprodutiva as mulheres devem ter uma relação afetiva-sexual com um homem. Essa pressão é ilustrada na história de Antônia e Maria ao se sentirem pressionadas a iniciar namoros com meninos durante o período da adolescência. As narradoras não sentiam desejo sexual por homens de modo que evitaram nos primeiros anos de namoro relacionar sexualmente com seus namorados, o que facilitava a permanência nesta

relação.

Antônia: E aí lá pelos 14, 15 anos é, até começou a maior pressão da turminha que todo mundo tinha namorado, ou as meninas namoravam com as meninas mesmo na escola, ou tinham um namorado fora e tal, e eu não tinha ninguém né. [...] E aí assim, acabei que na adolescência consegui um namorado né. Aí eu ia arrastando esse relacionamento porque ele não, a gente não tinha vínculo sexual. Aí eu, para mim era mais fácil de levar esse relacionamento.

Maria: Ele sabia que eu era mais jovem e ele respeitou esse tempo. Então ele nunca forçou nada. Nosso namoro foi de andar de mão dada, tomar sorvete, essas coisas. Mas dentro da cabeça dele, ele já estava comprando lote, já estava assim, quando chegar a hora ela é a mulher da minha vida. Para qualquer pessoa que tivesse no meu lugar, isso era um presente para mim era um desespero. Eu sentia como se tivesse me colocado em uma gaiola, e cada dia o negócio ia apertando mais, e eu tinha que dar um jeito de sair dali, e eu não tinha desculpa para terminar com ele, porque ele era simplesmente perfeito.

Outra expectativa social refere-se ao desejo de corresponder a imagem de família patriarcal, dessa forma a gravidez acabou por desencadear a obrigação social de ter que se casar com o genitor da sua filha, para Maria. A participante caracterizou a sua família nuclear nos modelos de uma família patriarcal, com a figura do pai-patriarca, da mulher-esposa e cuidadora, e dos filhos de modo a exemplificar que havia um modelo de referência a ser seguido. Maria afirma: “*Aí veio a Carolina, aí a gente decidiu se casar. Não, agora nós temos que nos casar, estabelecer, organizar essa família, ter uma estrutura familiar, porque nós já temos duas meninhas aí, duas princesinhas para a gente cuidar*”.

De acordo com os discursos hegemônicos sobre a vivência sexual das mulheres, a maternidade e a heterossexualidade estão correlacionadas, o que repercute na obrigação social de que ao engravidar as mulheres devem estar casadas com um homem. A gravidez inesperada de Simone e Ana levou-as a permanecer na relação com seus ex-companheiros, apesar de não ser algo desejado por elas. Simone não sentia desejo afetivo sexual por homens e Ana desde o namoro percebia que a relação com o pai das suas filhas era abusiva. A legitimação e reprodução dos discursos hegemônicos por meio de um sistema de regulação e poder trabalha a serviço de uma norma vigente que mantém a instituição familiar heterossexual reprodutora (Pontes, Féres-Carneiro & Magalhães, 2017). Diante disso, o ter filhos e a busca por aceitação social é um dos fatores que mantém as mulheres em relacionamentos héteros por meio da repetição das personagens mãe e esposa (Ciampa, 1987/2007). De acordo com o patriarcado, a sexualidade das mulheres foi convencionalizada ao casamento desde a infância, à reprodução e à satisfação do desejo sexual dos homens o que impediu o domínio sobre os seus corpos e a realização dos seus desejos sexuais e afetivos (Saffioti, 2015). Elas relatam:

Ana: E daí para a frente. Assim, fui levei, quando eu decidi levar o casamento adiante, eu levei, fiz de tudo para ser realmente o casamento né, tanto que nunca trai, nunca fiquei com mulher, durante esses 11 anos, mas eu sabia.

Antônia: E assim, meu foco era ele. Então assim, eu não vivia um relacionamento, eu vivia para os meus filhos só. Meu relacionamento é com os meus filhos e, eu e ele a gente acostumou dessa forma. Era como se a gente fosse amigo e dividia a mesma casa né.

Simone: Sabe, porque você vivia com alguém para a sociedade, aquele relacionamento para mostrar, de paisagem. Não é aquele relacionamento que realmente tivesse afeto, carinho. Foi um relacionamento traumático também, que as vezes não dava muito certo, a gente brigava muito, então.

Bárbara: Então mesmo que eu tenha sido criada assim, para casar, ter filhos, todas aquelas coisas de enxoval de mulheres e tal. No interior tem muito disso né. E sei lá, com 15 anos eu tinha enxoval de casar, umas coisas assim sabe, bem surreais.

O casamento baseado no modelo patriarcal familiar composto por pai, mãe e filhos ainda na contemporaneidade, é idealizado pelas mulheres por oferecer a elas um lugar social valorizado (Priori, 2013). “Então eu para mim, como eu tive as meninas ainda em um casamento hétero né. Então assim, eu sonhava em ser mãe, era o meu sonho ser mãe, ter uma família, era tudo que eu queria (Ana).” O discurso hegemônico patriarcal é reproduzido nas relações familiares também por mulheres que ocupam um lugar de referência para seus filhos e netos. Podemos ilustrar por meio da percepção da avó paterna de Simone. O casamento com um homem é visto como algo que libertaria sua neta de um “pecado, perturbação” o que a impediria de se relacionar com mulheres. Simone aponta:

Minha avó era muito assim, para ela assim, mulher casou tem que viver a vida inteira, para criar os filhos, até... E quando eu falei para ela que estava grávida ela achou uma maravilha. Nossa! Grassas a Deus você não tá mais envolvida com esse tipo de gente, que essas coisas são pecado, essas coisas assim. E quis conhecer o pai da Mônica e aí eu tive que levá-lo né. E aí puxou maior saco e tal, dona Josefa. E ela achou aquilo deslumbrante. Vai tirar a minha filha, minha neta dessa perturbação. Quer dizer que isso é coisa de gente que tem problema, mulher com mulher essas coisas.

Apesar dessa realidade, as participantes questionam o modelo tradicional do casamento e permitem-se vivenciar novas possibilidades de relação após o divórcio ou separação com os ex-companheiros. O ideal de família é perturbado pela oportunidade de trocas afetivas, sexuais e do casamento entre duas mulheres (Pontes, Féres-Carneiro & Magalhães, 2017). Bárbara

afirmou: “*Eu me dispus assim a experimentar outras formas de relações e nesse momento tem uma estrutura de relação que eu me disponho ainda*”.

Percebemos neste trecho, a dificuldade de Bárbara em nomear a relação com o pai da sua filha por não se enquadrar na ideia de casamento. Com o término do relacionamento, Bárbara identificou que entre eles houve uma “*convivência*”. Ela relatou:

Estou solteira. Tive uma relação com o pai da Isabela de 8 anos. Extremamente complicada assim, porque nós não nos conhecemos e tivemos um relacionamento, resolvermos ter filhos e nos casarmos. Nesse contexto tão comum né da mulher que essa cultura prega. Mas é a gente resolveu conviver e assumir essa gestação, mas é uma relação muito difícil ainda né. Nós não vivemos juntos a 4 anos. O nosso junto também nunca foi bem junto. Nunca foi um casamento assim. Foi uma convivência. Hoje eu consigo olhar assim. Na época eu até acreditei que seria um casamento.

Notamos, também, que o exercício materno é definido pela participante Maria por uma vida de sacrifícios em favor dos filhos em que o amor e o cuidado são vistos como inerentes às mulheres. Maria afirmou:

Porque se você entregar para a sua mãe e para o seu pai, você está abandonando um filho seu. Eu não entregaria a sua filha para ninguém. Se eu tiver que passar fome na rua, ela vai sentar do meu lado, vai passar fome junto comigo. Se eu pegar um pedaço de pão, um pedaço para ela e um pedaço para mim. Isso é ser mãe. Ah não, aqui é melhor, porque ela tem TV a cabo, porque ela tem plano de saúde. Foda-se o plano de saúde, filho precisa de mãe, de pai, de amor, de carinho, de respeito.

A maternidade é vivenciada como um peso social por Bárbara que enfrenta dificuldades na articulação das personagens mãe, mulher e trabalhadora. Os valores sociais designados à maternidade a tornam uma experiência “*adoecedora e extremamente difícil*” para algumas mulheres. Ela retrata que “*como mãe tenho algumas questões que eu tenho dificuldade imensa como mulher e mãe*”.

Tais representações sociais formadas por obrigações morais sobre a maternidade caracterizaram um discurso de culpabilização e discriminação sobre as mulheres-mães que não correspondem a esses valores (Patias & Buaes, 2012; Priori, 2013). Os cuidados com os filhos são destinados às mulheres, de modo que as participantes assumiram a posição de principal cuidadora das crianças quando os maridos deixaram de exercer a função paterna com o término do casamento. As dificuldades vivenciadas frente a maternidade desconstroem a imagem idealizada do ser mãe como principal fonte de realização das mulheres. Ana afirmou: “*É, só que filho vem acompanhado de um bucado de problema né, na hora que chega na adolescência então, fala: oh meu Deus porque eu quis tanto esse negócio?!*” (risos). Notamos que a maioria

das participantes evidenciam superficialmente possíveis atribuições em relação a função materna. Esta observação pode estar relacionada com a idealização da maternidade que impede a construção de espaços de diálogo livres de julgamento sobre as dificuldades que podem permear exercício materno.

Com o nascimento da sua primeira filha biológica, Maria se vê também como mãe da filha do seu companheiro. A função materna para com uma filha não biológica já era exercida antes de Maria perceber-se e identificar-se com o papel de mãe da enteada. Ter consciência dessa função materna aconteceu por meio das atividades de cuidados com a criança desde os primeiros anos de vida e do desenvolvimento de uma afetividade. O nascimento de uma filha biológica marcou o nascimento de uma nova personagem – a Maria mãe de duas filhas. A narradora se identificou e se reconheceu enquanto mãe da enteada mesmo quando foi impedida de exercer essa função em decorrência do término do seu casamento. Percebemos que os significados atribuídos à maternidade extrapolam os laços sanguíneos e é vivenciada como uma personagem internalizada por Maria apesar da atividade que a engendrou não mais existir (Ciampa, 1987/2007).

Para outra participante, Ana, ao ser mãe de duas filhas também lésbicas desempenhou as atividades de enfrentamento, apoio e proteção perante as discriminações e preconceitos que elas poderiam estar sujeitas. Ana incorpora a personagem mãe protetora e forte (Ciampa, 2007). A narradora por ser uma mãe lésbica parece ter facilitado o processo das suas filhas e respectivas namoradas de se assumirem lésbicas. Os vínculos afetivos prevaleceram e nortearam as relações familiares das narradoras. A afetividade, a disponibilidade em cuidar e a qualidade relacional tornam-se os principais instrumentos de manutenção familiar (Lira, Morais & Boris, 2015). Ana relatou:

E aí elas acabaram namorando também, e eu meio que adotei, virei mãe de todo mundo, botei essas meninas para contar para as mães, porque as mães não sabiam. Falei não, você vai falar, mas não ela vai isso, o que ela vai fazer com a informação é problema dela, a sua responsabilidade é falar. Se ela vai fingir que não sabe, se ela vai querer te matar, isso aí você não tem esse poder. Mas dá para a sua mãe a chance de ser mãe. Então assim, foram enfrentaram vários problemas, as mães me odiavam né assim de todo coração, mas assim eu procurei dar força para essas meninas todas que eu achava que se fosse alguém no meu lugar, como eu gostaria que tratasse a minha filha.

O ser mãe para Ana está associado ao conhecer, intervir e se responsabilizar pela vida das filhas. Dessa forma, apesar das mães das namoradas das suas filhas não aceitarem a identidade sexual delas, por serem mães, segundo Ana, elas têm o direito de saber o que

aconteciam com as adolescentes. A conduta de mães lésbicas que dialogam com seus filhos sobre a sua identidade sexual, parece facilitar a vivência da maternidade e colabora para o enfrentamento de preconceitos e discriminações (Lira, Morais & Boris, 2015). Podemos inferir que ter filhas lésbicas diminuiu o receio de Ana de sofrer discriminação destas. A aceitação dos filhos em relação ao exercício sexual das participantes é algo importante para elas. Algumas afirmaram:

Ana: Porque eu acho que tem muita mãe que quando se assume que tem filho hétero, enfrenta a homofobia assim do filho, que eu imagino que deve ser uma dor bem maior assim.

Simone: Porque na adolescência, na idade dela eu super dava trabalho. E ela aceitou tranquilamente. Mãe o importante é a senhora ser feliz. Eu sei que eu vivo com a senhora e o meu pai e eu via que a senhora não era uma pessoa feliz.

Várias crenças giram em torno da homoparentalidade, por exemplo que os filhos de pais/mães gays/lésbicas terão problemas no desenvolvimento social, acadêmico e psicológico e a preocupação que a vivência sexual dos pais possa influenciar na identidade sexual e de gênero dos filhos (Lira, Morais & Boris, 2015). Tais crenças são narradas por Ana:

Agora com a minha família tem problema, principalmente, porque: ah você faz isso, você incentiva as meninas. Como que, se, se né a sexualidade dependesse de incentivo. (risos) E assim, então acho que é isso, com elas é tranquilo nesse sentido assim. Elas conhecem, respeitam, elas sofrem, sempre sofreram preconceito como todo mundo, mas na rua, de fora, as vezes até da família né, mas de mim, elas nunca tiveram. Então as vezes alguém fala: ah porque minha mãe me expulsou de casa, a porque não sei o que. A minha mãe nunca fez isso.

Por não corresponder ao ideal de mãe preconizado pelos discursos hegemônicos, a mãe lésbica desviasse das normas, valores e expectativas sociais designados as mulheres mães, o que a coloca em um lugar de diferente e marginalizado, suscetível a maior culpabilização. A trajetória de Antônia ilustra os conflitos com seu ex-companheiro que não aceitou o término da relação. Quando Antônia assume a sua identidade sexual publicamente ela perde o apoio familiar e o seu exercício materno passa a ser questionado e depreciado por seu ex-companheiro e seus familiares. Hoje, Antônia possui a guarda unilateral dos filhos após longa disputa judicial, marcada por acusações de negligência e violência sexual supostamente praticadas por ela e sua companheira. O pai do seu filho mais novo chegou a sequestrá-lo; desferiu agressões físicas, morais e psicológicas contra ela e sua companheira e ocorreu várias ocasiões em que foi impedida pelo ex-companheiro de ter contato com seus filhos. Antônia relatou:

De tipo, a sei lá, acontecer qualquer coisa, porque qualquer coisa que acontecer com esses meninos de ruim vai ser por causa de mim. Eles vão dizer. Se acontecer

coisa de boa, porque nossa eles tiveram muita sorte da mãe ser assim e os meninos ainda, sabe assim e tal. Eu percebo isso sabe que tem esse peso em cima de mim sabe, mas eu fico muito tranquila assim, fico com o coração muito tranquilo, sabendo que eu faço o melhor que eu posso para eles.

O seu maior desafio de ser mãe lésbica, para Antônia, é desconstruir os preconceitos presentes nos discursos religiosos e familiares na relação com seus filhos. Consoante com Lira, Morais e Boris (2015) e com a história de vida das participantes, o envolvimento emocional e a qualidade das relações parentais nas relações de mães-lésbicas com seus filhos não se diferem das famílias heterossexuais. Ademais, a vivência sexual dos pais não é um fator de risco e que possa comprometer o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. No entanto, a exposição à estigmatização homofóbica em relação a ter uma mãe-lésbica, pode desencadear em seus filhos sofrimento psicológico. A narrativa de Antônia, ilustra como os conflitos em relação ao seu ex-companheiro e sua família afetaram Guilherme e Gabriel. Ela relata:

E ele alienando a cabeça das crianças, falando que a mamãe não iria para o céu, que a mamãe era sapatão, que não sei o que: nossa! a gente ora tanto, a gente pede tanto a Deus, para o céu vai só nós três, a mamãe não vai para o céu. Aí as crianças choravam, aí era um tormento assim, na minha vida, um tormento. [...] Eles escutam lá na casa do papai e da vovó que a mamãe é pecadora, que isso é errado, que isso é pornografia, que um monte de coisa. [...] Mas por exemplo o mais velho se tem algum evento, alguma coisa na minha igreja ele não quer ir. Porque já tem aquela coisa, a coisa de falar não fica andando com esse povo não sei o que, depois você vai ser visto, o povo vai ficar falando de você. Ele queria por um brinco na orelha, aí ele falou assim: nem vou por porque eles vão falar assim que a senhora que está me incentivando para ser gay. Falei meu Deus, por um brinco na orelha significa. Tem muita gente famosa que usa brinco e é hétero e tal. Mas a campanha lá é forte, sabe assim contra.

Lira, Morais e Boris (2015) tratam sobre a importância de uma rede de apoio que amortecia os impactos dos estigmas sexuais e dos prejuízos que venham a causar à saúde mental dos filhos de mães-lésbicas. As reações dos filhos das narradoras frente os discursos familiares são não relataram à família paterna sobre o que acontece quando estão com suas mães e questionarem as atitudes preconceituosas e discriminatórias que acontece na família.

Observamos que os significados atribuídos à maternidade variam de acordo com as experiências vivenciadas pela mãe no decorrer da sua história de vida. Os significados compartilhados socialmente em articulação com a experiência pessoal definem, explicam e legitimam uma identidade, como afirma Fairclough (2001) e, no caso das nossas narradoras, o que é ser mãe diante do nascimento de cada filha e filho. O nascimento prematuro da segunda filha biológica marcou um período de intenso sofrimento vivenciado pela participante. Maria relata as várias dificuldades enfrentadas nesse período – problemas durante o parto e o período

que a segunda filha biológica ficou na Unidade de Terapia Intensiva [UTI]; o sequestro da enteada; e a traição do seu companheiro. A gravidez do terceiro filho biológico significou um período de realizações pessoais, pois aconteceu após ela e o companheiro ganharem judicialmente a guarda da enteada; a segunda filha biológica deixou a UTI; e a participante decidir continuar com o casamento mesmo após a descoberta da traição do ex-companheiro.

O processo de divórcio caracterizou o rompimento com a personagem esposa, o que acarretou uma situação de maior vulnerabilidade social em que as narradoras se tornaram a principal mantenedora e cuidadora das filhas e dos filhos biológicos. Ao mesmo tempo que a participante reproduziu, na sua narrativa, o discurso hegemônico do que é ser mãe, ela o questionou quando João deixou de exercer a função paterna: *“e nessa brincadeira eu virei mãe e pai de três crianças sozinhas. Ele não paga pensão, ele vê os filhos quando quer [...]”*. A responsabilidade paterna de João é rompida por ele quando não mais se percebe casado com a mãe de seus filhos. Observamos na história de Maria, Simone, Bárbara e Ana a realidade de muitas mulheres que ocupam a condição de principais mantenedoras da família em que o cuidado dos filhos é primordialmente exercido por elas, após o término do relacionamento com o companheiro. As chamadas “mães solteiras”, aquelas que optam ou acabam por exercer a maternidade sozinhas são estigmatizadas por sua opção ou situação devido à falta de vinculação legal com o pai dos seus filhos (Mattar & Diniz, 2012). No entanto, quando a escolha de ser mãe solo é da mulher, de acordo com a história de Bárbara, também pode facilitar o exercício da maternidade frente as dificuldades e conflitos gerados pela interferência paterna sobre o cuidado e educação de seus filhos.

4.2.2. *O assumir-se lésbica*

As narradoras recorreram à infância para tratar sobre a construção da sua sexualidade. Ao falar das suas experiências escolares, Ana e Antônia reconheceram que havia na infância desejo afetivo por meninas. Andar abraçada e de mãos dadas com meninas é uma atividade que socialmente significa o ser “gay”. Diante dessa atividade, Ana é nomeada como “gay”, termo o qual se identificava. O processo de identificação de um fazer por meio da consciência torna possível a exteriorização de palavras que significam uma identidade (Ciampa, 1987/2007). Os significados das palavras são instáveis e reiteráveis, podendo as representações que inferiorizam a lesbianidade, como o uso do termo gay de forma pejorativa, ser ressignificado e usado para transformar a realidade que oprime as narradoras (Salih, 2018). O ser lésbica não é uma identidade preconizada as meninas, logo Ana não reconhece a lesbianidade no nível da consciência e da atividade para que possa ser nomeada e vivenciada no período da adolescência

(Ciampa, 1987/2007). A imposição dos modelos hegemônicos sobre a forma de ser mulher, também aparece nas situações de exclusão e discriminação em decorrência dos comportamentos das participantes não serem considerados adequados ao seu gênero:

Maria: Só que na infância é, tinha aquele jeito masculino né, gosta mais das brincadeiras de menino do que das brincadeiras de menina, e tal. [...] E na escola existe uma agressão social, que é aquela agressão do tipo, menino lá, macho e fêmea. Aí acabava que a gente, no meu caso eu não conseguia me inserir nem no grupo dos meninos, porque era menina, nem no grupo das meninas, porque parecia menino, no jeito de ser.

Ana: Olha, na verdade, eu acho assim, eu sempre tive um encantamento meio fora do comum. É na escola ainda, assim, com as coleguinhas, não sei o que, de andar de mãos dadas, de andar abraçada. E aí os meninos pegavam no pé, assim naquela idade de adolescência mesmo, eu acho, 10, sei lá 11, 12 anos. Aí os colegas pegando no pé né, eles até falavam “vocês são gays, porque vocês estão abraçadas né”. Eu achava o máximo eles falarem que a gente era gay, sabe (risos).

Antônia: Então, é eu, eu estudei em uma escola onde era só de meninas [...]. E lá acabou que desde muito nova, 12, 13 anos eu via a minha sexualidade mais assim. Eu senti mais afeto por meninas, mas eu pensava que como eu tinha mais contato com elas, eu achava que era algo mais de amizade. Porque eu não tinha contato com esse mundo assim né e saber o que que era, a é, não sabia nomear aquilo que eu sentia.

A família, a escola e a religião são as instituições que apareceram nas narrativas como mecanismos reguladores baseados em discursos heteronormativos e patriarcais. Quando as participantes não se adequaram aos discursos hegemônicos que preveem uma correlação entre sexo biológico – pênis/vagina e o gênero feminino/mulher e masculino/homem, elas se tornaram vulneráveis a situações de opressão, exclusão e discriminação por não se adequar a essa norma. Enquanto portadora de uma identidade sexual marginalizada, percebemos, nas narrativas, que o ser lésbica foi oprimido e discriminado pelos modelos hegemônicos, reproduzidos nas práticas e relações sociais por não se enquadrarem na lógica binária heteronormativa (Butler, 2016; Saffioti, 2015). Verificamos que os estereótipos dirigidos à lesbianidade, citados por Maria, “*menino lá, macho e fêmea*”, são utilizados como metáfora e representação de significados inferiores associados à sua identidade sexual, conforme destacado por Goffman (1988). A lesbianidade encontra-se em confronto com os discursos hegemônicos de modo a ocupar um lugar marginal na sociedade. A lesbianidade é uma experiência anulada e negada socialmente às mulheres desde a infância, o que leva ao desconhecimento de outros jeitos de ser e vivenciar a sexualidade além do modelo heterossexual (Rich, 2010). O não reconhecer a lesbianidade como possibilidade dificultou o processo de dar nome e significado

aquilo que as narradoras sentiam.

O assumir-se lésbica para a família, de acordo com as narradoras e a análise de Piason e Strey, (2012), é algo importante para as mulheres lésbicas, além de ser algo difícil e complicado. Consoante com Sousa (2005) e segundo as participantes, elas esperam apoio da família de origem, mesmo havendo conflitos familiares. O momento que esta revelação acontece marca uma nova forma de viver e ser que é compartilhada publicamente o que pode ocasionar na perda do apoio familiar e na exposição a situações de preconceito. Nesse sentido, as redes de apoio que as mulheres lésbicas buscam são essenciais para o reconhecimento da sua maternidade e das suas relações com mulheres (Souza, 2005).

Elas narram:

Maria: E eu criei coragem, cheguei em casa e falei para a minha mãe. Eu tô namorando. E ela ah quem é? Ana Flávia, é uma mulher. Falei é. Aí foi quando a minha mãe começou a chorar. E eu fiquei muito magoada com isso. Porque eu acho que era obrigação dela não fazer. E aí ela começou a chorar. Eu falei, por quê? Ela me responde porque você está assumindo isso agora. Você espera tanto tempo. [...] E eu virei para ela e falei assim. Que dia que você se preocupou com o que eu sinto? E eu falei para ela. Eu falei, eu abri mão da minha felicidade pela sua. Eu abri mão para não te envergonhar. Para não envergonhar meu pai. Para não envergonhar minha irmã na escola. E todos esses anos. E tudo que eu passei. Você sabe como era difícil para mim ter relações sexuais com o meu ex-marido?! Manter um casamento por tanto tempo. Pela obrigação de ser mãe. De ser a filha perfeita, a mulher perfeita, a esposa perfeita, a mãe perfeita.

Antônia: Porque eu não tinha uma estabilidade financeira. Eu sabia o que eu ia sofrer com a minha mãe. Parecia que eu previa tudo isso que eu iria passar. Porque eu fico pensando, eu sem trabalho. Eu tinha estágio na época. Eu sem trabalho, sem casa, como eu ia viver dessa forma né, com os preconceitos e tal. As vezes teria sido mais difícil para mim né nessa época. Com filho pequeno e tal. Então eu acho que eu concebi essa, esse negócio da bissexualidade era como se fosse um personagem, então era mais fácil me considerar bi. [...] Não vou viver nesse relacionamento que já está falido há muito tempo por causa da minha mãe. [...] E aí eu vi que eu não fui bissexual mesmo e aí eu pus a cara a tapa. E terminei o relacionamento, e aí fui me assumir para a minha mãe. Foi todo esse processo. Aí foi tipo uma das coisas mais difíceis que eu passei na minha vida.

Antônia compreende que declarar-se lésbica no período que ingressava na universidade, mãe de um filho na primeira infância e dependente financeiramente da sua família poderia acarretar em desamparo social. Dessa forma, Antônia não vê como possibilidade a personagem lésbica diante dos desafios que poderia enfrentar caso assumisse publicamente uma identidade sexual marginalizada.

Observamos nas narrativas o receio de envergonhar a família ao tornar público a

identidade sexual das participantes. Sedgwick (2007) evidencia a problemática do armário que representa a violência simbólica que pessoas gays e lésbicas enfrentam ao cruzar as linhas do privado para o público. Podemos inferir que o sentimento de vergonha é um dos fatores que mantém a identidade sexual de Maria e Antônia em segredo, por elas reconhecerem que o ser lésbica não é algo valorizado pela sociedade. Ana relatou:

E aí nessa brincadeira, o casamento que já não estava bom, ficou pior. E eu nunca imaginava que eu ia ter que encarar tão de frente esse meu monstro (risos), digamos assim, trancado no armário que eu né, escondi de tudo assim.

Para Ana, a lesbianidade representou o “*monstro*” trancado no “*armário*” que ela evitou reconhecer e revelar. O assumir a personagem lésbica simboliza uma postura de enfrentamento e desconstrução da imagem de mulher-mãe-heterossexual que buscou corresponder. A revelação da lesbianidade desestabiliza as definições sobre a sexualidade baseadas em um único modelo aceito e correto a ser seguido pelas pessoas. No nível individual, mesmo entre pessoas assumidamente gays ou lésbicas há pouquíssimas que não mantêm em segredo a sua identidade sexual com alguém que seja pessoal, econômica ou institucionalmente importantes para elas, em algum momento da vida (Sedgwick, 2007).

Apesar do sofrimento decorrente da permanência no modelo de mulher-mãe-heterossexual, ilustrado nas dificuldades que as narradoras tinham de se relacionar sexualmente com os ex-companheiros, elas permanecem e reproduzem essa personagem até o momento do divórcio. Isso pode estar relacionado com a expectativa das participantes em corresponder o ideal hegemônico de mulher que lhe foi imposto desde a infância.

Consoante Piason e Strey, (2012) e observado na narrativa das participantes, o primeiro impacto do revelar-se lésbica à família é a revolta, a surpresa e a decepção. Identificamos que a família é um marcador importante na vida das mulheres lésbicas. Os significados atribuídos ao feminino nas relações familiares foram reafirmados e internalizados durante toda a trajetória de vida das narradoras. Ao nascer com uma vagina, de acordo com o imaginário social, as narradoras deveriam desenvolver uma identidade correspondente ao seu sexo biológico, ou seja, ser feminina. O sentimento de inadequação a uma norma estava relacionado com o constrangimento dos seus pais perante os comentários da família sobre o seu comportamento. Ao perceber esse incômodo, Maria buscou desenvolver um jeito de ser semelhante ao de sua irmã mais velha que correspondesse às expectativas sociais sobre o seu gênero, pois considerava que essa era a forma correta de se comportar. As narradoras constroem um personagem fetichizado conveniente aos interesses e expectativas sociais sobre o seu gênero e a sua sexualidade. No decorrer das narrativas, notamos a reposição dessa personagem mulher-mãe-

esposa-heterossexual como um aspecto da mesmice que impediu, durante bastante tempo, o processo de metamorfose das participantes (Ciampa, 1987/2007).

Os discursos patriarcais atravessaram a história de vida das narradoras desde a infância, observados na imposição de distintos papéis sociais entre homens e mulheres que se esperam ver cumpridos de acordo com o sexo biológico. A estrutura patriarcal se mantém na naturalização e legitimidade das diferenças entre homens e mulheres por meio de uma lógica dualista. Maria descreveu, nas brincadeiras da infância, as determinações desiguais entre os papéis de gênero em que as mulheres são designadas: o ser mãe, cuidadora e que realize as atividades domésticas. Ela afirmou:

Tipo, eu queria ser um menino, mas não que eu quisesse que nascesse um pênis em mim, é porque eu simplesmente queria brincar de carrinho, solta pipa e não ficar com uma boneca, um ferro de passar e uma panela. Eu achava aquilo muito ruim. Eu vou brincar disso para quê, não tem sentido. E as minhas brigas internas, minhas lutas internas começaram assim. Entre querer trocar a Barbie por uma bolinha de gude.

Percebemos em sua trajetória como que a sexualidade e a existência das mulheres foram convencionadas aos homens, de modo que o ter um companheiro é algo valorizado socialmente. Assim sendo, ter um namorado, na adolescência, oportunizou a Maria adquirir reconhecimento e benefícios sociais (Saffioti, 2015, 1987). Ela ressaltou:

Mas o fato de ter um namorado e desse namorado ser um pouco mais velho, porque na época tinha 14 estava para completar 15, ele tinha 18 anos, então assim já estava com habilitação, ele já estava na faculdade, né. Ele morava bem próximo a minha casa, a minha família conhecia a família dele [...]. Isso abriu portas que nada no mundo nunca tinha aberto, as pessoas começaram a me respeitar, as piadas acabaram, e eu comecei a me sentir aceita pela primeira vez na vida.

Segundo Welzer-Lang (2001) os homens que não mostram sinais de virilidade são associados às mulheres, o que é equivalente simbólico a ser considerado homossexual. Os homens também estão submetidos a hierarquias masculinas que determinam diferentes proporções de privilégios ou poder entre eles. Os sinais de virilidade valorizados socialmente entre os homens referem-se a serem vistos com belas mulheres e a ter uma boa condição econômica. Na história de Maria, observamos que seu namorado reafirma a sua virilidade por namorar com uma mulher mais jovem e bonita, bem como estar na faculdade e ter habilitação (Torrão Filho, 2005).

Quando se refere aos papéis de gênero designados aos homens, as participantes esperavam que os seus ex-companheiros cumprissem as funções de protetor, ser forte, ter autoridade para tomar decisões, não expressar desconforto e reclamações e ser responsável pela

organização financeira da família:

Maria: Eu precisava que ele fosse mais forte do que eu. Que já que é para ele ser o homem, então ele tinha que ser mais homem do que eu, e até aquele momento sempre fui o homem da relação. O João era meu filho, ele não era o meu marido. [...] Todas as vezes em que eu precisei do João como homem, como uma pessoa para assumir uma postura de me defender, proteger a gente, proteger a mim, proteger as crianças. É que fosse em uma discussão de trânsito, eu não tinha. [...] Os meninos tinham problemas na escola era eu que resolvia, o carro estragava, era eu que resolvia. [...] A parte financeira, as tabelas, entrada, saída, receita, despesa, entrou, sobra, o que que a gente vai fazer, investe não investe, põe no banco, deixa, tira. E o aluguel, dá para mudar de casa, vai continuar nessa casa, todas essas decisões eu tomava sozinha, porque eu não tinha ele ali. Ele simplesmente falava, eu confio em você, faz do seu jeito.

Ana: Mas (risos) as vezes assim, eu até brinco que as vezes acontecia alguma coisa, ele era muito emburrador, dava uns pits, umas coisas assim, eu falava: aí meu Deus parece mulher. Aí eu pensava, aí se ainda eu tivesse os benefícios de ter uma mulher do meu lado, mas (risos). Eu ficava possessa, assim, né aí que saco vou ter que aguentar pit de mulher e ainda é um macho que está aqui.

Como João não desempenha satisfatoriamente o seu papel na relação de acordo com o que se espera que um homem exerça, Maria assume o papel de “*homem da relação*” ao realizar as funções de proteção e organização financeira da família. Ana reproduz em seu discurso o estereótipo de que as mulheres são infantilizadas, portanto não conseguem expressar de forma madura suas emoções. Assim, seu ex-companheiro é desqualificado quando seus comportamentos são comparados com os de uma mulher. A definição de uma diferença entre homens e mulheres por meio do critério do sexo biológico, forma a figura do masculino e do feminino. As mulheres que ocupam papéis designados aos homens, sejam de ascensão social, prestígio e poder considera-se como expressão do seu lado masculino. A simples ocupação das mulheres ou de homens sobre outras posições que não são as tradicionalmente esperadas aos gêneros são compreendidos como uma liberação dos papéis impostos a eles. Podemos citar no caso das mulheres, trabalho, profissão, esportes, produção científica, dirigir automóveis e dos homens, afeto, paternidade responsável, realizar atividades doméstica e cuidados com a beleza. No entanto, observamos um discurso confuso e contraditório, em que as mulheres devem se emancipar sem perder as características intrinsecamente femininas e que os homens não devem se rebaixar a condição das mulheres. Cria-se um discurso essencialista em que a identidade de homens e mulheres não são convidadas ao movimento de metamorfose (Torrão Filho, 2005).

Ana relatou:

Tanto que as vezes a gente saia e tal para algum lugar. Teve uma vez que eu lembro, foi um saco, porque tinha uma mulher muito bonita, eu falei para mim: Nossa! Olha que mulher linda. Ele ficava todo ofendido, sabe, quando eu falava

que tinha uma mulher bonita. [...]. Até agora no réveillon eu fui pro Rio de Janeiro com uma turma, só hétero né. E um dos meninos, assim aqueles, a gente brinca né, (risos), o pica de ouro né. Assim, você não quer porque você não me conhece, e não sei o que né, falou, falou brincando assim né. Mas uma mulher que é mãe, não tem lógica. Então assim, é o tipo de coisa que a gente escuta, muito assim, mas de levar na brincadeira, entrar de um lado e sair do outro e daí a pouco ele já estava conversando comigo: cara estou conversando com você como se você fosse homem!

Neste trecho, o companheiro de Ana sentiu-se ofendido quando ela verbalizou que uma mulher é bonita, pois apreciar a beleza de uma mulher e sentir-se atraída por ela é algo caracterizado como uma atitude masculina. Este fato ilustra o feminino como uma ameaça ao homem e a sua heterossexualidade. Na outra fala da narradora, observamos que a lesbianidade não é uma identidade preconizada às mães, pois espera-se que mulheres que tiveram relações sexuais com homens sejam heterossexuais. Assim, a masculinidade é interdita às mulheres, já que a mulher no lugar do homem corrompe a ordem heteronormativa e patriarcal (Torrão Filho, 2005). A lesbianidade desestabiliza os discursos hegemônicos que preconizam sentidos ao masculino e ao feminino e confronta a lógica que a heterossexualidade é inerente às mulheres (Butler, 2016).

As diferenças entre gêneros instituídas socialmente apareceram no discurso da participante como determinantes na forma de vivenciar a sexualidade. Maria afirmou:

Então assim, eu não tinha hábito de masturbação, não conhecia meu corpo, não sabia como que funcionava as coisas. E qualquer coisa emocional afetava diretamente a vida sexual. E com homem não, se ele está com raiva, ele come assim mesmo.

No período da adolescência, Maria pontuou que não sentia interesse sexual e afetivo por homens ou mulheres. Considerava que tinha um “bloqueio”. Ela não se identificava ainda com a personagem lésbica, mas também não se identificava com a personagem heterossexual. Percebemos que a vivência da lesbianidade não é colocada como possibilidade. A repressão sexual e o controle dos impulsos sexuais das mulheres impediram Maria de conhecer e sentir o seu corpo e seus desejos. Nesse sentido, Maria narra:

E eu não conseguia fazer essa distinção homem e mulher, porque eu nunca permiti que eu olhasse para uma mulher de forma diferente. Então enes vezes mulheres foram atraentes visualmente, mas nunca sexualmente. Porque eu acho que, um bloqueio emocional, não sei explicar. Eu não conseguia olhar para uma mulher e falar humm tenho interesse, não. [...]. E não adianta cara, ser lésbica é extremamente complicado. Você não tem o direito nem de se descobrir lésbica. Você não tem esse direito. Você não tem o direito de sentir. Porque é anormal, as pessoas não respeitam.

Na rede de estimulações sobre o corpo e intensificação de prazeres, os discursos sobre a atividade sexual formam significados e são construídos socialmente e culturalmente (Rubin, 1949/2017). O discurso do essencialismo sexual se fundamentou na concepção de que o gênero e o exercício sexual são naturais e inerentes às pessoas, como uma propriedade de ordem fisiológica ou psicológica. Dessa forma, o gênero e a atividade sexual não teriam determinantes históricos, culturais e sociais significativos. Tais perspectivas legitimaram discursos de que a lesbianidade seja algo patológico, criminoso, pecador ou imoral, bem como Maira narrou “*porque é anormal, as pessoas não respeitam*”, e observado por Rubin (1949/2017). Dentre os discursos sobre o exercício sexual, verificamos na narrativa da participante, que o identificar-se como mulher casada deveria estar relacionado com ter uma vida sexual ativa e prazerosa com um homem: “*Eu me senti na obrigação de ser mulher de alguém. Eu me senti na obrigação de ter prazer com um homem. Especialmente, porque era casada, ou porque estava ali. E nunca aconteceu*”. No entanto, ao não encontrar o desejo e a satisfação sexual em relacionamentos heterossexuais, Maria começou a explorar outras dimensões da sua sexualidade, de modo a conhecer melhor seu corpo, seus desejos, suas fontes de prazer e sua afetividade. Ela relembra:

Aí foi isso, essa vivência sexual, essa exploração sexual para tentar amadurecer a nossa vida como um casal, ela acabou saindo pela culatra. Porque eu comecei a olhar para o mundo diferente. À medida que eu ia explorando meu corpo e eu ia me permitindo sentir as coisas, eu sentia falta de coisas que ele nunca conseguiu proporcionar. Coisas que eu nem sabia que existia. Mas eu não tinha nem coragem de, nem diante do espelho de pensar alto, é uma mulher, não tinha essa coragem.

Observamos que a busca por uma vida sexual prazerosa com um homem estava relacionada com o discurso heteronormativo, estruturado em uma linearidade entre desejo, práticas sexuais, gênero, sexo e exercício sexual. Os mecanismos de disciplinamento dos corpos das mulheres retratados pela participante por meio do tabu da virgindade e da proibição da masturbação impediram um domínio autônomo sobre o seu corpo e a livre expressão sexual, como ressalta Soares (2010). O conhecimento sobre o seu corpo, desejos e formas de vivenciar o prazer sexual e afetivo, apareceram na narrativa de Maria como uma ferramenta que a levou a tornar-se outra e viver no nível da consciência e da atividade uma nova identidade sexual, o ser lésbica. Outra ferramenta, refere-se à universidade como um espaço profícuo de conhecimento e construção de novas relações frente a “*um novo mundo*” de possibilidades de ser e viver a sexualidade.

Antônia: E aí nessa, nessa vinda para a faculdade foi um novo mundo que eu conheci. Tipo era tudo muito diferente né, foi aí que eu tive acesso a saber o que que era bissexualidade, o que que era realmente homossexualidade e tal.

Bárbara: E aí quando eu venho para fazer faculdade né. Eu acho que Goiânia oferece também um universo muito diferente de uma cidade pequena. E aí acaba que isso me permite também né me encontrar comigo mesma e tecer as relações que eu acho que seriam bacanas para mim.

As participantes avaliaram que o processo de se assumirem e se revelarem lésbicas foi uma problemática para elas. Consoante Almeida e Heilborn, (2008), a história das narradoras ilustram a necessidade de reconhecimento social das mulheres lésbicas. No confronto entre as pré-condições de uma identidade transformada em expectativas rígidas e normativas do que as mulheres deveriam ser, a lesbianidade se desenvolve em condições adversas e significativas. Nos relacionamentos com homens, Maria descreveu a sensação de “*sufocamento*”. A imposição social e hegemônica de uma forma única de ser mulher e exercer a sexualidade impossibilitou, durante muito tempo, o processo de metamorfose, ou seja, o tornar-se outra. Ao tratar sobre sua bissexualidade, Ana apontou o sofrimento relacionado com a repetição e permanência da personagem mulher-mãe-bissexual interiorizada ao longo da sua história de vida. Antônia relatou que essa vivência “*era tipo um personagem que eu vivia, sabe*”. Em outro momento, ela afirmou: “*Só que a minha bissexualidade era heteronormativa, só ficava com homens né, porque era socialmente aceita dentro dos meus pares porque eu era católica e dentro da minha família mesmo*”. Antônia também lembrou que “*dentro dessa perspectiva de, de me considerar bissexual e tal, assim, isso me causava muito sofrimento. E aí eu entrei em processo de depressão, aí eu comecei a engordar muito e aí foi me dando problema de saúde*”.

Notamos que a incorporação da personagem bissexual facilitava para Ana a aproximação com o modelo heterossexual ideal e a obtenção de maior aceitação social do que a vivência da personagem lésbica. Aquilo que impede a transformação humana nos desumaniza, o que ilustra a sensação de “*sufoco e sofrimento*” vivenciada por Maria e Antônia, ou, como nomeia Ciampa (1987/2007), caracteriza o estar morta-ainda-viva.

O relato acerca do casamento ocupou lugar central nas narrativas. Juntamente a isso, situações de violência psicológica, física, sexual, moral e patrimonial em namoros, durante e após término de casamentos heterossexuais e após assumirem-se lésbicas apareceram no discurso das participantes. Compreendemos por violência qualquer ruptura com a integridade da pessoa, seja física, psíquica, sexual e moral o que pode desencadear agravos a saúde física e psicológica de homens e mulheres. As relações desiguais entre os gêneros são significadas por redes de poder que conferem um lugar de submissão e opressão às mulheres e de autoridade e privilégio aos homens. Determinadas atribuições são idealizadas, naturalizadas e vinculadas à

identidade de gênero o que legitima a violência praticada contra as mulheres por seus parceiros (Saffioti, 2015; Schraiber, D'Oliveira, Falcão & Figueiredo, 2005). Algumas das participantes fizeram os seguintes relatos:

Ana: Aí eu fui agredida fisicamente uma vez, depois de novo. Inclusive da segunda vez, foi por causa da namorada de uma delas, ele queria que expulsasse de casa, que não ia dormir ninguém naquela casa, que não era para as meninas ficarem lá, que era para por para fora.

Antônia: Ele chegou ao ponto de me agredir. Aí eu dormia com as crianças. E chegou um dia que ele arrombou a porta, aí ele me estuprou no meio da noite. Rasgou minha roupa, aí o Gabriel acordou e ouviu o barulho. Foi tudo muito traumático assim né.

Simone: E eu falei, cheguei ao fim. Falei olha, não dá mais, não quero mais. Estou com a minha filha e estou indo embora. Acho que ele ainda não aceitou. Aí eu fui agredida, entendeu.

Bárbara: E aí quando eu começo a olhar para trás, eu vou percebendo que o meu primeiro relacionamento foi com homem e eu tinha 15 anos. Que foi um relacionamento de extremamente violência física com uma pessoa que era de dentro da minha família.

Percebemos a ocorrência de violência também na relação entre mulheres como na narração de Bárbara. A narradora caracterizou como violência psicológica a postura manipuladora da sua companheira durante o período em que estiveram juntas. A narradora enfatizou o fato de a autora das agressões ser uma mulher branca e por isso ocupar um lugar de maior privilégio e poder social do que Bárbara que é negra. Ela nos relatou:

Eu me dispus assim a experimentar outras formas de relações e nesse momento tem uma estrutura de relação que eu me disponho ainda: que é em relações com mulheres negras. De não me relacionar nem com mulheres brancas. Tá, tem toda uma questão de né, de que, você pode até, assim de ter o desejo né, o interesse de estar com alguém. Mas é uma postura que eu escolhi para mim que eu acho que é mais saudável assim para me relacionar. É também um pouco do reflexo de todas essas outras relações que eu tive. Todas muito demarcadas ou por violência física ou por violência psicológica (Bárbara)[...]. Já estive em relações com mulheres brancas. Com mulher branca extremamente de manipulações assim. E até eu perceber isso também era um outro lugar né. Que a gente fala da violência psicológica, mas até então parece que eu não tinha muita noção da gravidade, né.

O ser uma mulher-negra-lésbica-gorda-mãe solo representa uma identidade inferior por não se adequar ao padrão hegemônico de homem, branco, heterossexual e com boas condições socioeconômicas (Lima, Lima & Coroa, 2016). A narradora reflete sobre todos os marcadores sociais que atravessam a sua existência e os seus respectivos significados. Ela chega à conclusão

que é constantemente “*cobrada*” por não se adequar aos discursos hegemônicos o que a expõe a situações de violência e torna a sua vida “*pesada*”. Como mulher negra, se percebe em um corpo que é “*questionado, atacado, objetificado e sexualizado*”. Em relação a sua sexualidade Bárbara narrou:

Eu acho que da minha sexualidade é o ponto que a sociedade está menos preparada ainda né. Tipo mulher negra lésbica. Uma mulher negra amando outra mulher negra é para gente é muito revolucionário assim, para sociedade é uma afronta né, aos costumes, e a moral e a toda conduta patriarcal e homofóbica que existe assim.

A sociedade reproduz, por meio do discurso, práticas racistas, sexistas e homofóbicas que legitimam relações opressoras e estereótipos baseados nos marcadores gênero, sexualidade, classe, etnias/raças (van Dijk, 2008). Nesse sentido, a existência de Bárbara tornou-se uma afronta aos ideais hegemônicos preconizados ao ser mulher. Nossa narradora enfrentou um embate entre o que ela desejava ser e o que lhe era permitido ser de acordo com as condições objetivas, históricas e sociais existentes (Ciampa, 1987/2007). As posições sociais desvalorizadas e estigmatizadas que Bárbara ocupava levou à construção de uma identidade de resistência, o que se configurou como um ato de constante luta e enfrentamento (Almeida & Heilborn, 2008). A narradora afirmou que “*mulher negra, mulher negra lésbica não tem o privilégio de não estar nessa posição de fazer frente de luta, sabe?*”. Sua narrativa também ilustra o movimento inevitável das identidades de gênero e sexuais na busca por exceder os mecanismos de regulação socialmente constituídos (Butler, 2016). A partir do momento que a narradora adquiriu consciência sobre o lugar social o qual ocupa torna-se possível resistir as normatizações impostas a ela. Ela afirmou: “*Uma vez que a gente entende que a gente não pode se calar e a gente fala né, então isso tudo também reverbera em vários sentidos. Nos sentidos positivos, mas também em sentidos que as vezes fragiliza mais do que a gente já é*”.

A narradora nos esclarece que mesmo sem ter consciência dos discursos hegemônicos que atravessam o ser mulher, nós resistimos para existir e sobreviver no cotidiano: “*Mesmo as que não tem muita consciência desse lugar político elas fazem né. Elas tomam conta das famílias, famílias matriarcais, elas sustentam tudo, elas fazem jornada tripla*”. Ademais, o lugar de enfrentamento da nossa narradora é cercado por desafios marcados por experiências de ameaça que também a fragilizam.

Os relatos trazidos pelas participantes nos demonstram como elas construíram possibilidades de enfrentamento e resistência ao reconhecerem que não correspondiam ao modelo de ser mulher preconizado pelos discursos hegemônicos. A ocorrência de uma doença

grave e a perda de uma referência familiar são fatores mencionados por Simone e Antônia que levaram ao rompimento do casamento e a construção de uma nova personagem, o ser mulher-lésbica-mãe em desacordo com os discursos familiares. Elas narraram que:

Antônia: Mas quando eu acordei no outro dia. Falei gente eu tenho 25 anos, eu dormi, parece que eu dormi todo esse tempo e nesse dia da cirurgia eu acordei e disse eu não vou viver a minha vida para agradar a minha mãe. Não vou viver nesse relacionamento que já está falido a muito tempo por causa da minha mãe.

Simone: E aí eu tive um problema de saúde gravíssimo. Se eu sáísse bem dentro da cirurgia e tal eu queria uma nova chance de vida de ser eu mesma. Poder ser eu mesma. Chegar e falar assim para a minha família. Eu gosto disso e eu prefiro isso. Eu quero ser assim, entendeu (Simone). [...]. A minha avó já faleceu, não tinha como ficar presa a um relacionamento para agradá-la né, igualzinho fiquei.

O futebol, a dança, a escrita, a música, o ativismo apareceram nas narrativas como uma expressão identitária de resistência. As narrativas parecem nos indicar que nossas narradoras se fortaleceram por meio da construção de uma rede de apoio entre mulheres, acompanhamento psicológico, espiritualidade e apoio da companheira. Antônia descreveu que “*então a gente vai vivendo assim. Eu hoje, eu me fortaleço muito na terapia, na fé que eu tenho, no apoio da minha esposa*”. Na sua atuação como profissional e ativista, Bárbara criou espaços de fala, escuta e cuidado para mulheres nas escolas onde trabalhou. Sobre isso, ela afirmou que “*quanto mais a gente fale, mais a gente discute, mais a gente se fortalece. [...] Tenho uma rede de amigos muito grande. Mas assim, tenho uma rede de afeto muito forte com algumas mulheres, mulheres indígenas, mulheres negras, né, onde a gente se segura bastante assim na nossa existência*”. O uso do poder como meio de existência e garantia de direitos iguais por meio da criação de espaços de fala, fortalecimento da rede de apoio entre mulheres e da relação com suas companheiras, o esporte e arte são modos de fortalecimento e de construção de alternativas de combate e enfrentamento (Saffioti, 2009). Nesse sentido, Bárbara enfatizou: “*Para mim a arte, outra coisa que eu reforço muito, para mim a arte ela tem função de combate, assim*”. Maria conseguiu isso através do futebol e da música:

A única coisa que eu não abri mão foi do futebol. Porque era uma paixão que eu tinha, e eu acabei seguindo carreira profissional até os 18, 19 anos quando eu me mudei e larguei para lá. Mas eu atingi aquele sonho de menina, eu consegui, e tinha com o apoio deles. [...]. [Sobre a experiência com a música] E essa vivência, essa experiência ela mudou muito a minha concepção de mundo, então acelerou meu processo de amadurecimento de forma muito rápida e eu me permiti viver a vida de outra forma. E eu comecei a ter sede de vida. E aquilo que eu vivia já era insuficiente, mas era insuficiente não pelo dinheiro, era insuficiente socialmente falando.

Maria construiu um espaço de pertencimento e reconhecimento social ao formar um significado e um valor relacionado com a personagem jogadora. O processo da formação da banda oportunizou que Maria conhecesse um universo de possibilidades de existência. Assim sendo, as condições objetivas construídas por meio da música parecem ter possibilitado que Maria explorasse, no nível da consciência, seus próprios desejos de vida e conhecesse alguns dos reguladores sociais que a impossibilitavam de alcançá-los. O sintagma identidade-metamorfose-emancipação não se concretizou, na vida das narradoras, enquanto elas não romperam com a mesmice, caracterizada pela repetição e reprodução da personagem mulher-heterossexual-esposa-mãe. A partir do momento que as participantes se conscientizaram que, na busca de se adequar a uma norma social por meio das relações com homens, não estavam vivendo uma vida-para-si, elas conseguiram iniciar o processo de construção de uma nova personagem mulher-lésbica-mãe (Ciampa, 1987/2007).

4.2.3. Hoje, como eu me vejo

A experiência de conhecer seus desejos e experienciar uma vivência de satisfação afetiva e sexual na relação com uma mulher marcou, para Maria, um processo de reconhecimento da sua identidade sexual. Ao deixar de exercer o papel de esposa de um homem, percebemos que as narradoras confrontaram e romperam com os discursos patriarcais que concedem ao homem o direito sobre o corpo e a vida sexual das mulheres. No exercício de uma vivência sexual mais livre, as narradoras relacionaram-se com homens e mulheres, durante o casamento, após o divórcio ou no período da adolescência. Ao compararem as relações com ambos os gêneros, Maria percebeu que as relações com homens eram *“muito ruins, muito frustrante, a relação sexual era muito frustrante”* até a sua primeira experiência sexual com uma mulher que lhe proporcionou maior satisfação sexual e afetiva. Bárbara sentia-se deslocada e desconfortável na relação com homens. *“Porque foi um lugar que eu nunca me senti extremamente confortável no relacionamento com homens. Sempre foi uma, uma condição que me deixava meio deslocada sabe”*. Simone, na adolescência, explorava as formas de viver a sua sexualidade chegando à conclusão que preferia se relacionar com meninas: *“Eu não sabia se eu ficava com meninas, se eu ficava com meninos. Mas eu nunca gostava assim, chegava ao ponto que meninos eu vi que não era a minha praia.*

Após a primeira experiência sexual com uma mulher, Maria se sentiu *“desesperada”*, *“perdida”*, pois o assumir-se lésbica publicamente acarretaria várias consequências sociais que colocaria Maria, novamente, em uma situação de vulnerabilidade:

Eu estava completamente desesperada. Medo da rejeição, o que que os meus

filhos vão pensar, o que que meus pais vão pensar, como que a sociedade vai olhar para mim, com que cara que eu chego no trabalho. Os meus amigos, a minha vida. A minha estrutura inteira. Uma vida, eu já tenho quase 30. Como que, chega nessa idade, nesse ponto, com três filhos, quatro filhos. E de repente 'ah, gente sou gay'. Sabe, para mim é um choque muito grande.

Para as narradoras, se apaixonar, ter uma relação sexual e estabelecer relacionamentos longos com uma mulher passava a defini-las como lésbicas. Ana, Antônia e Bárbara relataram:

Ana: Nessa crise eu me apaixonei por uma colega de trabalho, só que a gente não chegou a ter nada, mas eu fiquei emocionalmente assim envolvida com ela. Só porque aí, a aquela coisa né, a família, ele me pedindo perdão, então tá, eu resolvi então abri mão de tudo para tentar o casamento.

Antônia: E aí quando eu me apaixonei por essa menina, eu me abri para ela e falei. [...] E aí tipo, foi nossa primeira experiência e aí foi algo assim, tipo mágico né. Só que foi enquanto eu ainda estava casada, então foi assim, terrível assim, as consequências foram terríveis né. Ninguém descobriu, mas suspeitavam.

Bárbara: E aí depois de um bom tempo quando eu. Aí depois tive relacionamentos de namoro com mulher, mulheres, mais longos e eu fui percebendo que esse lugar para mim era, era o lugar assim sabe.

Percebemos, entretanto, que a personagem mulher-heterossexual-mãe-esposa se manteve em decorrência das expectativas das participantes em corresponder aos discursos familiares e ao ideal do casamento. Permitir-se vivenciar o desejo afetivo sexual por mulheres acontece em momentos de crise do casamento, após o divórcio, no período da adolescência ou por meio de relação com uma mulher que se mantém em segredo enquanto Ana estava casada. Quando as narradoras romperam com o casamento, elas subverterem a lógica heteronormativa que determina uma única forma de viver a sexualidade como possível, estável e fixa. No imaginário social, pessoas que se relacionaram com homens e mulheres são consideradas bissexuais, e, portanto, são “*indecisas*”, pois acredita-se que a identidade sexual é imutável e definida de acordo com os discursos hegemônicos. Diante disso, a bissexualidade, diferente da lesbianidade, aparece no discurso social como uma identidade esperada as narradoras que permaneceram em um relacionamento heterossexual mesmo sentindo desejo afetivo sexual por mulheres. Ana e Antônia narraram que:

Ana: Sai, fui para uma festa de carnaval, aí, [...] aí chegou lá estava com a turma, aí chegou um casal, assim, um menino hétero e uma menina lésbica, dando em cima da gente, né e tal da turma não sei o que. Aí perguntou quem era o que, as meninas, todo mundo, todas lésbicas, falaram que eu era bi, aí vieram os dois né (risos). Então e aí o que você escolhe, não sei o que, assim eu olhava para o

menino ele era bonitinho sabe, ele era uma gracinha ele. Eu não dou conta de isso aqui mais, não é isso que eu quero. Aí até que essa menina a gente se fala até hoje assim. Foi a primeira menina que de fato eu fiquei assim. E aí depois as meninas, e aí era tudo que você esperava. Não, era tudo que eu sabia que iria ser, então assim, enfim [risos].

Antônia: Assim, eu me sentia bem pela primeira vez né desde que eu falava assim, quando eu conversei com a minha mãe ela falou assim, tem mulher que é indecisa que gosta, corta para os dois lados e tal. Você é assim? Falei não, eu gosto de mulher. Mas o que que explica você ficar com homem tanto tempo? Eu falei isso que a senhora está fazendo comigo agora, está me discriminando por uma opinião da senhora, você acha que eu iria ter coragem de falar isso enquanto adolescente. Então, eu vejo que hoje assim, para mim eu não tenho nenhuma dúvida, não paira nenhuma dúvida na minha cabeça. Tipo nossa se eu encontrasse, se algum dia eu gostasse de homem. Eu não tenho essa dúvida nenhuma na minha cabeça assim, porque. Não por todo o processo, mas de saber que desde a adolescência a minha sexualidade era essa.

O processo de diferenciação e semelhança entre a bissexualidade, a lesbianidade e a heterossexualidade possibilitou as narradoras construir parâmetros de definição sobre qual dessas identidades sexuais elas se identificavam (Ciampa, 1987/2007). As categorias bissexual, heterossexual, homossexual foram difundidas como verdades científicas e utilizadas para categorizar a atividade sexual das pessoas. Notamos que tais categorias que definem o gênero e o exercício sexual mostram-se cada vez menos eficazes diante das multiplicidades das formas de ser e viver (Sposito, 2015).

As narradoras identificam-se com o discurso hegemônico que nomeia e significa sua sexualidade. De acordo com as identidades sexuais preconizadas pela sociedade, as participantes utilizam vários termos para nomear a sua vivência sexual, sejam eles: “homossexual”, “gay”, “gostar de meninas”, “gostar de mulheres”, “lésbica”. Bárbara questiona a necessidade de nos definirmos por meio de categorias. Bárbara e Ciampa (1987/2007) nos alertam sobre o erro de usarmos substantivos os quais nos descrevemos, ser lésbica, ser mãe, ser mulher, como expressão de uma substância que tornaria as identidades das pessoas imutáveis. Bárbara fez o seguinte relato sobre essa questão:

Até então eu não tinha me definido nem uma coisa nem outra. Não fazia essas definições. Desde que me entendo por pessoa mais esclarecida, pra mim sempre foi uma coisa muito natural assim. Me interessar tanto por homens quanto por mulheres. Porém hoje eu consigo olhar de uma forma muito diferente assim. É por isso que esse meu lugar de reconhecimento de ser mulher preta lésbica. [...]. Mas hoje eu até não falo assim eu sou lésbica né, eu sempre falo que eu gosto de mulheres. Tenho um pouco de dificuldade com a questão dos conceitos assim, esses rótulos. Sabe que eu fico pensando que, não sei amanhã, eu posso sei lá ter outro parâmetro.

No decorrer da vida das narradoras, elas incorporaram várias personagens, e, dentre elas, o ser lésbica. Todas essas personagens – mulher, preta, branca, lésbica, mãe, gorda, esposa, trabalhadora – estão em articulação e foram significadas conforme a história pessoal de cada uma. O reconhecer-se lésbica em algum momento da vida reflete a possibilidade de um devir e sua superação que se concretiza quando as narradoras no nível da atividade e da consciência adquirem uma nova personagem. Nesse sentido, Bárbara afirmou: *“Então é, acho que eu falei isso um pouquinho lá atrás, mas assim eu sempre gostei de meninas, mas era uma coisa muito distante assim da noção eu sou lésbica. Isso é uma coisa muito recente. Eu já tenho quase 40 anos”*.

A identidade sexual não se define apenas pelo comportamento sexual, mas também pelo desejo, o sentir, os gestos de afeto, os múltiplos símbolos corporais que significam o ser lésbica (Almeida & Heilborn, 2008). Ana e Antônia narraram:

Ana: Eu não precisava ficar com mulher para saber que eu ia gostar, ou que queria aquilo. Eu só sabia, pronto [risos].

Antônia: Eu falei: não é conotação sexual, não é um beijo, não é o sexo que vai dizer, eu sabia. Eu sempre soube que eu gostava.

As falas de Antônia e Bárbara ilustram o processo de reconhecer-se lésbica em confronto com os estereótipos designados à lesbianidade. As lésbicas que não correspondem aos estereótipos designados à sua identidade sexual podem passar despercebidas pelo julgamento social das pessoas. Enquanto a lesbianidade não é visível ao público, ela não ameaça às normas sociais estabelecidas ao gênero e ao exercício sexual. Logo, as mulheres que não são identificadas como lésbicas estão menos suscetíveis a situações de discriminação e preconceito.

As narradoras elucidam:

Antônia: Eu assim, tem dia que eu brinco assim, que eu falo muito, eu brinco muito com a minha esposa, porque eu sempre gostei muito de vestir assim muito casual, de usar tênis e tal. Eu tinha uma, eu rejeitava o meu feminino. Então tipo eu odiava ficar menstruada, eu odiava meus seios grandes, então eu usava roupa muito folgada, ficava meio assim. Eu não passava maquiagem. Então eu rejeitava meu feminino. E aí eu usava muita calça folgada, tênis, camisa e short mesmo assim tipo, mais camisa. Era tipo uma boysinha na época assim.

Bárbara: No meio das mulheres lésbicas a gente tem, não sei falar do assunto, a gente brinca com alguns estereótipos né. A gente fala, você tem que escrever na minha testa que eu sou lésbica. Acho que as pessoas olham e ficam pensamento. Porque existe uma, um né julgamento social aí em relação com o estereótipo do que é e do que não é. E eu supostamente não estou dentro desse enquadramento. Então o julgamento seja um pouco menor por isso também, a não ser que eu expresse, e aí eu expresse também sem problema nenhum.

As diferenças sexuais são compreendidas, aqui, a partir de um conhecimento sobre o corpo que está imerso em um contexto social, cultural e histórico. Ao longo do tempo foram construídos diversos significados acerca dos corpos de homens/masculino e mulheres/feminino, segundo uma lógica binária que os diferencia. As características atribuídas ao feminino, segundo a narradora, são divididas entre atributos biológicos, comportamentais, gestuais e vestimentas são elas: menstruar, ter seios grandes, usar roupas justas, usar maquiagem, usar salto alto, cuidados com o corpo. As características masculinas são elas: usar roupas folgadas como camisa, short e tênis e não apreciar os atributos biológicos do corpo feminino, como ter seios grandes e menstruar. Antônia, em seu relato, questiona o discurso hegemônico de que as lésbicas são masculinizadas, e que devem se vestir e comportar de acordo com as características atribuídas ao masculino. Ela afirmou que passou a “*aceitar o meu feminino*”, reconhecendo que é possível ser lésbica, estar casada com uma mulher e também ser “*feminina*”:

E aí isso chamava a atenção das meninas porque isso acaba que a vestimenta é uma questão cultural né mesmo assim da homossexualidade. Então eu vejo que todo o meu processo, eu vejo que tudo isso que eu vivi que eu vivenciei de aceitar o meu feminino. Falar cara, eu gosto de me maquiar, eu gosto de estar arrumada, eu gosto de por salto, não todo dia. Eu gosto de estar, de me sentir mulher. Hoje eu aceito a minha menstruação, eu aceito esse meu processo né, de ser mulher. E eu vejo que ao falar assim: Nossa, amor, a gente é casada. Ela ri, haha, meu Deus, sabe parece que a ficha vai caindo assim. Mas é, quando eu deito a cabeça assim, eu fico pensando sobre isso, refletindo muito sobre isso.

O vir-a-ser lésbica ilustra o movimento de metamorfose das narradoras, ao construir uma outra forma de ser mulher em confronto com os discursos hegemônicos dominantes. Assumir-se e reconhecer-se como lésbica, lhe demandaria assumir um lugar de resistência e enfrentamento por identificar-se com uma identidade sexual marginalizada. Maria afirmou que

É a dificuldade que eu enfrento todos os dias para olhar no espelho e ser quem eu sou, ninguém sente comigo. Então, porque que eu tenho que me abster de algo que está me fazendo bem, para ser alguém que eu não sou, para agradar pessoas que não sabem, e não partilham de quem eu sou.

As situações de exclusão e discriminação, bem como a sensação de inadequação por não corresponder aos papéis sociais determinados ao seu gênero, resultaram em sofrimento psíquico e restringiram suas possibilidades de emancipação. Tal sofrimento se estendeu pela adolescência e vida adulta, caracterizados pelas narradoras como fases de “*depressão*”, solidão, tentativa de (auto) extermínio, rejeição, “*síndrome do pânico*”, “*crises de pânico*”, “*brigas internas*”, “*tristeza profunda*”, “*ansiedade*”. Assumir-se lésbica significava estar exposta, novamente, aos julgamentos sociais desfavoráveis, à rejeição social e a situações de violência,

conforme analisado por Piason e Strey (2012). Sobre esse momento de sua história, Maria relembra:

Ao mesmo tempo que eu estava em êxtase total eu estava me martirizando porque eu não podia fazer aquilo. Tipo é o que eu quero, agora eu tenho certeza do que é isso, mas se antes eu não podia, agora eu posso menos ainda. Se antes dera errado, agora é muito mais errado.

Romper com a mesmice, caracterizada pela repetição da personagem mulher-heterossexual-mãe-esposa, tornou-se um conflito, como podemos notar na história das narradoras e teorizado por Ciampa (1987/2007). Consoante a análise de Piason e Strey (2012), as participantes também identificaram que os medos de se revelar lésbica dificultaram o processo de (auto)aceitação da sua identidade sexual e estavam relacionados com os discursos presentes nas instituições família, escola e religião. O processo de (auto)aceitação enquanto lésbica repercutiu em assumir para si mesma seus desejos sexuais, o que acabou sendo um lugar de lutas e renegociações de pressões externas e resistências internas.

No processo de internalizar um jeito de sentir, pensar e fazer de acordo com uma nova personagem, o ser lésbica, as participantes distinguiram as relações heterossexuais e homoafetivas. Para Maria, a primeira apareceu no seu discurso como uma relação por etapas “*namorar, noivar, casar*”; e a segunda como uma relação em que o tempo de envolvimento afetivo é mais rápido e o prazer sexual mais intenso: “*mulher é muito intenso, mulher ela não espera. [...] Você ficou com uma mulher em um dia, no outro dia as escovas de dentes de vocês já estão juntas*”. Para Bárbara, diante das agressões vivenciadas em relacionamentos afetivos, ela avalia que é mais saudável se relacionar com mulheres negras o que poderia evitar novas situações de violência. De forma geral, a narradora aponta ter dificuldade de se relacionar com pessoas. Simone considera que na relação com mulheres “*o carinho é diferente*” e que “*uma mulher entende a outra*”. Ela narrou:

As mulheres pensam muito antes de te falar alguma coisa para te magoar. Sabem o que você sente. Se você está naquele período, elas sabem te respeitar, coisas que homens não sabem. Eles ficam bravos, que você está em TPM [tensão pré-menstrual], que não sei o que, não sei o que, tem muito homem que não pensa nisso. E o carinho e o afeto é totalmente amigável, é... uma se doa para a outra. Entendeu. Sabe respeitar o sim e sabe respeitar o não. É totalmente diferente de um casal hétero. Hoje em dia tem sim, casais hétero que se dá bem. Mas não é todos. E eu acho que eu me encontrei assim no afago, assim no carinho, no jeito de tratar, no jeito de entender e tudo.

Na relação com homens Simone sentia-se como objeto sexual e era desrespeitada, diferentemente a relação com mulheres é caracterizada por carinho, afeto e respeito. Ainda

sobre o prazer sexual quase inexistente na relação heterossexual, e no prazer experimentado na relação homossexual, Maria afirmou:

E eu já tinha os quatro filhos quando fui descobrir o que era um orgasmo. E com mulher não existe isso, com mulher é tipo 12 orgasmos em uma noite, e é normal, é natural e está tudo bem. Com mulher você tem orgasmos múltiplos. Com mulher você sente seu corpo virando de cabeça para baixo.

Ao avaliar os benefícios e as desvantagens das relações heterossexuais ou homossexuais, a participante identificou que “*não existe nenhum motivo para me relacionar com um homem e não com uma mulher, senão motivos sociais, socioculturais e questões de aparência mesmo né*”. Ou seja, as relações com homens estavam relacionadas com a busca de aceitação social e adequação aos discursos heteronormativos.

O modelo de relação baseada na ideia do amor romântico heterossexual entre um casal hétero monogâmico apareceu no discurso de Maria como um ideal que deveria ser seguido também nas relações homoafetivas, conforme também observado por Rich (2010). Sobre isso, Maria afirmou:

Eu tenho uma certa dificuldade em acreditar em relacionamentos homoafetivos em que uma mulher respeita a outra. [...] A mulher ela se entrega muito fácil para outra mulher. Mas ela não respeita. Um homem, um casal heterossexual, eu acho que, eles se devem respeito. Um casal homossexual é como se eles já fossem errados mesmo. Tipo eu não tenho a obrigação de ser perfeito. Poucos são aqueles que acreditam que é possível ter uma vida normal. Eles aceitam a posição deles como homossexuais, mas eles não conseguem compreender que eles são exatamente como um casal hétero. Que pode existir fidelidade sim, e que a bigamia ela é feia, ela não é legal. Que você pode se relacionar e ter um casamento, até civil, agora nós já podemos ter um casamento civil, adotar crianças, adotar pets, adotar, e dane-se, ter a sua vida, do seu jeito, sendo feliz, do lado de alguém que você ama, sem a necessidade de tornar isso vazio, vulgar. A homossexualidade hoje ela é muito vulgarizada. E por ser tão vulgarizada os próprios homossexuais acham normal e, ‘ah, está tudo bem, não, eu sou assim mesmo. Não, eu fico com todo mundo mesmo’.

Notamos um julgamento moral dirigido às relações homoafetivas consideradas como algo vulgar, anormal, por não corresponderem aos ideais de um exercício sexual “bom”. O discurso de que o exercício sexual deveria se adequar a um padrão invariável, fomenta a ideia que existe uma melhor forma de exercer a sexualidade que deveria ser cumprida por todos. A atividade sexual que é considerada boa, normal e natural, seria aquela heterossexual, monogâmica, conjugal, reprodutiva e não comercial. Como as relações homoafetivas não estão diretamente relacionadas com a reprodução, mas com a satisfação afetiva e do desejo sexual, elas são consideradas como algo impróprio, imoral e desviante (Rich, 2010; Rubin, 1949/2017).

Neste trecho, percebemos a reprodução de preconceitos e estereótipos sobre a atividade sexual lésbica que só é vista como correta e normal quando é semelhante ao modelo heterossexual de casal, no caso ser monogâmico, ter filhos e se casar. Ao não se adequar a essa norma, Maria considera que a vivência da homossexualidade é *vazia, vulgar*, portanto não é *normal*. Ressaltamos que a narradora não interpreta a traição do ex-marido da mesma forma que percebe a traição da sua ex-companheira e de outros casais lésbicos e homossexuais. Para Maria, a traição da ex-companheira foi algo intolerável diferente da traição do ex-marido, em que ela a justifica devido as dificuldades com o nascimento da segunda filha e os conflitos familiares, o que levou a reconciliação. A poligamia nas relações lésbicas e homossexuais é vista como algo imoral, impróprio e desrespeitosa. Diferentemente dos casais heterossexuais, a narradora acredita que entre eles “*se deve respeito*” e não considera que também há traições e poligamia entre casais héteros. Isso demonstra a reprodução do discurso patriarcal que concede aos homens o direito a sexualidade das mulheres, de modo que o domínio destes ao corpo das mulheres é naturalizado.

Reconhecemos que o gênero, o exercício sexual e a formação da identidade estão implicados em relações de poder que irão interferir na construção de espaços de fala, de existência e garantia de direitos. Dessa forma, apesar da legislação brasileira reconhecer o casamento de casais lésbicos e gays, quando Antônia usufrui deste direito, ela é impedida pela família do seu ex-marido de ter contato com seus filhos. Ela relatou: “*Por exemplo nas férias agora, eu e ela a gente casou agora em dezembro no civil, no religioso e tal. Aí quando eles descobriram, aí os meninos não vêm lá para casa. Aí eles ficam tipo, a gente ficou dois meses sem ver os meninos*”. O preconceito tornou-se “*escancarado*” quando Antônia assumiu publicamente a sua identidade sexual o que tornou a sua vivência “*difícil [...]. Tipo uma coisa, uma, um preconceito assim escancarado que até o momento era muito velado eles criaram coragem para por para fora sabe. Então foi um processo muito, muito difícil mesmo*”.

Outra questão retratada refere-se a práticas psicológicas dotadas de convicções morais, religiosas, patológicas e conservadoras em convivência com ações de preconceito, discriminação e opressão para com a comunidade LGBT. Tais práticas contrapõem as resoluções CFP 01/1999 e nº 01/2018 que orientam o exercício dos profissionais de Psicologia acerca das identidades de gênero e sexuais. Sobre isso, Antônia relatou:

Aí na época eu fui para a psicóloga, [...] e nossa foi horrível, foi uma experiência terrível para mim porque tipo ela, ela começava meio que tipo a você está passando por isso porque você não está bem no casamento, tipo como se era uma fuga, como se você uma fuga para mim. Ela anulou toda a minha história de vida, todo o meu sentimento, tudo que eu vivi [...].

De acordo com Sposito (2015), um olhar crítico frente aos preconceitos sobre a vida das pessoas LGBT não se reflete em toda prática profissional dos psicólogos. Apontamos que a Psicologia é uma das instâncias que produziu saberes sobre as identidades, os corpos e as sexualidades na busca por desvelar a verdade subjetiva das pessoas. Como pesquisadoras dessa área de conhecimento, precisamos olhar a Psicologia enquanto produtora de saberes de resistência frente aos processos de normatização e ajustamento das identidades sexuais e de gênero.

As narradoras ilustram como a exposição a situações de discriminação e preconceito afetaram a vida de gays e lésbicas de forma diferente ao longo do tempo. Por exemplo, ainda hoje a demonstração de afeto entre casais LGBT em público, como andar de mãos dadas, é considera-se um ato impróprio e vergonhoso, portanto é recriminado socialmente. Antônia e Simone relataram:

Antônia: Por exemplo eles acham uma vergonha eu estar com a minha esposa e estar de mãos dadas com ela e com as crianças, porque eu não tinha que andar de mãos dadas. Então assim, chegou ao ponto dos meninos falarem, vocês vão ficar andando de mãos dadas. E aí vamos meu bem. Pega na mão de todo mundo. [...]. E aí eu tenho amigos gays né e lésbicas que são mais velhos sabe, de 20 anos de casado, pessoal que se assumiu em outra época, então nem pega na mão, essas coisas. Então é tudo muito tranquilo assim sabe, pra, pra convivência.

Simone: Porque eu sei que naquela época ainda tinha um tabu, um preconceito maior ainda né. Hoje as coisas já estão mais brandas, mas antigamente você ficava meio que, ah chegava na casa dos vizinhos e os namoradinhos, aí como é que você fala, não é namoradinhos é namoradinhas [risos].

Elas notam que na atualidade há mais espaços de fala sobre a sexualidade, no entanto permanecem as dificuldades de encontrar um lugar na sociedade apesar das mudanças sociais conquistadas. A despeito das transformações promovidas pelos movimentos sociais frente aos direitos da população LGBT, os contextos político, econômico, ideológico e cultural brasileiro (in)visibilizam as demandas da lesbianidade. Logo, é necessário a criação de políticas públicas e transformação social que garanta os direitos desse grupo social, bem como a construção de espaços de pertencimento (Duarte, 2014).

Ao finalizar a narração da sua história de vida, Maria se reconheceu como lésbica enquanto uma forma identitária que confronta todos os ideais de mulher os quais buscou ser, sejam eles como mãe-esposa-filha. Ela afirmou:

Mas assim, o resumo de toda essa história complicada é: eu sou lésbica, reconheço que sou, sofri muito tempo por questões sociais, e pela necessidade de

ser a pessoa ideal, a mãe ideal, a filha ideal, a esposa ideal. De, procurando um lugar para me alocar na sociedade eu ter que abrir mão da minha sexualidade, porque não era normal, não era bonito. Isso me causou muito sofrimento, eu acabei me casando e tal, tendo os filhos, tendo essa experiência que por um lado foi muito boa, mas podia ter sido evitada.

Afirmar-se lésbica parece ter representado possibilidades de subversão dos padrões considerados normais, corretos ou bonitos de se viver a sexualidade. No entanto, notamos que a narração de Maria mantém os discursos heteronormativos e patriarcais o que leva ao sentimento de culpa por não corresponder aos ideais preconizados ao ser mulher.

Notamos que os discursos familiares, religiosos e o casamento reproduzem e legitimam o modelo hegemônico sobre o ser mulher, caracterizado pela repetição da personagem mulher-heterossexual-mãe-esposa. As narradoras buscaram se adequar e corresponder a este modelo ao permanecerem casadas apesar de sentirem-se insatisfeitas com o casamento. Diante disso, as imposições sobre os gêneros de acordo com a lógica linear entre sexo biológico, gênero, práticas sexuais e desejo impediu que as narradoras vislumbrassem a lesbianidade como uma forma de vivenciar a sexualidade.

Assumir e revelar-se lésbica tornou-se uma problemática para elas por ser uma identidade sexual marginalizada que confronta os discursos patriarcais e heteronormativos. A construção de uma nova personagem, o ser lésbica, ocorre em condições adversas atravessada por situações de discriminação, violência e preconceitos o que gerou sofrimento psíquico. Sendo assim, as narradoras resistiram aos discursos hegemônicos por meio da dança, criação de espaços de fala, do esporte, da psicoterapia, da espiritualidade, do apoio da companheira e do ativismo. O ser outra, mulher-mãe-lésbica, ilustra o movimento de metamorfose das participantes frente a busca por alternativas de existência e transformação.

Considerações Finais

Por meio da ótica feminista em diálogo com a Psicologia Social Crítica, a Psicologia Sócio-Histórica e a Análise Crítica do Discurso, construímos um lugar de escuta e diálogo sobre os significados das maternidades e sexualidades, e como as mulheres lésbicas mães (re)significam suas histórias diante do fato de a lesbianidade ainda ocupar um espaço de invisibilidade e silêncio na sociedade contemporânea. No percurso de definição do nosso objeto de estudo, buscamos falar sobre o ser mulher lésbica mãe em um lugar de confronto aos modelos hegemônicos preconizados ao ser mulher.

Sobre as dificuldades encontradas no desenvolvimento da pesquisa podemos mencionar a articulação das categorias identidade, gênero, sexualidade e maternidade em uma perspectiva interdisciplinar, o que tornou o estudo desafiador e aberto a vários caminhos. Escolher qual trajetória seguir durante a pesquisa significou olhar para os porquês das escolhas teóricas e metodológicas em concordância com a proposta de oportunizar um lugar de fala, evidência e de novos significados a grupos socialmente marginalizados e silenciados. Outro obstáculo, referiu-se ao levantamento de possíveis participantes com disponibilidade de deslocamento para o Centro de Psicologia, apesar de informarmos que todos os custos de transporte seriam arcados pela pesquisadora. Isso pode ter ocorrido devido a pesquisa ter sido realizada em uma metrópole que é atravessada por problemas no transporte público e a grande distância entre vários setores da cidade. As dificuldades em encontrar participantes interessadas podem estar relacionadas com as primeiras divulgações, via redes sociais, não terem alcançado o público alvo. Foi necessário a divulgação da pesquisa várias vezes até encontrarmos um grupo específico formado por mulheres e assim ser possível alcançar a nossa amostra.

Nos perguntamos, o que é ser mulher-lésbica-mãe e buscamos responder por meio de uma análise que superasse os binarismos feminino\masculino; sexo\gênero; homem\mulher. No entanto, ao nos depararmos com uma linguagem estruturada na dicotomia entre os gêneros não conseguimos superar as divisões terminológicas. Aprendemos a lidar com o desconforto de trabalhar com a ideia de uma identidade que é instável, intercambiante e está em constante movimento de metamorfose, logo não respondemos o que é ser mulher-lésbica-mãe pois nos deparamos com inúmeras possibilidades de vir-a-ser.

Evidenciamos uma sociedade em que a dominação masculina e a heterossexualidade constroem as relações e as formas de ser e estar no mundo dadas como únicas e verdadeiras. Nesse contexto heteronormativo em que a lesbianidade é atravessada, buscamos por meio da análise das categorias gênero e sexualidade desnaturalizar as representações históricas e sociais

que significam o masculino e o feminino. As lésbicas não seriam mulheres pois não correspondem a normativa que ao nascermos com uma vagina sentiríamos desejo afetivo sexual por homens e desenvolveríamos traços femininos de vestimentas, gestos e comportamentos. Por não se adequar a lógica heteronormativa, a lésbica é masculinizada e estigmatizada no discurso, presente nas narrativas, por meio dos termos “sapatão”, “macho-fêmea” . No campo da sexualidade, há práticas sexuais que são mais aceitas ou negadas socialmente. A lesbianidade ocuparia a margem da pirâmide sexual, portanto foi considerada anormal, imoral, pecado ou doença.

A partir da concepção que os discursos constroem as identidades em um movimento dialético com as estruturas sociais, evidenciamos as redes de poder que perpassam a construção das identidades de gênero e sexuais. Nas narrativas a família, a religião e o casamento apareceram como reprodutoras dos discursos patriarcais e heteronormativos. Desde a infância, as narradoras foram atravessadas por discursos que designavam uma única maneira correta de ser mulher, que seria aquela heterossexual e caracterizada por comportamentos e vestimentas femininas. A lesbianidade não é colocada como possibilidade, já o casamento e a maternidade são previstos às nossas narradoras. Na busca de corresponder aos ideais designados ao ser mulher, nossas participantes permaneceram casadas apesar de não sentirem desejo sexual afetivo por seus ex-companheiros. Levantamos a hipótese que a maternidade e o casamento poderiam ser ferramentas de fuga da lesbianidade.

Momentos de crise no relacionamento heterossexual e o rompimento do casamento, oportunizou a vivência de outras alternativas de satisfação sexual e assim a construção de uma nova personagem, o ser lésbica. Para outras narradoras, não houve um período determinado em que a identidade sexual foi definida. No nível da atividade e da consciência, a nova personagem lésbica é incorporada por elas em momentos da vida diferentes, seja no período da pré-adolescência, antes ou após a ruptura do casamento. O ser mulher, lésbica e mãe evidenciaram a articulação de várias personagens incorporados pelas narradoras ao longo de suas histórias de vida em um constante processo de metamorfose. Observamos que as narradoras já tinham consciência da sua identidade sexual enquanto estavam casadas, no entanto assumir publicamente a lesbianidade acarretaria na exposição a situações de violência e perda de apoio social.

Assumir uma nova identidade sexual tornou-se uma problemática que levou a construção de espaços de resistência. Resistir é um processo complexo que permeia as estruturas de poder, assim o assumir-se lésbica significou um ato político em confronto com os discursos hegemônicos patriarcal e heteronormativo. Identificamos que nossas participantes

reproduziram as normativas impostas aos gêneros e ao exercício sexual, no entanto também questionaram o lugar marginalizado e suscetível a situações de discriminação ao se assumirem lésbicas. As formas de resistência citadas por elas são a dança, a música, o apoio da companheira, a espiritualidade, o ativismo, práticas esportivas e suporte psicológico. Podemos acrescentar outro espaço de resistência que seria nossa proposta metodológica e teórica enquanto lugar de escuta que levou a ressignificação e reflexão das histórias de vida das narradoras.

As diversas categorias sociais que atravessaram a identidade de cada participante, sejam elas de classe, raça/etnia, mãe solteira, estado civil, idade e regionalidade conferem a elas maior ou menor aceitação social conforme a proximidade ou distância frente ao modelo hegemônico ocidental. Podemos caracterizar este modelo por meio da imagem de homem, branco, heterossexual, com boa condição socioeconômica e jovem. Ao não corresponderem a este ideal, notamos nas trajetórias de vida das narradoras o sentimento de inadequação, vivência de situações de violência praticadas por seus ex-companheiros e sofrimento psíquico frente a busca por espaços de pertencimento social.

Nosso estudo, por meio de um lugar de compartilhamento de experiências dos modos de ser mulher possibilitamos a (des)construção de conceitos frente a lesbiãdade, de forma a fomentar transformações sociais e fortalecer discursos de resistência. Deixamos o convite ao desenvolvimento de novas pesquisas sobre a vivência de grupos marginalizados no campo da Psicologia com base em uma perspectiva feminista, de modo a promover espaços de discussão sobre as redes de poder que atravessam as relações de gêneros e o exercício sexual.

Referências bibliográficas

- Abrahão, M. H. M. B. (2004). Pesquisa (auto)biográfica – tempo, memória e narrativas. Em Abrahão, M. H. M. B (Org.) *A aventura (auto)biográfica – teoria e empiria* (pp. 201-224) Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO. (2016, maio). Grupos de Pesquisa em Psicologia Social [abrapso.org.br]. Recuperado de https://www.abrapso.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=546.
- Almeida, G. & Heilborn, M. L. (2008). Não somos mulheres gays: identidade lésbica na visão de ativistas brasileiras. *Gênero*, 9(1), 225-249.
- Althusser, L. (1980). *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa: Editorial presença. (J. J. de M. Ramos, Trad.). (Obra original publicada em 1969).
- Aratangy, L. R. (2010). *O anel que tu me deste. O casamento no divã*. São Paulo: Primavera.
- Bandinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (Waltensir Dutra, Trad.). (Obra original publicada em 1980).
- Beauvoir, S. de. (1970). *O segundo sexo. Fatos e mitos*. (4a ed.). São Paulo: Difusão Européia do Livro. (Obra original publicada em 1949).
- Bertaux, D. (2010). *Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos*. (Zuleide Alves Cardoso Cavalcante, Denise Maria Gurgel Lavallée, Trads.). São Paulo: Paulus.
- Benjamin, W. (1987). *Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura*. (3a ed.) São Paulo, SP: Editora Brasiliense. (Obra original publicada em 1985).
- Bock, A. M. B. (2007). A Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia. Em Bock, A. M. B., Gonçalves, M. G. M. &., Furtado, O. (Orgs). *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia*. 3a ed. (pp. 15-35). São Paulo: Cortez.
- Borges, L. S. (2009). (Homo)sexualidades e formação profissional: desafios para a Psicologia. *Revista eletrônica de Psicologia e Políticas Públicas*, 1(1), 146-157.
- Borges, L. S., Canuto, A. A. A., Oliveira, D. P., & Vaz, R. P. (2013). Abordagens de gênero na Psicologia: Revendo conceitos, repensando práticas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(3), 730-745.
- Bosi, E. (1994). *Memória e Sociedade. Lembranças dos Velhos*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Brasil. (2013a). *Resolução Nº175, de 14 de maio de 2013*. Conselho Nacional de Justiça. Presidente Joaquim Barbosa. Brasília. Recuperado em http://www.cnj.jus.br/images/resol_gp_175_2013.pdf.

- Brasil (2013b). *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. Ministério da Saúde. Brasília.
- Brasil, (2013c). *Mulheres Lésbicas e Bissexuais. Direitos, Saúde e Participação Social*. Ministério da Saúde. Brasília.
- Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para assuntos Jurídicos. Brasília. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- Butler, J. (2016). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. (10a ed.) (Renato Aguiar, Trad.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Burman, E. (2015). Pesquisa nas Ciências Sociais. Em Somekh, B., & Lewin, C. (Orgs.). *Teoria e métodos de pesquisa social*. (Ricardo A. Rosenbush Trad.) (pp. 31-32). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Carrara, S. (2010). Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. *Bagoas*, 5, 131-147.
- Ciampa, A. C. (2007). *A estória do Severino e a história da Severina. Um ensaio de Psicologia social*. São Paulo: Brasiliense. (Obra original publicada em 1987).
- Ciampa, A. C. (2002). Políticas de identidade e identidades políticas. Em Dunker, C. I. L. & Passos, M. C. (Orgs.). *Uma Psicologia que se interroga: ensaios*. (Cap. 2, pp. 133-144). São Paulo: Edicon.
- Ciampa, A. C. (1989). Identidade. Em Lane, S. T. M. & Codo, W. (Orgs.) *Psicologia Social: O homem em movimento*. (8a ed., Cap. 2, pp. 58-75). São Paulo: Editora brasiliense.
- Ciampa, A. da. C. (1977). *A identidade social e suas relações com a ideologia*. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo, SP, Brasil.
- Ciampa, A. C., Ardans, O., & Satow, S. (1996). Parar para pensar... e depois fazer. (entrevista com Silvia T.M. Lane). *Psicologia & Sociedade*, 8(1), 3-15.
- Chauí, M. (2003). A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*. Conferência na sessão de abertura da 26ª Reunião Anual da ANPEd, realizada em Poços de Caldas, MG. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02>.
- Conselho Federal de Psicologia [CFP]. (2005). *Código de ética de ética profissional do psicólogo*. Brasília. Recuperado de <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/Código-de-Ética.pdf>.
- Couto, Mia. (2012). *A confissão da Leoa*. Companhia das Letras: São Paulo.
- Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. (3a ed.) Porto Alegre: Artmed.
- Dahlet, P. (1977). Dialogização enunciativa e paisagens do sujeito. Em Brait, B. (Org.) *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.

- Dantas, S. S. (2017). Identidade política e projetos de vida: uma contribuição à teoria de Ciampa. *Psicologia & Sociedade*, 29, p.1-9.
- Deschamps, J. C. & Moliner, P. (2009). *A identidade em Psicologia social: dos processos identitários às representações sociais*. (Orth, E. M. L., Trad.). Petrópolis: Vozes.
- Dijk, T. A. van. (2008). *Discurso e poder*. (J. Hoffnagel. & K. Falcone, Trad.) São Paulo: Contexto.
- Duarte, N. (2013). *A individualidade para si: contribuição a uma teoria histórico-crítica da formação do indivíduo*. (3a ed.). Campinas, SP: Autores Associados.
- Duarte, N. (2004). *Crítica ao fetichismo da individualidade*. Campinas, SP: Autores Associados.
- Duarte, M. J. O. (2014). Diversidade sexual, políticas públicas e direitos humanos: saúde e cidadania LGBT em cena. *Temporalis*, 27, 77-98.
- Fairclough, N. (2001). *Discurso e mudança social*. Brasília: UNB.
- Flick, U. (2004). *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. (2a ed.) Porto Alegre: Bookman.
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade. A vontade de saber*. (15 ed.). (Maria Thereza da Costa Albuquerque, Trad). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Freitas de Sá, S., Carvalho, L. G. de., & Souza, T. M. C. (2018). Gênero, violência e interseccionalidade: a vertente de um coletivo feminista. Em Souza, T. M. C. (Org) *Violência contra mulheres: direitos e políticas públicas em perspectivas multidisciplinares*. (pp.17-42) Goiânia: Editora UFG.
- Gerhardt, T. E., & Silveira, D. T. (2009). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Gonçalves, M. G. (2010). *Psicologia, subjetividade e políticas públicas*. São Paulo: Cortez.
- Gradwohl, S. M. O., Osis, M. J. D., & Makuch, M. Y. (2014). Maternidade e formas de maternagem desde a Idade Média à atualidade. *Pensando Famílias*, 18(1), 55-62.
- Goffman, E. (1988). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. (M. B. de M. L, Nunes Trad.) (4a ed.). Rio de Janeiro: LTC – Livros técnicos e científicos editora S.A.
- Josso, M. C. (2006). Os relatos de histórias de vida como desvelamento dos desafios existenciais da formação e do conhecimento: destinos sócio-culturais e projetos de vida programados na invenção de si. Em Souza, E. C., & Abrahão, M. H. M. B. (Orgs.) *Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si*. (pp. 21-40) Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Jovchelovitch, S. & Bauer, M. W. (2002). Entrevista Narrativa. Em Bauer, M. W., & Gaskell, G. (Ed). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático*. (2a ed., pp. 90-113). Petrópolis: Vozes.
- Karawejczyk, M. (2014). Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo

- “pátrio” de Leolinda Figueiredo Daltro. *Estudos Ibero-Americanos*, 40(1), 64-84.
- Halbwachs, M. (1990). *A memória coletiva*. (2a ed.). São Paulo, SP: Editora Revista dos Tribunais LTDA.
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, 07-41.
- Harding, S. (1986). A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Estudos Feministas*, 7(1), 7-31.
- Hirata, H. Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de pesquisa*, 37(132), p. 595-609.
- Lacerda, F. Jr. (2017). Colocando a Psicologia contra a ordem: introdução aos escritos de Ignacio Martín-Baró. Em Martín-Baró, I & Lacerda, F. Jr (Org., notas, Trad.). *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais*. (pp. 7-21). Petrópolis: Editora Vozes.
- Lane, S. T. M. (1989a). A Psicologia social e uma nova concepção de homem para a Psicologia. Em Lane, S. T. M. &, Codo, W. (Org.) *Psicologia Social: O homem em movimento*. (8a ed., pp. 58-75). São Paulo: Editora brasiliense.
- Lane, S. T. M. (1989b). Linguagem, pensamento e representações sociais. Em Lane, S. T. M. &, Codo, W. (Org.) *Psicologia Social: O homem em movimento*. (8a ed., pp. 32-40). São Paulo: Editora brasiliense.
- Lane, S. T. M. (2007). Prefácio. Em Ciampa, A. *A estória do Severino e a história da Severina. Um ensaio de Psicologia social*. (pp 10-19) São Paulo: Brasiliense. (Obra original publicada em 1987).
- Lima, S. C., Lima, P. M. R., & Coroa, M. L. M. S. (2016). Identidade de velhos: modos de identificação e discursos de resistência na velhice. *Domínios de Linguagem*, 10(3), 903-926.
- Lima, A. F. de. (2012). A identidade como problema de pesquisa. *Estudos contemporâneos da subjetividade – ECOS*, 2(2), 216-229.
- Lima, A. F. (2014). História oral e narrativas de história de vida: a vida dos outros como material de pesquisa. Em Lima, A. F., & Lara Junior, N. *Metodologias de pesquisa em Psicologia social crítica*. (Cap. 1, pp. 13-34). Porto Alegre: Sulina.
- Lima, A. F. & Ciampa, A. da. C. (2012). *Metamorfose humana em busca de emancipação: a identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica*. Em Lima, A. F. de. (Org.). *Psicologia social crítica: paraxes do contemporâneo*. (Cap. 1, pp.11-26) Porto Alegre: Sulina.
- Lima, A. F. de., Ciampa, A. da. C., & Almeida, J. A. M. de. (2009). Psicologia Social como Psicologia Política? A proposta de Psicologia Social Crítica de Sílvia Lane. *Psicologia Política*, 9(18), 223-236.
- Lira, A. N., Morais, N. A., & Boris, G. D. J. B. (2015). A homoparentalidade em cena: a vivência cotidiana de mulheres lésbicas com seus filhos. *Revista da SPAGESP*, 16(1), 74-91.

- Lechner, E. (2003). Narrativas autobiográficas e transformação de si: devir identitário em ação. Em Souza, E. C. de., & Abrahão, M. H. M. B. (2006). *Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si*. (pp. 171-182). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Le Goff, J. (1990). *História e Memória*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP.
- Louro, G. L. (2000). *O corpo educado. Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Louro, G. L. (2007). Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. *Educação em Revista*, 46, 201-218.
- Kehl, M. R. (2001). Nós, sujeitos literários. *Revista de Psicanálise Textura*, 1(1), 35-41.
- Mattar, L. D., & Diniz, C. S. G. (2012). Hierarquias reprodutivas: maternidades e desigualdades no exercício dos direitos humanos pelas mulheres. *Interface, Comunicação, Saúde e Educação*, 16(40), 107-119.
- Marcelino, S. R. S. (2011). *Mulher negra lésbica: a fala rompeu o seu contrato e não cabe mais o silêncio*. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, Rio de Janeiro.
- Melo, R. A., & Barreto, D. J. (2014). Formação em Psicologia: discursos e saberes sobre a experimentações de gênero. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 34(3), 676-689.
- Mello, L., Brito, W., & Maroja, D. (2012). Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. *Cadernos Pagu*, 39, 403-429.
- Mello, J. C., Neto. (1955). *Morte e Vida Severina*. Editora Tuca.
- Miranda, S. F. (2014). Identidade sob a perspectiva da Psicologia social crítica: revisitando os caminhos da edificação de uma teoria. *Revista de Psicologia (Fortaleza)*, 5(2), 124-137.
- Miskolci, R. (2009). A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, 21, 150-182.
- Mountian, I. (2014). Análise de discurso e pesquisa feminista: algumas considerações sobre metodologia e ética em pesquisa. Em A. F. & Lara Junior, N. *Metodologias de pesquisa em Psicologia social crítica*. (cap. 7, pp. 165-191). Porto Alegre: Sulina.
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2007). A marginalização dos estudos feministas e de gênero na Psicologia acadêmica contemporânea. *Psico*, 38(3), 216-223.
- Narvaz, M. G. (2009). *A (in)visibilidade do gênero na Psicologia acadêmica: onde os discursos fazem(se) política*. (Tese de Doutorado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Neves, A. S. (2008). *Família no singular, histórias no plural: a violência física de pais e mães contra filhos*. Uberlândia: EDUFU.
- Nicholson, L. (2000). Interpretando o gênero. *Estudos Feministas*, 8(2), 10-41.

- Nuernberg, A. H. (2005). *Gênero no contexto da produção científica brasileira em Psicologia*. (Tese de Doutorado) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/86384>.
- Patias, N. D., & Buaes, C. S. (2012). “Tem que ser uma escolha da mulher”! Representações de maternidade em mulheres não-mães por opção. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 300-306.
- Perrot, M. (2007). *Minha história das mulheres*. (Angela M. S. Côrrea, Trad). São Paulo: Contexto.
- Piason, A. S., & Strey, M. N. (2012). Mulheres que amam mulheres: perspectivas acerca do processo de auto-reconhecimento e visibilidade social. *Temáticas*, 20(40), 105-136.
- Piason, A. S. (2013). A militância de lésbicas feministas e a visibilidade nas políticas públicas para mulheres. (Tese de Doutorado). Faculdade de Psicologia, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Recuperado de <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5743>.
- Piscitelli, A. (2002). Re-criando a (categoria) mulher? Em: Algranti, L. (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. (pp. 1-25). Textos Didáticos, (48). Campinas: IFCH/Unicamp.
- Pontes, M. F., Féres-Carneiro, T., & Magalhães, A. S. (2017). Homoparentalidade feminina: laço biológico e laço afetivo na dinâmica familiar. *Psicologia USP*. 28(2), 276-286.
- Pineau, G. (2006). As histórias de vida como artes formadoras da existência. Em Souza, E. C., & Abrahão, M. H. M. B. (Orgs.) *Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si*. (pp. 41-59). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Pollak, M. (1989). Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, 2(3), 3-15.
- Pollak, M. (1992). Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, 5(10), 200-212.
- Priori, M. del. (2013). *Histórias e conversas de mulher*. São Paulo: Planeta.
- Rago, M. (1998). Descobrimo historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*, 11, 89-98.
- Resolução CFP Nº 001/99 de 22 de março de 1999. *Conselho Federal de Psicologia*. Recuperado de https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf.
- Resolução CFP Nº1, de 29 de janeiro de 2018. *Conselho Federal de Psicologia*. Recuperado de <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolucao-CFP-01-2018.pdf>.
- Resolução CNS 466 de 12 de dezembro de 2012. *Conselho de Saúde*. Recuperado de <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>.
- Resolução CNS 510 de 7 de abril de 2016. *Conselho de Saúde*. Recuperado de <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>

- Ricoeur, P. (2010). *Escritos e Conferências I. Em torno da psicanálise*. São Paulo, SP: Edições Loyola.
- Ricoeur, P. (2012). A marca do passado. *História da Historiografia*, 10, 329-349.
- Rich, A. (2010). Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas*, 5, 17-44.
- Rocha, C. B. A. (2014). Um pequeno guia ao pensamento, aos conceitos e à obra de Judith Butler. *Cadernos pagu*, 43, 507-516.
- Rodrigues, R. N. (1939). *O alienado no direito civil brasileiro*. (3a ed., Vol. 165). São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia editora nacional. (Obra original publicada em 1901).
- Rodrigues, R. N. (2006). *As coletividades anormais*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial. (Obra original publicada em 1890).
- Rubin, G. (2017). *Políticas do sexo: Gayle Rubin*. (J. P. Dias Trad.). (Obra original publicada em 1949). São Paulo: Ubu Editora.
- Salih, S. (2018). *Judith Butler e a teoria Queer*. (G. L. Louro, Trad. e notas). Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Saffioti, H. I. B. (1987). O poder do macho. São Paulo: Moderna.
- Saffioti, H. I. B. (2004). Diferença ou indiferença: gênero, raça/etnia, classe social. Em Godinho, T. (Org.) & Silveira, M. L. da. (Org.). *Políticas públicas e igualdade de gênero*. (pp. 35-42). São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher.
- Saffioti, H. I. B. (2009). Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. *Série Estudos e ensaios, ciências sociais, Flacso*. 1-44.
- Saffioti, H. I. B. (2015). *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo.
- Santos, L. C. dos. Carvalho, A. B. Amaral, J. G., & Borges, L. A. Mayorga, C. (2016). Gênero, feminismo e Psicologia social no Brasil: análise da revista *Psicologia & Sociedade* (1996-2010). *Psicologia & Sociedade*, 28(3), 589-603.
- Santos, R. A. dos S.; Mezzari, D. C. de S. &., Teixeira Filho, F. S. (2018). A narrativa de histórias de vida como recurso metodológico na pesquisa em Psicologia. Em *V Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos – SIPEC*. Foz do Iguaçu, Paraná.
- Santana, A. M. (2010). Mulher mantenedora/homem chefe de família: uma questão de gênero e poder. *Itabaina: GEPIADDE*, 8, 71-87.
- Sawaia, B. B. (2001). Identidade – Uma ideologia separatista? Em Sawaia, B. B. (Org.) *As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial ética da desigualdade social*. (2a ed., pp.119-127). Petrópolis: Editora Vozes.
- Schraiber, L. B., D'Oliveira, A. F. P. L., Falcão, M. T.C., & Figueiredo, W. dos S. (2005).

Violência dói e não é direito: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos. São Paulo: Editora UNESP.

- Scott, J. (1989). Gênero: uma categoria útil para análise histórica. (C. R. Dabat & M. B. Ávila, Trad.). *Columbia University Press*. 35.
- Silva, M. L., & Soares, S. (2013). Imagens em comunicação e saúde: lésbicas e bissexuais no Sistema Único de Saúde no Brasil, olhares freireanos. Em *XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul*. (p. 15). Rio de Janeiro, RJ.
- Silva, F. G. da. (2009). Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade: concepções a partir da Psicologia histórico-cultural. *Psi. da Ed.* 28, p. 169-195.
- Soares, G. S. (2010). Experiências reprodutivas e desejos de maternidade em lésbicas e bissexuais. Em *Fazendo Gênero 9. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*. (p.8.). Santa Catarina, RS.
- Sposito, S. E. (2015). *Hossexualidades nas pesquisas em pós-graduação em Psicologia: da despatologização à luta por direitos*. (Tese de Doutorado). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista - UNESP, São Paulo. Recuperado de <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/136106/000856237.pdf?sequence=1>.
- Sedgwick, E. K. (2007) A epistemologia do armário. *Cadernos pagu*. (28), 19-54. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/03.pdf>.
- Souza, É. R. (2005). *Necessidade de filhos: maternidade, família e (homo)sexualidade*. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. São Paulo.
- Spink, M. J. P. & Frezza, R. M. (2013). Práticas discursivas e produção de sentido. Em Spink, M. J. P. (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. (pp. 1-21). Rio de Janeiro: Centro edelstein de pesquisas sociais.
- Spink, M. J. P. & Medrado, B. (2013). Produção de sentido no cotidiano. Em Spink, M. J. P. (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. (pp. 21-41). Rio de Janeiro: Centro edelstein de pesquisas sociais.
- Swain, T. N. (1999). Feminismo e lesbianismo: a identidade em questão. *Cadernos pagu*. (12), 109-120.
- Teruya, M. T. (2016). A família na historiografia brasileira. Bases e perspectivas teóricas. 1-25.
- Torrão Filho, A. (2005). Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. *Cadernos pagu*. (24), 127-152.
- Welzer-Lang, D. (2001). A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Estudos Feministas*. 460-482.
- Wittig, M. (1980). O pensamento hétero. Em Wittig, M. *The Straight Mind and other Essays*. Boston: Beacon.

Wittig, M. (1985). *A marca do gênero*. (Roda Vieira Guedes, Trad).

Worms, F. (2004). A concepção bergsoniana do tempo. *Philosophie*, 54, 73-91. Recuperado de <https://revistas.ufpr.br/doiPontos/article/view/1922>.

Anexo A**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA/CEP****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE**

A Sra. está sendo convidada a participar como voluntária, da pesquisa intitulada **“Identidade, Sexualidade e Gênero: uma análise de narrativas de mulheres lésbicas mães”**. Meu nome é Maria Clara Guimarães Souza, sou a pesquisadora responsável e minha área de atuação é a **psicologia social**. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence à pesquisadora responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação, você não será penalizada de forma alguma. Mas, se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável, via e-mail **mariacларags.psi@gmail.com** e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, através do seguinte contato telefônico: -----. Os resultados da pesquisa se tornarão públicos, sejam eles favoráveis ou não, por meio da publicação da dissertação de mestrado da pesquisadora, anexada na base de dados do site do Programa de Pós-Graduação em Psicologia - UFG, **<https://ppgp.fe.ufg.br>**. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Goiás, no telefone (62) 3521-1215. As despesas com transporte coletivo e alimentação serão de responsabilidade da pesquisadora e o valor será repassado a você, em dinheiro, a cada encontro no local da pesquisa.

1- Informações Importantes sobre a Pesquisa:

A nossa pesquisa, **“Identidade, Sexualidade e Gênero: uma análise de narrativas de mulheres lésbicas mães”**, tem como objetivo investigar a experiência de ser mulher lésbica por meio das narrativas de vida das participantes. Dessa forma, seu relato sobre sua história de vida poderá contribuir para o estudo da sexualidade e da identidade de mulheres lésbicas. As entrevistas acontecerão de forma individual com a pesquisadora e serão gravadas.

Todas as informações fornecidas por você são confidenciais e seus dados pessoais serão mantidos em sigilo. Os benefícios de participar dessa pesquisa envolvem, principalmente, a

oportunidade de compartilhar sua história de vida com outras pessoas. Assim, através disso, você terá a possibilidade e oportunidade de repensar e dar sentido a algumas de suas questões existenciais, além de ter sua trajetória de vida ouvida e valorizada. Os riscos de participar dessa pesquisa podem envolver uma mobilização de emoções ao compartilhar sua história de vida. O Código de Ética Profissional do Psicólogo Brasileiro (Conselho Federal de Psicologia - CFP) prevê a adoção de medidas caso haja riscos ao indivíduo participante de pesquisa. Portanto, se esta situação ocorrer, você receberá um acolhimento imediato pela pesquisadora e será, se assim desejar, encaminhada a um acompanhamento psicológico breve com a própria pesquisadora ou outro profissional. Esclareço, novamente, que você pode desistir de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer tipo de penalização. Além disso, caso se sinta de alguma forma ofendida ou prejudicada durante a pesquisa, você tem o direito de pleitear indenização por reparação de danos imediatos ou futuros decorrentes de sua participação

2- Consentimento da Participação da Pessoa como Sujeito da Pesquisa:

Eu,, inscrita sob o RG/....., CPF/, abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “Identidade, Sexualidade e Gênero: uma análise de narrativas de mulheres lésbicas mães. Informo ter mais de 18 anos de idade, e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui, ainda, devidamente informada e esclarecida, pela pesquisadora responsável Maria Clara Guimarães Souza, sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Goiânia, de.....de.....

Assinatura por extenso da participante

Assinatura por extenso da pesquisadora responsável



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: IDENTIDADE, SEXUALIDADE E HEGEMONIA: UMA ANÁLISE DE NARRATIVAS DE MULHERES LÉSBICAS

Pesquisador: Maria Clara Guimarães Souza

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 00449118.0.0000.5083

Instituição Proponente: Faculdade de Educação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.041.616

Apresentação do Projeto:

Título da Pesquisa: IDENTIDADE, SEXUALIDADE E HEGEMONIA: UMA ANÁLISE DE NARRATIVAS DE MULHERES LÉSBICAS. Pesquisador Responsável: Maria Clara Guimarães Souza. N. CAAE: 00449118.0.0000.5083. Instituição Proponente: Faculdade de Educação. Membro da Equipe de Pesquisa: Priscilla Melo Ribeiro de Lima.

O presente projeto está relacionado ao mestrado em psicologia. Toma-se como pressupostos teóricos os estudos feministas e de gênero. Busca-se refletir sobre o lugar das mulheres e da sexualidade na atualidade, ao mesmo tempo em que se compreende que quaisquer análises sobre estas categorias precisam passar por uma análise crítica acerca da ordem patriarcal e heteronormativa que sustenta o discurso hegemônico. Trata-se de uma pesquisa de campo, de caráter qualitativo, realizada no estado de Goiás, que utilizará como referencial teórico os estudos feministas e de gênero, a Análise Crítica do Discurso e os estudos sobre identidade em psicologia social. Para tal, a amostra será composta por cinco mulheres mães lésbicas que tiveram filhos biológicos em relacionamentos heterossexuais e posteriormente se declararam lésbicas. Como método, se utilizará de entrevistas narrativas de história de vida. Informa-se que a entrevista narrativa é uma entrevista aberta, ou seja, não existe um roteiro de perguntas.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação - Agência UFG de Inovação, Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2
Bairro: Campus Samambaia, UFG **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-1163 **E-mail:** cep.prpi.ufg@gmail.com



Continuação do Parecer: 3.041.616

Investigar a construção da identidade de mulheres lésbicas mães diante de um contexto heteronormativo.

Objetivo Secundário:

Especificamente, objetivamos:

- (a) Estudar o conceito de identidade em psicologia social;
- (b) Analisar as categorias gênero e sexualidade na construção da identidade de mulheres lésbicas;
- (c) Analisar como os discursos hegemônicos heteronormativos estão presentes na vivência das mulheres lésbicas;
- (d) Investigar a construção da identidade de mulheres lésbicas, e como essa forma identitária pode se constituir como um discurso de resistência ante hegemonia.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Os riscos de participar dessa pesquisa podem envolver uma mobilização de emoções ao compartilhar sua história de vida. O Código de Ética Profissional do Psicólogo Brasileiro (Conselho Federal de Psicologia - CFP) prevê a adoção de medidas caso haja riscos ao indivíduo participante de pesquisa. Portanto, se esta situação ocorrer, as participantes receberão um acolhimento imediato pela pesquisadora e será, se assim desejarem, encaminhadas a um acompanhamento psicológico breve com a própria pesquisadora ou outro profissional.

Benefícios: Os benefícios de participar dessa pesquisa envolvem referem-se, principalmente, a oportunidade de compartilhar a história de vida, das participantes, com outras pessoas. Através disso, as entrevistadas terão a possibilidade e oportunidade de repensar e dar sentido a algumas de suas questões existenciais, além de ter sua trajetória de vida ouvida e valorizada.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa em nível de mestrado graduação cujo é desfecho primário construir um lugar de escuta e diálogo sobre os significados das identidades lésbicas e sexualidades, e como as mulheres lésbicas (re)significam suas histórias diante do fato de a lesbianidade ainda ocupar um espaço de invisibilidade e silêncio na sociedade contemporânea (PIASON, 2013; PIASON, STREY, 2012). As participantes serão em 5 pessoas. Os critérios de inclusão e exclusão foram apresentados. Todas as participantes são maiores de 18 anos. As entrevistas ocorrerão de forma presencial nas salas do Centro de Psicologia da Universidade Federal de Goiás, campus Goiânia, e

Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação - Agência UFG de Inovação, Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2
Bairro: Campus Samambaia, UFG **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-1163 **E-mail:** cep.prpi.ufg@gmail.com



Continuação do Parecer: 3.041.616

registradas por meio de áudio gravação e, em seguida, transcritas na íntegra. A entrevista narrativa é uma entrevista aberta, ou seja, não existe um roteiro de perguntas, e será dividida em quatro momentos. O cronograma indica que as entrevistas ocorrerão entre 4 e 14 de dezembro de 2018.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram anexados os seguintes documentos:

1. Folha de Rosto devidamente assinada pela interessada (professora orientadora) e gestora da unidade acadêmica;
2. Termo de Compromisso devidamente assinado e datado;
3. Documento Projeto Básico nos moldes do CEP;
4. Instrumento orientador da metodologia para obtenção de dados por meio da narrativa;
5. Aceite institucional do Centro de Psicologia para realização das entrevistas;
6. O modelo de TCLE foi apresentado em linguagem acessível.
 - Carta de encaminhamento ao atendimento de pendências.
 - TCLE atualizado. Esclarecem sobre o direito de pleitear indenização em caso de danos advindos da pesquisa, a forma de ressarcimento em caso de gastos com a participação, a possibilidade de contato, inclusive à cobrar, declaram que os resultados tornar-se-ão públicos sejam favoráveis ou não.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após análise dos documentos postados somos favoráveis à aprovação do presente protocolo de pesquisa, smj deste Comitê

Considerações Finais a critério do CEP:

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa/CEP-UFG considera o presente protocolo APROVADO, o mesmo foi considerado em acordo com os princípios éticos vigentes. Reiteramos a importância deste Parecer Consubstanciado, e lembramos que o(a) pesquisador(a) responsável deverá encaminhar ao CEP-UFG o Relatório Final baseado na conclusão do estudo e na incidência de publicações decorrentes deste, de acordo com o disposto na Resolução CNS n. 466/12 e Resolução CNS n. 510/16. O prazo para entrega do Relatório é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa.

Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação - Agência UFG de Inovação, Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2
Bairro: Campus Samambaia, UFG **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-1163 **E-mail:** cep.prpi.ufg@gmail.com



Continuação do Parecer: 3.041.616

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1221728.pdf	09/11/2018 18:58:15		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	09/11/2018 18:57:50	Maria Clara Guimarães Souza	Aceito
Declaração de Pesquisadores	cartadependencias.pdf	09/11/2018 18:54:31	Maria Clara Guimarães Souza	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	05/10/2018 14:10:23	Maria Clara Guimarães Souza	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	28/09/2018 20:29:54	Maria Clara Guimarães Souza	Aceito
Outros	INSTRUMENTODEOBTENCAODEDADOS.pdf	28/09/2018 20:28:42	Maria Clara Guimarães Souza	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TERMODECOMPROMISSO.pdf	28/09/2018 20:26:26	Maria Clara Guimarães Souza	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	ACEITEINSTITUCIONAL.pdf	28/09/2018 20:25:42	Maria Clara Guimarães Souza	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETODEPESQUISA.pdf	28/09/2018 20:24:12	Maria Clara Guimarães Souza	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	28/09/2018 20:20:41	Maria Clara Guimarães Souza	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

GOIANIA, 27 de Novembro de 2018

Assinado por:
João Batista de Souza
(Coordenador(a))

Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação - Agência UFG de Inovação, Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2
Bairro: Campus Samambaia, UFG **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-1163 **E-mail:** cep.prpi.ufg@gmail.com